

MEDICINA NA BEIRA INTERIOR DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XIX



ASSISTÊNCIA AOS DOENTES NA VILA DE CASTELO BRANCO E SEU TERMO ENTRE FINAIS DO SÉC. XV E COMEÇOS DO SÉC. XVII

A IATROÉTICA E O "RETRATO DEL PERFECTO MÉDICO" DE HENRIQUE JORGE HENRIQUES NO ÂMBITO MÉDICO-SOCIAL RENASCENTISTA

PARA A HISTÓRIA DA MORTE DO SÉC. XVI: A CERTIFICAÇÃO DA MORTE EM AMATO LUSITANO E AS NOVAS ARTES DE MORRER EM FREI HEITOR PINTO

A TERRA E OS HOMENS DA BEIRA INTERIOR NOS RELATÓRIOS MÉDICOS LOCAIS DOS INÍCIOS DO SÉC. XIX

A MEDICINA POPULAR NO CONCELHO DE PROENÇA-A-NOVA: RECURSOS PARA A CURA DAS ENFERMIDADES BASEADOS NOS REINOS DA NATUREZA; PRÁTICAS MÁGICAS; ENSALMOS, EXORCISMOS

CADERNOS DE CULTURA

N.º 2 - Junho de 1990

PUBLICAÇÃO NÃO PERIÓDICA

Preço : 500\$00

MEDICINA NA BEIRA-INTERIOR DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XX



CADERNOS DE CULTURA

Director: António Lourenço Marques

Editor: António Salvado

N.º 2 — Junho de 1990

Publicação não periódica

Correspondência para:
Urb. Quinta do Dr. Beirão — Impasse 7, 23, 1º E
6000 Castelo Branco — Portugal
Telef. (072) 22471

SUMÁRIO

ASSISTÊNCIA AOS DOENTES NA VILA DE CASTELO BRANCO E SEU TERMO; ENTRE FINAIS DO SÉC. XV A COMEÇOS DO SÉC. XVII. MANUEL DA SILVA CASTELO BRANCO	4
A IATROÉTICA E O “RETRATO DEL PERFECTO MEDICO” DE HENRIQUE JORGE HENRIQUES NO ÂMBITO MÉDICO-SOCIAL RENASCENTISTA ROMERO M. B. GANDRA	21
PARA A HISTÓRIA DA MORTE NO SÉCULO XVI. A CERTIFICAÇÃO DA MORTE EM AMATO LUSITANO E AS NOVAS ARTES DE MORRER EM FREI HEITOR PINTO ANTÓNIO LOURENÇO MARQUES	27
A TERRA E OS HOMENS DA BEIRA INTERIOR NOS “RELATÓRIOS” MÉDICOS LOCAIS DOS INÍCIOS DO SÉCULO XIX MARIA ADELAIDE NETO SALVADO	34
A MEDICINA POPULAR NO CONCELHO DE PROENÇA-A-NOVA MARIA DA ASSUNÇÃO VILHENA FERNANDES	38
NOTÍCIAS, COMENTÁRIOS/EM REVISTA	
AS DESCOBERTAS E A HISTÓRIA DA MEDICINA	43
“NOTÍCIAS MÉDICAS”; SUPLEMENTO ESPECIAL	44
O MANUEL CARGALEIRO/GOUACHES E ÓLEOS. UMA EDIÇÃO DA BEECHAM PORTUGUESA	44
“KALLIOPE DE MEDICINA”, VOL 2, N ° 1 e 2, 1989	44
MEDICINA NA BEIRA INTERIOR AINDA AS PRIMEIRAS JORNADAS	46
AS PRÓXIMAS JORNADAS	47

Medicina e Humanismo

A boa aceitação que o primeiro número de *Medicina na Beira Interior* encontrou junto do público leva-nos a prosseguir o projecto da edição destes cadernos culturais mediante a publicação dum segundo número que acolhe, ainda, algumas das comunicações apresentadas às "I Jornadas de estudo Medicina na Beira Interior - da pré-história ao séc. X X", levadas a efeito em Castelo Branco de 31 de Março a 2 de Abril de 1989.

A exemplo aliás daquele primeiro número, também neste se materializam referências essenciais e significativas às Humanidades, na perspectiva primordial que nos tem norteado e que, na esteira duma globalidade de princípio agregadora, visa o estudo de toda a acção humana nas suas relações com ou nas suas ligações àquilo que se convencionou chamar de medicina.

Um terceiro caderno se encontra em fase de preparação. Com ele, completar-se-á a edição das restantes comunicações lidas aquando daquelas 1.ºs Jornadas. Comunicantes houve que, sem dúvida por falta de tempo, não terão encontrado ainda a disponibilidade que lhes permita entregarem forma escrita à fluência oral (sempre sábia) das suas comunicações. Para esses apelamos no sentido de que não deixem esmaecer algo que a tantos interessou e que a muitos mais virá certamente a interessar. Com a sua boa vontade e com o seu esforço contamos então, aguardando que nos enviem os seus textos. Será para nós alto motivo de alegria se o 3.º caderno (em preparação) puder revelar esses mesmos textos.

Estamos entretanto a preparar as "2.ºs Jornadas de Estudo Medicina na Beira Interior" pelo que nos encontramos na iminência de avançar um passo adiante no percurso duma história das ideias, das mentalidades, que, tendo embora como referente certos estratos culturais específicos da Beira Interior, nem por isso deixará menos de constituir um esforço na peocupação de se contribuir para um melhor conhecimento do Homem.

As 2.ºs Jornadas vêm, pois, aí... Com particular satisfação aceitaremos, agradecidos, quaisquer contactos que futuros comunicantes, participantes, simples assinantes queiram connosco estabelecer (sugestões para a elaboração do respectivo programa, títulos de comunicações, seus resumos, etc., etc.). O tema mais saliente será, para estas 2.ºs Jornadas de Estudo, o de *A Doença e a Morte*. E naturalmente, em intenção semelhante àquela que traçou o ideário escolhido para as 1.ºs Jornadas: a clarificação de aspectos que ao longo do tempo foram definindo o viver do Homem na Beira Interior. E muitos serão os ramos do Saber que a esse propósito hão-de ajudar: da Arqueologia à História das Ideias, da Antropologia à Sociologia, da Geografia à Botânica, da Anatomia à Fisiologia, da Filosofia à Literatura, da História Política e Institucional à História Económica e Social, da História da Arte à Linguística...

ASSISTÊNCIA AOS DOENTES NA VILA DE CASTELO BRANCO E SEU TERMO, ENTRE FINAIS DO SEC. XV E COMEÇOS DO SÉC. XVII

Manuel da Silva Castelo Branco *

I - Introdução

Ao iniciar o estudo da *Assistência aos doentes, na Vila de Castelo Branco e seu termo, entre finais do século XV e começos do XVII*⁽¹⁾, vou reportar-me a uma época, da qual estamos afastados cerca de 500 anos...

Problema de maior importância em qualquer época, ele reflecte as formas de vida social, económica e cultural existentes num país.

Segundo o Prof. Fernando da Silva Correia, desde o século X ao século XVI, a assistência em todos os países civilizados foi orientada essencialmente, para não dizer exclusivamente, pelo cristianismo⁽²⁾.

Assim aconteceu em Portugal, onde a assistência aos doentes, pobres e desamparados nasceu da caridade cristã, manifestada por todas as classes e através das mais diversas formas e instituições⁽³⁾...

II - Instituições de Assistência, em Castelo Branco e no seu actual concelho, até princípios do século XVII

Até começos do século XVII, apenas tenho notícia documental da existência, em Castelo Branco, das seguintes instituições:

a) A gafaria medieval:

Situada a cerca de 4 quilómetros a NO da povoação e, mais precisamente, no Vale da Ribeira da Líria, suponho que funcionava ainda em finais do século XV...

Na *História da Lepra em Portugal*, o Dr. A. da Silva Carvalho não menciona a existência de gafarias na Beira Baixa, por sua vez, o Prof. Fernando da Silva Correia, em *Hospitais Pré-Quinhentistas Portugueses*, apenas alude à leprosaria da Covilhã; mas o Dr. José Lopes Dias, em *Estudantes da Universidade de Coimbra, naturais de C. Branco*, faz ressurgir a gafaria desta Vila com base no *Tombo da Misericórdia, de 1672*, onde se registam algumas propriedades situadas no Vale da Gafaria, “limite da Vila de Castelo Branco”.

Tive a oportunidade de publicar um pequeno estudo onde trasladei na íntegra diversos documentos inéditos, que nos evocam a gafaria medieval de C. Branco, já extinta nos começos do século XVI, mas cuja designação ficou a perdurar, no local em que se achava situada, até aos nossos dias.⁽⁴⁾

b) A albergaria e hospital de Santa Eulália:

Martim Esteves instituiu em 1289⁽⁵⁾, na igreja de S. Miguel e sob a invocação de Santa Olaia, um grande morgado, que deixou a seu sobrinho Vasco Anes de

Refoios, com determinadas obrigações; entre elas, a da erecção e sustento de uma capela e hospital na Vila de Castelo Branco.

Por carta feita em Lisboa, a 2.4.1393, D. João I confirma o dito morgado a Rui Vasques de Castelo Branco⁽⁶⁾, neto do referido Vasco Anes, mas na condição de ele e seus descendentes cumprirem as disposições do instituidor, não satisfeitas até então...⁽⁷⁾

Assim surgiu, na Rua dos Ferreiros, a capela de Santa Eulália, tendo anexa a albergaria do mesmo nome, destinada a facultar cama, água, luz e sal aos peregrinos e viajantes, durante três dias...

c) O hospital dos correeiros de S. Tiago:

A única notícia que temos sobre a sua existência, é de 5.11.1481, data em que os correeiros do hospital de S. Tiago compraram a quarta parte de uma herdade, situada à Torre de Fernão Sarinho, além do ribeiro de Cagavai e onde a dita Casa já possuía outro quarto.

O documento, contendo a respectiva escritura, foi revelado pelo Dr. José Lopes Dias, no Iº Colóquio de História da Medicina, em 1961.⁽⁸⁾

d) A enfermaria para passageiros, na ermida do Espírito Santo:

A ermida foi construída pelo povo, no primeiro quartel de quinhentos⁽⁹⁾... Pegada à capela-mor e do lado do Evangelho, havia uma casa que servia de enfermaria para os viajantes... Tinha 35 palmos de

comprido, 23 de largo e 15 de alto, sendo de telha-vã⁽¹⁰⁾.

e) A confraria da Misericórdia:

A Misericórdia de Castelo Branco foi instituída por el-rei D. Manuel, em 1514, ficando instalada em casas anexas à da igreja erigida então sob a invocação de Santa Isabel...⁽¹¹⁾

Na ordenação da Misericórdia albicastrense, juntaram-se de começo os bens das confrarias de Santo André, S. Tiago e S. João e, um pouco mais tarde, os de S. Pedro...

Cada Misericórdia tinha o privilégio de tomar posse e administrar todos os hospitais, albergarias ou confrarias de caridade, que existissem na sua zona de influência... Deste modo, foram poucas as instituições que nelas não ficaram integradas. Em Castelo Branco, apenas escapou a albergaria e hospital de Santa Eulália.

As múltiplas funções das Misericórdias vão impô-las, a partir da sua instituição, como a mais eficiente associação de caridade e assistência.

f) O hospital dos convalescentes:

Instalado ainda em vida do fundador, o venerável Frei Bartolomeu da Costa, nas suas casas da Rua d'Ega, passaria a ser administrado pela Misericórdia, após a morte deste seu grande benfeitor, a 27.3.1608.⁽¹²⁾

Vamos concluir este enunciado, com notícias inéditas sobre algumas instituições assistenciais, existentes até ao mesmo período em localidades do actual concelho de Castelo Branco.

g) A albergaria do Santo Espírito, em S. Vicente da Beira:

Acha-se referida no testamento do Pe. Estevão Anes, que lhe deixa alguns bens e feito naquela antiga Vila, a 22.4.1363.⁽¹³⁾

h) O hospital de Escalos de Cima:

Já existia a 18.11.1505, quando Frei Francisco, escrivão dos visitadores da Ordem de Cristo, escreveu o tombo da comenda desta aldeia (que abrangia, igualmente, as de Escalos de Baixo, Cafede e Mata), referindo entre os seus bens, junto ao adro da igreja do dito lugar, uma casa térrea que partia ao aguião com casa do hospital e, ao abrigo, com casa de Fernando Afonso e, ao levante, com Rua da Lagoa e, ao ponente, com o adro.⁽¹⁴⁾

i) A Misericórdia e o hospital de S. Vicente da Beira: Temos conhecimento da sua existência, através dos registos paroquiais quinhentistas desta freguesia⁽¹⁵⁾. Eis o primeiro em que aparece mencionada a Misericórdia: - Em quinze de Dezembro de 1572 anos, faleceu a mulher de Crespo, filha do Barco, não fez testamento/jaz dentro da Misericórdia⁽¹⁶⁾.

Seguem-se muitos outros, de que darei apenas alguns exemplos:

- A cinco de Setembro de 1583, faleceu Teodósio de Faria, criado do senhor Nuno da Cunha/foi

enterrado na Casa da Misericórdia desta vila⁽¹⁷⁾.

- Hoje, vinte e nove de Janeiro de 1582, faleceu um mancebo, Joane, no hospital desta vila/disse ser do termo de Álvaro e António Álvares o conche/jaz na Misericórdia/deixou o que tinha à Casa da mesma Misericórdia⁽¹⁸⁾.

- A sete de Junho de 1586, faleceu Ana Fernandes, mulher de João Rodrigues, com testamento/jaz na Misericórdia, à porta travessa, no meio da igreja⁽¹⁹⁾.

Daqui, parece-nos poder concluir que a Misericórdia de S. Vicente da Beira abrangia, como era costume, uma igreja e o respectivo hospital.

j) O hospital das Sarzedas.

Dele temos conhecimento através de uma doação testamentária e de um registo paroquial, como se segue: - Em 1522 um certo "Martim Afonso deixa ao hospital da vila a sua herdade das Fozes e que as respectivas rendas se distribuissem pelos pobres que ali vierem".⁽²⁰⁾

- Ao derradeiro dia de Maio de 1614, faleceu Catarina Rodrigues, pobre desta vila, no hospital⁽²¹⁾.

É provável que este hospital fosse o da Misericórdia, que existiu efectivamente naquela antiga vila, embora até agora não se saiba a data precisa da sua fundação...

k) A Misericórdia de Monforte da Beira.

Deve ter sido instituída na segunda metade do século XVI, pois já aparece referida no 1º testamento do inquisidor Dr. Bartolomeu da Fonseca, feito em Lisboa a 5.1.1595⁽²²⁾.

Aqui terminamos o enunciado das instituições assistenciais, de que tenho notícia na vila de Castelo Branco e nas povoações do seu actual concelho, até começos do século XVII...

III- A Higiene e Salubridade na Vida Social

No período, que estamos a focar, as práticas de higiene já se haviam desenvolvido pelo país e resultando do contacto das nossas gentes com os usos e costumes de outros povos, que por aqui tinham passado... Aliás, os princípios da religião católica, professada pela população, assentavam não só na pureza da alma como na do corpo e da própria vida.

No entanto, as condições de salubridade dependiam não só de factores geográficos como da evolução de certas estruturas sociais, económicas, administrativas, etc.

Em finais de quatrocentos, a vila de Castelo Branco, espartilhada dentro da sua cerca amuralhada, estendia-se pela encosta N.E./S.E. do cabeço da Cardosa, com ruas estreitas e íngremes, casario de

pedra e cal, na maioria com um e dois pisos... Suportava, como agora, temperaturas extremas durante o ano: no Verão, sob o soão quente e seco de Castela; no Inverno, debaixo do frio nevado da serra da Estrela arrastado pelo vento Norte, ou fustigada pelas borrascas provenientes das bandas meridionais. Em redor, manchas de olivais e culturas várias, zonas áridas e pedregosas...

Ora, durante o século XVI, a vila sofre uma notável expansão urbanística para fora da barbacã, espalhando-se pelos arrabaldes do Espírito Santo, Devesa, S. Sebastião, Outeirão, Fonte Nova, Oleiros, S. João e Corredoura... Ali são implantadas então (e entre outras) as seguintes construções: conventos de Nossa Senhora da Graça e de Santo António, ermida do Espírito Santo, S. João, S. Pedro e S. Marcos, Paço Episcopal, tanque e chafariz de S. Marcos, etc., etc.⁽²³⁾ Mas, dentro da vila, permanecem os fornos, lagares, furdas, palheiros, estrebarias e quintais, transformados por vezes em estrumeiras.

A população contava em 1496 uns 837 fogos ou vizinhos, ou seja, cerca de 3000 habitantes⁽²⁴⁾. Quatro dezenas de anos depois (1535) elevava-se a 1417 vizinhos, isto é, perto de 5000 habitantes, dos quais 3050 moravam na vila e os restantes no seu termo. Até finais de quinhentos não haveria aumento sensível da população, devido à saída de uns tantos para a aventura ultramarina e do extermínio de bastantes por motivo das epidemias.

Na impossibilidade de analisar agora, detalhadamente, as medidas de salubridade tomadas pela câmara do concelho de Castelo Branco, vamos transcrever algumas das suas posturas, que sobre tal matéria estavam então em vigor.

Postura sobre a limpeza da vila

- Acordaram que todos os moradores desta vila e seus arrabaldes serão obrigados a varrer ou mandar varrer suas ruas, quanto alcançar suas testadas, por diante e detrás e ilhargas, que estiverem e entestarem em ruas públicas ou travessas aonde houver moradores, ao sábado ou véspera de dia santo de guarda, com pena de 10 réis. E o mesmo farão as pessoas que tiverem casas fechadas, pardieiros ou quintais, que entestarem em rua pública ou travessas, em que houver moradores; e a mesma obrigação terão as forneiras que estiverem em fornos, ainda que sejam alheios, sob a dita pena. E, varrendo a rua e tendo o cisco apanhado e tirado daí, posto que depois se ache suja, não terão coima.

E, para prova de como varreu, bastará uma só testemunha com juramento da parte, e o cisco mandarão levar à estaca, aonde quer que estiver. E, lançando dos muros para dentro ou cavas ou barbacãs, pagarão por cada vez 50 réis; e, lançando fora da estaca ou em qualquer outra parte, pagarão

20 réis.

Toda a pessoa, que lançar água da janela sem dizer "Àgua-vai", pagará 20 réis, não molhando alguma pessoa e, molhando, pagará 50 réis; e, danificando o chapéu ou capa, os pagará a seu dono. E nenhuma pessoa poderá, nesta vila e arrabalde, ter pia para comerem porcos ou bestas, sendo em rua pública, sob pena de 20 réis; e os almotacés farão tirar as ditas piás das ruas públicas, com graves penas.

Que se não arrende a renda das penas, sem condições da limpeza das ruas.

- Acordaram que, por as muitas imundices que se veem nesta vila, na limpeza dela, principalmente as ruas principais da porta de Santa Maria até à cruz da porta do Pelomem (sic) (da banda de fora) e Praça desta vila e todas as travessas que forem desta rua acima dita para a banda debaixo, que é a Rua do Relógio, e da porta do Pelomem até o adro de S. Miguel e todas as mais ruas, por onde vão as procissões desta vila, com suas bocas de travessas, não se arrendará a renda das penas sem estas ruas, acima declaradas, estarem limpas sempre, e, não estando limpas sempre, os almotacés as poderão mandar limpar à custa dos ditos rendeiros, a quem a renda das penas for arrematada.

E declaram que isto se entenderá no que toca a travessas e postigo do Poço das Covas e postigo que sai dos arcos de Isabel da Costa para o adro de S. Miguel; e assim também serão limpas todas as bocas das travessas donde vão as procissões...

Postura das fontes em que se não permite lavar

- Nenhuma pessoa poderá lavar nas fontes públicas. a saber, na fonte de Santiago, do Torneiro, de S. Pedro, Fonte Nova, do Romeiro e do Tostão, nem poderão encher sobre os andames, nem lavar as talhas de redor uma vara de medir, sob pena de 20 réis e, sendo roupa, pagará 200 réis.

Quanto aos poços, fonte das Freiras, Páqueixada e chafarizes, poços da porta do Pelomem e fonte do Alminheiro, poderão lavar em vazilhas que levarem, a duas varas de medir e não nas piás, sob pena de 50 réis, sendo as fontes demarcadas ao redor as duas varas e, não sendo demarcadas, não terão coima nenhuma. E nenhuma pessoa poderá lavar talha nem enxugá-la no Tanque, por baixo de Nossa Senhora da Graça, salvo fora e sob pena de 50 réis; e quem quiser tomar água, lavará as talhas ou vazilhas dos andames para fora. Assentaram que se metam marcos nas fontes e se demarquem duas varas; e assim nos poços, para que dentro delas e deles não possa ninguém lavar, sob as ditas penas. (A qual demarcação mandará fazer o procurador do concelho para que venha à notícia de todos).

Postura das furdas

- Nenhuma pessoa poderá ter furdas para porcos dentro da vila e arrabalde nem Devesa, salvo em suas casas, pardieiros ou quintais ou ressios e, fazendo o contrário, pagarão 50 réis; a Câmara poderá dar licença nos lugares que lhe parecer... E nas aldeias poderão ter e fazer furdas, aonde os juízes lhes assinarem; e, tendo-as fora, pagarão 50 réis sendo em ruas públicas.

Postura das obras que se fazem na vila e ruas.

- Assentaram que as pessoas que fizerem obras nesta vila e arrabaldes, tanto que a obra for feita mandarão alimpar a rua da pedra, terra e imundice, que aí ficar, dentro em oito dias, com pena de 100 réis por cada vez que lhe for achada. E a pessoa que tiver pardieiro dentro da vila, tê-lo-á tapado de madeira que se não faça nele esterqueira, sob a dita pena de 100 réis. Postura dos fornos que tenham chaminés.

- Acordaram que os fornos de cozer pão, que estiverem nesta vila e arrabaldes e aldeias, tenham "ximinez" altas que lancem o fumo fora, com pena de 200 réis; e isto se não entenderá nos lugares do Salgueiro, Cafede e Mata e em todos os montes.

Postura do lavar lã

- Assentaram que se poderá lavar lã tinta e panos na Líria, do moinho de Manuel Viegas para baixo e em Ocreza todo o ano. E, havendo pães ou restolhos, não poderão fazer lume em nenhuma parte até S. Miguel; e na Ocreza poderão fazer lume no meio dos areais, com resguardo dos frutos. E, assim, poderão lavar as ditas lãs e panos no ribeiro do Cagavai da volta por baixo de Nossa Senhora dos primeiros penedos para baixo e na piçarreira e na pipa do Azamor para baixo. E no ribeiro da Torre, onde se mete no do Sete para baixo, de dia de S. Martinho até o derradeiro de Maio; e daí por diante ficarão coimeiros e, quem lavar fora destes limites e fora do tempo, pagará 200 réis cada dia.

Muitas outras posturas poderia aqui apresentar, para demonstrar como a higiene e as condições de salubridade na vila de Castelo Branco eram objecto de grandes cuidados por parte dos municíipes e das entidades camarárias.⁽²⁵⁾

Não o farei por motivos óbvios mas, para melhor esclarecimento, vou terminar este capítulo enunciando apenas os títulos de algumas delas:

- Postura do amanhar do linho. - Postura dos almocreves.
- Postura das padeiras, taberneiros, carniceiros, lagareiros, etc., etc.⁽²⁶⁾

IV - Os Doentes; As grandes epidemias

Assistência às crianças, enjeitados, órfãos, inválidos e pobres envergonhados; as parteiras ou "comadres" da freguesia de Santa Maria do Castelo, na 2^a metade do século XVI.

Na Idade Média já havia instituições destinadas a cuidar das crianças doentes, em particular dos órfãos e enjeitados: eram os *hospiáis de meninos*.

Para acudir aos velhos, inválidos e pobres envergonhados, surgiram as chamadas *mercearias*.

Não tenho conhecimento de qualquer destas instituições na zona que estamos a estudar. Porém, todos estes casos irão ser contemplados, em certa medida, com a fundação da Misericórdia de Castelo Branco, no ano de 1514.

Através dos registos paroquiais quinhentistas da igreja de Santa Maria do Castelo, pude constatar uma elevada percentagem de mortalidade infantil... Ali achamos também vários casos de enjeitados e de filhos espúrios, provenientes na maioria de escravas. Como exemplo, apresentarei apenas dois assentos:

- A 30.9.1564, baptizei Maria, *enjeitada*, foram padrinhos Afonso Barreto, escudeiro do senhor D. Fernando e Marcos Pires, oleiro, e Mécia Gomes e Biatriz Caldeira, ama...⁽²⁷⁾

- A 6.9.1551, baptizei a Domingas, filha *espúria* de Brásia, escrava de Brás da Costa, padrinhos Sebastião Lopes e Gonçalo Fernandes e Helena Lopes...⁽²⁸⁾

A assistência aos partos era efectuada por intermédio das parteiras ou de mulheres experientes, só se justificando a intervenção do cirurgião em casos complicados...

As parteiras ocupavam-se não só dos partos como da ginecologia e, em geral, não eram sujeitas a qualquer exame, transmitindo-se a profissão de mães para filhas... Como muitas vezes eram convidadas para madrinhas das crianças, que tinham ajudado a nascer, costumavam ser designadas também por "comadres".⁽²⁹⁾

Em Castelo Branco, o seu número (extraído dos registos paroquiais) era extraordinariamente elevado. Basta dizer que, no período de 17 anos compreendido entre 18.1.1547 e 23.4.1564, achei mencionadas 46 parteiras-madrinhas, que deram assistência a toda a freguesia de Santa Maria do Castelo. Esta abrangia então parte da vila e os "montes" de Além-Ponsul, do Casalinho (sobre a Ocreza), dos Maxiais, do Retaxo, Cebolal, Benquerenças e Taberna Seca, da Ovelheira, dos Carrascos e do Gentil-homem (nos Maxiais), Represa, Amarelos e Carapetosa.

Por vezes, o mesmo parto era assistido por duas parteiras ou por uma com sua ajudante.

Vejamos alguns exemplos:

- A 17.8.1547, baptizei Manuel, filho legítimo de Heitor Rodrigues e Isabel Trancoso, padrinhos Sebastião Lopes e as comadres Catarina Fernandes e Briatriz Fernandes...⁽³⁰⁾

- A 3.10.1555, baptizei D. Diogo, filho legítimo do senhor D. Fernando e da senhora D. Filipa, sua mulher, foram padrinhos o senhor D. António da Silva e o senhor D. Filipe de Sousa e a senhora D. Brites, sua avó, e trouxe a criança a comadre...⁽³¹⁾

- A 2.7.1561, baptizei Manuel, filho legítimo de Baltazar Gonçalves e de Biatriz Pires, da Bemquerença e, assi, baptizei Margarida, gémea, filha dos mesmos. Padrinhos: do macho, Brás e Leonor Domingues e Perpétua Dias; e da fêmea, Pero Fernandes, Maria Domingues e Ana Afonso, parteira, e Mécia Gomes...⁽³²⁾

- A 16.10.1598, baptizei a Olaia, filha legítima de Pedro Miguel e de Biatriz Dias, moradores no monte do Cebolal desta freguesia, foram padrinhos Manuel Vaz e Margarida Dias. Esta criança houve seu pai sendo da idade de cento e três anos ...⁽³³⁾

Este último exemplo serve apenas para demonstrar que não só se morria cedo, pois muitas pessoas conseguiam atingir idades apreciáveis...

Como refere A.H. de Oliveira Marques, “A assistência aos partos estava ligada às muitas superstições que, em todos os tempos, acompanharam o nascimento de crianças. Aqui, como aliás para todas as enfermidades, o recurso à protecção religiosa considerava-se imprescindível”.⁽³⁴⁾ As parturientes invocabam, em particular, a protecção de Nossa Senhora do Ó, representada como grávida em muitas imagens, veneradas nas igrejas da vila e da região.

IV.2 - A “PESTE PEQUENA”, EM CASTELO BRANCO, DE 1600 A 1602.

Durante muitos séculos, a peste foi um dos flagelos mais terríveis que assolararam a humanidade.

Doença epidémica, de características por vezes diferentes, quando aparecia propagava-se com grande facilidade e rapidez, deixando por toda a parte um rastro de desolação e sofrimento...

No século XVI houve em Portugal 39 epidemias de peste, que vitimaram dezenas de milhares de pessoas. No entanto, não havia notícia de ter grassado nesta região, talvez por estar um pouco isolada em relação aos centros mais populosos do litoral que, através do comércio marítimo, tinham um maior relacionamento com gentes de outros países... Enganei-me, porém, nesta suposição e, pela primeira

vez, vou referir-me aos “andaços” da chamada “peste pequena” na vila de Castelo Branco. Assim designada para se distinguir da “peste grande” (1569), provinha da Flandres, passara a Castela e ao norte de África e assolou o reino de 1598 a 1603. Sabe-se que apareceu em Lisboa, logo nos começos de 1598, propagando-se a Cascais, Sacavém, Setúbal, Torres Vedras, Tomar, Santarém, Évora, Elvas e ao Algarve; a Aveiro, Leiria, Porto, Vila Nova de Gaia, Guimarães, Mirandela e Vila Real.⁽³⁵⁾

Em Castelo Branco, o seu aparecimento é-nos revelado através de alguns livros genealógicos, por breves referências em duas cartas da chancelaria régia e, principalmente, pelos assentos de óbito insertos nos registos paroquiais da igreja de Santa Maria do Castelo. Como desapareceram os assentos correspondentes da igreja de S. Miguel, os elementos de que podemos dispôr são incompletos mas, mesmo assim, bastante elucidativos.

O primeiro caso vai registado pelo vigário de Santa Maria, nos seguintes termos:

- Aos vinte e cinco de Junho de 1600, faleceu Catarina Vilela, mulher do Gázeo, do Torrejão, jaz enterrada para a Amoreira, empedida, não sei se fez manda...

Ora, consideravam-se *impeditos* todos os que trabalhavam na luta contra a peste (e os que com eles viviam), não podendo por isso entrar em contacto com as pessoas sãs e tendo de usar sinais, bem como nas suas casas. Sendo assim, é evidente que o mal já entrara há algum tempo na vila e seu termo...



Após o caso referido sucedem-se muitos outros, num total de mais de 90 assentos de óbito, registados até 22.6.1602 na freguesia de Santa Maria⁽³⁶⁾. Deles traslado, seguidamente, os que me parecem mais significativos:

- A 9.1.1601, faleceu Gonçalo Vaz Rapado, jaz enter-rado no monturo, não sei se fez manda...
- A 10.1.1601, faleceu Pedro Esteves e uma sua filha, jazem no *decredo*...
- A 15.3.1601, faleceu uma filha da Borralheira, por nome Mécia, *impedida*, jaz enterrada no adro à Amoreira, de 10 anos...
- A 28.3.1601, faleceu Domingos filho que foi de Manuel Simão Arrocho, morreu em S. Gregório aonde estava posto na *enfermaria* que no dito ano se fez naquela ermida e está enterrado no *decredo*. Faleceu o dito Manuel Simão e três filhos dos males de que Deus nos guarde e não fez manda por escrito...
- A 24.7.1601, faleceu um negro de Ana Lopes por nome Domingos...
- A 31.7.1601, morreu uma criada de Domingos Rodri-gues, genro de Domingos Lopes da Câmara...
- A 3.8.1601, faleceu Helena Vaz, mulata, no *decredo*...
- A 8.8.1601, faleceram dois meninos a Pero Fer-nandes Savalhão...
- A 9.8.1601, faleceu um filho do Ldo. Domingos do Rego, por nome Manuel...
- A 24.8.1601, faleceu Pero de Sousa.⁽³⁷⁾
- A 16.10.1601, faleceu António Álvares, genro de Domingos Gonçalves, do Cebolal de Cima, onde jaz enterrado na ermida de Nossa Senhora dos Prazeres e fez manda...
- A 3.4.1601, faleceu uma filha de Maria Vilela no *decredo* e não fez manda.
- A 26.1.1601, faleceu uma enteada de Álvaro Vaz, do monte dos Maxiais, *impedida*, lá enterrada.
- A 10.8.1601, faleceu Pedro Vaz de Vasconcelos⁽³⁸⁾, jaz enterrado defronte da porta principal com a mulher e filha (que já haviam sucumbido um pouco antes ao mesmo mal).
- A 14.6.1602, faleceu o Doutor André Esteves, *médico*, jaz enterrado em Santo António e fez testamenteiro um sobrinho, Baltazar Leitão, prior no Sarzedo. Daqui podemos já tirar algumas ilações. Assim, para combater o mal, vemos que se procedeu à instalação de uma enfermaria na ermida de S. Gregório (não sei se esta seria a Casa da Saúde, referenciada mais adiante); os *impedidos* eram sepultados, geralmente, no sítio da Amoreira e os pestosos iam para o monturo ou ficavam no *decredo*, em vez de serem enterrados, como de costume, dentro das igrejas e nos seus adros. Constatamos também que o hospital da Misericórdia não aparece mencionado nesta emergência, reservado talvez exclusivamente aos casos correntes e, para evitar o contágio, apoiado apenas pelo Ldo. Miguel Lobo,

residente na vila há alguns anos e médico do partido.

A epidemia alastrou também ao Cebolal de Cima, Bemquerenças do Meio e Maxiais, atingindo os membros de todas as classes sociais, de qualquer idade, sexo e raça.⁽³⁹⁾

Muitas famílias foram ceivadas ou quase destruídas; outras procuraram na fuga a esperança da salvação e tenho notícia de que algumas se refugiaram nos Escalos de Cima, Sertã e mesmo Sabugal; pessoas, ocasionalmente na vila, aqui vieram encontrar o último dia das suas vidas.⁽⁴¹⁾

O outro médico do partido, Dr. André Esteves, acabou por sucumbir à doença que havia combatido durante cerca de dois anos... Dos restantes médicos residentes em Castelo Branco apenas me consta que o cirurgião e boticário António Aires (pai do célebre Dr. Filipe Rodrigues Montalto) curara esforçosadamente os doentes do mal contagioso na Casa de Saúde da vila, dando toda a ordem necessária para remédio deles e sem receber salário algum. Atendendo a isso e ao facto de haver exercido os seus ofícios com os pobres e religiosos do convento de Santo António, Filipe II, a pedido da Câmara e por alvará feito em Lisboa a 9.8.1601, autoriza que lhe seja concedido em cada ano o ordenado de 15 000 réis, à custa das rendas do concelho e enquanto ali residisse...⁽⁴²⁾

Encontrei a última alusão ao acontecimento, numa carta de perdão dada a Manuel Mendes, morador em C. Branco (Lisboa, 20.3.1602). Dela consta que fora culpado nas devassas que se tiraram na vila, porque vendia carne a enxerca e fora dos açougueiros. Mas tudo lhe perdoam, porquanto era rendeiro da chancelaria da comarca e “além disso houvera peste na terra, pouco ou nada para comer e grande necessidade de carne e, por ser Verão, o que sobejava se danava; por isso, o que vendia fazia proveito ao povo”.⁽⁴³⁾

Enfim, em todas as calamidades há sempre oportunistas que tentam tirar proveito próprio da situação, mesmo quando esta é a desgraça dos outros. Porém, não podemos deixar de pôr em destaque os nomes dos médicos, que lutaram incansavelmente contra o mal terrível que afligia os moradores da vila, um dos quais - Dr. André Esteves - acabou por sofrer o contágio e morrer no seu posto, como um verdadeiro herói.

É natural que nesta emergência se tivessem tomado outras providências, aplicando-se as instruções gerais seguidas então e que consistiam na execução de diversas medidas, entre as quais citamos:

- Isolamento dos pestosos e de quem deles tratasse, sendo “os escravos e homens de soldada e obreiros mecânicos”, os pobres enfim, cuidados em ruas ou locais isolados.
- Introdução de rebanhos de gado, particularmente

"vacas criadeiras", nas ruas.

- Purificação do ar por meio de fogueiras "de ervas e cousas cheiroosas", como o alecrim.

Encerramento a pedra e cal das portas e janelas das casas, onde houvessem morrido pessoas com peste.

- Aplicação do vinagre e cal virgem, no interior das casas, onde houvesse pestosos.

Lavagem e exposição ao sol da roupa dos pestosos, um mês depois de eles morrerem.

- Regulamentação dos enterros, que deviam ser feitos em sítios fora da localidade e dispostos de tal modo "que quando o vento Norte lhes passasse por cima, não desse nela.

- Evitar aglomerações de gente, que deviam afastar-se dos lugares contaminados; auxiliar os pobres, etc, etc.⁽⁴⁴⁾

Verificamos que muitas destas disposições foram tomadas pelas autoridades na vila de Castelo Branco.

A "peste pequena" seria objecto de notável estudo⁽⁴⁵⁾, feito por um dos mais reputados médicos do seu tempo, o Dr. Ambrósio Nunes, filho do Ldo. Leonardo Nunes, físico-mor do reino é natural de Castelo Branco, como veremos no último capítulo.

V - A Arte de Curar. Físicos, Cirurgiões e Boticários Naturais e/ou Moradores em C. Branco e no seu termo até finais do séc. XVI; Cartas de Exame, Habilitação e Privilégio; os grandes médicos albicastrenses (Amato Lusitano e Filipe Montalto); os "Partidistas" da Câmara.

- Afim de curar as pessoas, ou seja, para cuidar da saúde, havia na época um conjunto de profissionais: físicos, cirurgiões e boticários...

Os dois primeiros podiam ter uma formação escolar mas, geralmente, obtinham os seus conhecimentos como os restantes, isto é, pela prática e na companhia de um mestre - pessoa experiente ou encartada...

Ora, com o propósito de evitar os danos causados pelos que não possuíam a formação indispensável, ordenações régias determinaram que tanto os físicos como os cirurgiões e boticários só poderiam exercer a profissão desde que comprovassem a sua competência por meio de um exame. Este seria feito perante o físico-mor ou o cirurgião-mor do reino, conforme os casos e, aos considerados aptos, passavam-se então as respectivas cartas régias.

Os cirurgiões eram, em geral, menos abonados que os físicos sob o ponto de vista social, pois tinham preparação mais curta, assumindo a sua actuação um carácter essencialmente manual: curativo de

feridas, fracturas, luxações, extracção de tumores e abertura de abcessos superficiais, além de algumas intervenções operatórias não muito complexas e o tratamento de doenças da pele.

Quanto aos físicos, a sua actividade correspondia em certa medida à dos actuais médicos de clínica geral, havendo entre eles até especialistas.⁽⁴⁶⁾

Como vamos ver, não só em Castelo Branco como por todo o reino, a grande maioria dos que se dedicavam à arte de curar eram judeus e, depois da conversão forçada em 1497, os seus descendentes continuaram a manter tal supremacia durante várias gerações.

A região de Castelo Branco constituirá um alfobre de médicos distintos, que irão alcançar grande prestígio tanto dentro como fora do país. Para isso contribuíram vários factores, entre os quais saliento os seguintes:

a) - Os limitados recursos da região e até a agressividade do meio ambiente, em particular na zona raiana, propícia ao florescimento de filósofos, médicos e mártires...

b) - A existência de um numeroso núcleo de judeus, que deixaram vastíssima geração de cristãos-novos, disseminada por toda a província e dedicando-se muitos elementos dela à ciência eleita ao seu espírito - a Medicina. Para isso, concorreu também o facto de o exercício desta profissão não obrigar à prova impeditiva da "limpeza de sangue" ...

c) - O estabelecimento nas proximidades de uma escola prestigiosa - a Universidade de Salamanca - onde a maioria foi cursar a carreira médica, por vezes em melhores condições que na própria Universidade de Coimbra...



Só a partir dos finais do século XV começo a ter notícia documental da existência, na vila de Castelo Branco e seu termo, de pessoas encartadas ou habilitadas para tratarem dos doentes. Delas darei uma informação cronológica bastante sumária, aguardando outra oportunidade para melhor esclarecimento das suas vidas... Para o efeito, apresentamos seguidamente uma relação dos físicos, cirurgiões e boticários que aqui viveram até finais do século XVI.

1 - *Me. Samuel Goleima*, físico e cirurgião do infante D. Fernando, duque de Viseu e governador da Ordem de Cristo, etc. Sendo então morador na vila de Castelo Branco, D. Afonso V concede-lhe, em 20.7.1470, a seguinte carta de privilégio: - D. Afonso, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nós, querendo fazer graça e mercê a Me. Samuel Goleima, físico e cirurgião do Infante meu muito prezado e amado irmão, morador que ora é em a vila de Castelo Branco, temos por bem e queremos que daqui em diante, na dita vila e onde quer que morar, nom pousem com ele em suas casas de morada, adegas, nem cavalariças, nem lhe tomem delas roupa de cama, alfaias de casa, nem palha, cevada, patos, lenha, galinhas, nem outra nenhuma cousa de seu contra sua vontade, nem isso mesmo seja constrangido para per si nem per outrem haver de servir em nenhuns cargos do concelho onde assi morar. Outrossim, queremos que lhe nom tomem suas bestas das de sela nem de albarda per as cargas de nenhuma pessoa de qualquer estado e condição que seja. E, porém, mandamos a todolos nossos corregedores, juizes e justiças, oficiais e pessoas a que o conhecimento desto pertencer per qualquer guisa que seja que hajam daqui em diante o dito Me. Samuel por dispensado dos ditos encargos e nom o constrainjam nem mandem constranger pera nenhuns deles, porquanto nossa mercê e vontade é que seja deles escusado e relevado por assi ser do dito Infante meu irmão, sem outra dúvida nem embargo que uns e outros a elo ponhais. Dada em Covilhã, a XX dias de Julho. Afonso Garcês a fez, de mil e quatrocentos e setenta anos.⁽⁴⁷⁾

Nove anos depois, suponho que ainda vivia em Castelo Branco. Com efeito, estando em Évora a 28.6.1482, D. João II mandou passar carta de perdão a Ester, judia e moradora naquela vila, a qual havia cerca de três anos fugira à justiça, acusada por um Me. Samuel de "bulroa e jnliçadora "...⁽⁴⁸⁾

2 - *M. Salomão Amado*, físico e morador em Castelo Branco, obtém carta régia para usar e praticar a sua arte, depois de submetido a exame e considerado apto pelo doutor Me. Rodrigo, físico-mor do reino (Santarém, 4.5.1483).⁽⁴⁹⁾

Encontro vários judeus deste apelido, exercitando as mais diversas profissões em Castelo Branco; o mais antigo, Abraão Amado, era rendeiro das sisas

gerais daquela vila e do seu termo, em 1380181.⁽⁵⁰⁾ Por isso e sem qualquer base documental, apresento a seguinte suposição: - Não teria o célebre Amato Lusitano pertencido a esta família, largando no exílio o seu novo nome João Rodrigues por aquele em que incluiria o próprio apelido?...⁽⁵¹⁾

3 - *Me. Salomão Goleima*, morador em Castelo Branco, alcança também licença de D.João II para usar da arte de cirurgia por todos os seus reinos e senhorios, jurando na chancelaria régia e, "em sua ley", de o bem fazer e obrar com cristãos, judeus e mouros (Santarém, 15.11.1484).⁽⁵²⁾

4 - *Me. António*, físico e morador em Castelo Branco, alegando que aprendera há muito tempo da ciência e arte de medicina e tirara carta em forma, uns cinco anos atrás, depois de examinado pelo doutor Me. Rodrigo, físico-mor do reino, pede confirmação da mesma, de acordo com a ordenação de D. Manuel; o novo físico-mor, o doutor Me. António de Lucena, certifica que ele saberia curar mui bem qualquer enfermo, pelo que el-rei lhe manda passar a sua carta de física (Lisboa, 6.4.1498)...⁽⁵³⁾

Quatro anos depois ainda vivia naquela vila, servindo de testemunha numa escritura de compra e venda, feita a 14.9.1502 e em que João Rodrigues de Castelo Branco, Fidalgo da Casa Real, adquiriu parte da herdade dos Chãos de D. Bento, situada além do Ponsul.⁽⁵⁴⁾

Me. António pertencia, certamente, ao grande núcleo dos judeus que, após a sua conversão forçada em 1497 e, pelo neobaptismo, deixaram os antigos nomes judaicos...

5 - *Me. Nuno*, físico cirurgião e morador em Castelo Branco, aprendera também havia muito tempo ambas as artes, tirando as cartas devidas, depois de examinado: na primeira, uns cinco anos atrás, pelo doutor Me. Rodrigo, físico-mor; e, na segunda, dezoito anos antes, pelo cirurgião-mor Me. Fernando. A fim de cumprir o ordenado por D. Manuel, pede confirmação das mesmas e, sendo considerado mui apto pelos doutores Me. António de Lucena e Me. Gil, el-rei lhas manda passar em Lisboa, a 29.12.1498⁽⁵⁵⁾ e 18.12.1499⁽⁵⁶⁾, respectivamente.

Mestre Nuno, segundo o Dr. Miguel Achioli da Fonseca (no livro que escreveu sobre as famílias de Castelo Branco), era conhecido por rabi Samuel, no judaísmo, antes de se converter à fé católica. Viveu naquela vila, casado com Leonor Rodrigues, sendo seus filhos o Ldo. Leonardo e Bel. Aires Nunes, ambos médicos, de que trataremos mais adiante.

6 - *Me. Inhego Morales*, morador em Castelo Branco, fez saber a D. Manuel que, havia muitos anos, usava e praticava a arte da física, não só com seu pai mas também com o duque de Lapara e o doutor Santo Espírito, em Salamanca. O rei manda-o examinar, tanto na teoria como na prática, pelo físico-mor Me. Afonso com Me. Nicolau e os doutores

Me. Gil, Me. Diogo e Me. Henrique, seus físicos e, sendo por todos achado suficiente e idóneo, passa-lhe a respectiva carta (Lisboa, 19.6.1517)...⁽⁵⁷⁾

7 - *Ldo. Leonardo Nunes* nasceu em Castelo Branco, sendo filho de Me. Nuno, n.º 5 da presente lista. Designando-o por bacharel em física e morador naquela vila, D. João III concede-lhe carta para curar em seus reinos e senhorios, depois de considerado apto pelo físico-mor (Lisboa, 17.6.1522)⁽⁵⁸⁾. Poucos anos depois, a 12.12.1524, alcança a licenciatura em medicina, por exame privado nas Escolas Gerais do Estudo de Lisboa.⁽⁵⁹⁾

Durante algum tempo exerce clínica na terra natal mas as suas qualidades profissionais irão guindá-lo a cargos do maior prestígio, acabando por fixar residência em Lisboa, numas casas aforadas por enfileuse, ao Poço do Chão.

Assim, por carta régia de 23.3.1536 é nomeado físico da Casa da Suplicação com o ordenado de 2400 reis por ano⁽⁶⁰⁾; el-rei concede-lhe o foro de Fidalgo da Casa Real e o hábito da Ordem de Cristo, que recebe a 19.2.1546, no convento de Tomar⁽⁶¹⁾; serve também a Casa de Bragança, de que tinha 20000 réis de tença.

Tecendo-lhe os maiores elogios, o conde de Redondo D. João, numa carta datada de 1541, agradece a el-rei o ter-lhe enviado o Ldo. Leonardo Nunes para o tratar e à sua família. A ele se refere igualmente, o célebre Amato Lusitano, seu patrício, dizendo: "Leonhardus Nunius, medicus ad Lusitanus, dignus est premius apud regem dignitates obtineat".⁽⁶²⁾

A 4. 5.1554 recebe a nomeação de físico-mor do reino, por falecimento de Me. Diogo⁽⁶³⁾ e, quatro meses depois, a 16.9.1554, é designado para exercer ao mesmo tempo interinamente as funções de cirurgião-mor do reino...⁽⁶⁴⁾.

Faleceu a 10.1.1569, devendo-lhe suceder no cargo de físico-mor seu filho o dr. Ambrósio Nunes, segundo um alvará de lembrança que se não cumpriu inteiramente, ficando porém a receber a tença de 80.000 réis, enquanto não fosse provido em outro ofício que os valesse.

Foi casado com Leonor Coronel, filha de Me. Nicolau Coronel, físico da Câmara de D. Manuel I, de que houve uma geração distintíssima.

8 - *Bel. Aires Nunes*, irmão do anterior, aparece designado por Me. Aires, bacharel em física e cirurgia, e morador em Castelo Branco, numa carta em que D. João III lhe dá licença para andar em mula (Lisboa, 2.12.1528). Exerceu clínica naquela vila, onde serviu também de vereador e casou com Beatriz Soares, tendo entre outros filhos o Ldo. Henrique Soares, de que tratarei mais adiante.

9 - *Dr. João Rodrigues* (Amato Lusitano), o mais notável médico português do século XVI, nasceu na vila de Castelo Branco em 1511, sendo baptizado

com o nome de João Rodrigues pela sua família de cristãos-novos e antigos judeus.

Com 24 anos, a 16.3.1535, obtém o grau de bacharel em Medicina na Universidade de Salamanca, constando do respectivo registo que, no dia anterior, provara haver feito 4 cursos e lido 9 lições na de Alcalá de Henares. Daqui, conclui o Prof. J. Veríssimo Serrão que, após uma estadia inicial em Salamanca, prosseguira os estudos na escola complutense (de 1532 a 1535) e, em Março do último ano, voltara à primeira para ali se submeter às provas do bacharelato⁽⁶⁶⁾. Em Salamanca e apenas com 18 anos, exercera a clínica em dois hospitais e o mesmo fizera durante 5 anos, por ocasião das férias e no regresso à pátria com a formatura, em várias localidades do nosso país, incluindo Castelo Branco, Santarém, Lisboa, etc. Suponho que, em finais de 1535, partiu para Antuérpia, onde saí publicado no ano seguinte o seu pri-meiro livro, *Index Dioscoridis*, o único em que, como autor, o seu nome é seguido dos da terra e país natal *JOANNE RODERICO CASTELI albi Lusitano autore*; em todas as obras posteriores, o nome que passou a adoptar e sob o qual preservaria para sempre a nacionalidade e a sua verdadeira crença, será o de *Amatus Lusitanus*. Entretanto, a sua reputação espalha-se por toda a Europa e, convidado a exercer a medicina em diversos países, opta pela Itália. Assim, em 1541 é professor de Anatomia em Ferrara; no mês de Maio de 1547 dirigi-se para Ancona e dali acorre a várias cidades, tratando o papa Júlio III, o duque Cosme de Médicis, etc., etc.; mas vítima de perseguições, em virtude de professar a religião hebraica, parte para Ragusa e acaba por refugiar-se em Salónica (1558), onde vem a falecer da peste, a 21.1.1568.

Clínico distintíssimo, devem-se-lhe curiosas observações médicas e cirúrgicas. Naturalista prático, foi ao mesmo tempo um grande terapeuta e muito versado em botânica médica.

A ele e a Canano atribui-se a descoberta das válvulas das veias (1547). Humanista e poliglota, escreveu (além da obra já citada) as seguintes: *Curationum Medicinalium Centuria Septem* (a 1ª Centuria foi publicada em Florença, no ano de 1551), *In Dioscoridis Anazarbei de Medica Materia Enarrationes Eruditissimae*, Veneza, 1553; *Comentaria in Quartum Fen Lib.I Avicenae, La História de Eutropia* (trad. do latim para o espanhol). A sua vida e a sua obra têm sido analisadas por vários estudiosos, entre os quais destacamos o dr. José Lopes Dias, que lhe dedicou um trabalho particularmente profundo e apaixonado.

10 - *Ldo. Henrique Soares*, filho do Bel. Aires Nunes, n.º 8, nasceu em Castelo Branco e frequentou a partir de 30.10.1540 o Colégio de Santa Cruz, na Universidade de Coimbra, onde se formou em Medicina⁽⁶⁷⁾. De regresso a Castelo Branco, ali

exercitou a profissão médica durante alguns anos mas, tendo casado com Maria Rodrigues, filha de Miguel Afonso Folgado, Cav. Fid. C. R. e de sua 2^a mulher Justa Rodrigues Rebelo, passou a servir o ofício de Tabelião do público, judicial e notas daquela vila, que a mulher trouxera em dote. Faleceu a 1.11.1594, sendo sepultado no convento de Santo António.⁽⁶⁸⁾

11 - *João Rodrigues*, morador na vila de Castelo Branco, é considerado apto e suficiente para usar da ciência de cirúrgia pelo doutor Me. Gil, cirurgião-mor do reino. Por tal motivo, D. João III manda passar-lhe a respectiva carta, em Almeirim, a 25.4.1544.⁽⁶⁹⁾

12 - *Bel. Rui Dias*, morador em Castelo Branco, recebe carta de D. João III para poder curar de física em todos os seus reinos e senhorios, depois de submetido ao costumado exame pelo físico-mor, o doutor Me. Diogo (Lisboa, 27.3.1548).⁽⁷⁰⁾ Esta carta é confirmada, uns dois anos mais tarde, por outra datada de Lisboa, a 14.6.1550⁽⁷¹⁾; e, a 19.11.1554, obtém igualmente carta de cirurgia, sendo examinado nesta ciência pelo Ldo. Leonardo Nunes, físico-mor do reino mas acumulando então o cargo de cirurgião-mor...⁽⁷²⁾

Tenho notícia deste médico em Castelo Branco, desde 16.5.1548 a 3.6.1575, através dos registos paroquiais da freguesia de Santa Maria do Castelo, onde vai sempre designado pelo título de licenciado. Aqui lhe nasce uma filha, Violante, baptizada na dita igreja, a 2.9.1567).⁽⁷³⁾

É o primeiro médico do partido, que conhecemos em Castelo Branco. Com efeito, por alvará dado em Lisboa, a 6.3.1576, D. Sebastião autoriza a Câmara daquela vila a pagar-lhe 20 cruzados por ano, à custa das rendas do concelho, na condição de ali curar e assistir graciosamente aos pobres da Misericórdia e enfermos do convento de Santo António.⁽⁷⁴⁾

13 - *Bel. Simão Rodrigues de Santilhana*, morador em Castelo Branco, obtém carta de D. João III para poder curar de física em todos os seus reinos e senhorios, atendendo às suas habilitações académicas e aos conhecimentos que demonstrara perante o doutor Me. Diogo, físico-mor (Lisboa, 8.8.1553).⁽⁷⁵⁾

Pertencia este médico a uma família de cristãos-novos, talvez oriundos de Castela mas radicados em Castelo Branco. Aqui exerceu clínica durante quase duas dezenas de anos, tendo falecido antes de 20.5.1571, data em que sua viúva casou novamente.⁽⁷⁶⁾

14 - *Bel. Rodrigo Aires de Santilhana*, parente do anterior, nasceu em Castelo Branco à volta de 1534, sendo filho do Bel. Manuel Rodrigues, procurador naquela vila, e de sua mulher Brites de Santilhana. O pai formara-se em Leis (Direito Civil) a 9.3.1535, na Universidade de Salamanca⁽⁷⁷⁾ e ele, seguindo-

-lhe as pisadas, ali estudou também tendo-se graduado em Artes e Medicina. De regresso à terra natal, solicitou de D. João III a indispensável licença para poder exercer a profissão, que lhe foi concedida em Lisboa, a 1.3.1555, depois de examinado pelo Ldo. Leonardo Nunes, físico-mor do reino.⁽⁷⁸⁾

Acabou por estabelecer-se em Castelo de Vide, onde casou e exerceu clínica. Porém, acusado de judaísmo pelo cunhado, o dr. Garcia Lopes (de Portalegre), caiu sob a alçada da Inquisição, em 1571⁽⁷⁹⁾, saiu reconciliado, a 28.7.1572 mas, receando novas perseguições, fugiu para a Flandres.

15 - *António Aires* teve carta de boticário, morando então em Nisa, a 20.3.1562⁽⁸⁰⁾. Ainda neste ano passaria a C. Branco, onde montou botica e casou pela 1^a vez, a 22.4.1563⁽⁸¹⁾, com Catarina Aires, filha de Filipe Rodrigues, mercador e de sua mulher Brisida Gomes, cristãos-novos daquela vila. Aqui permaneceria o resto da vida, até princípios do século XVII, havendo sido irmão da Misericórdia e partidista da Câmara.

Em 21.2.1583, obtém carta de cirurgia assinada pelo doutor Sebastião Rodrigues de Azevedo, servindo de cirurgião-mor do reino⁽⁸²⁾. Como já vimos, teve uma acção destacada e meritória no ataque à peste pequena, que grassou em Castelo Branco de 1600 a 1602, por tal motivo atribuiram-lhe 15000 réis de ordenado anual, à custa das rendas do concelho, por alvará de Filipe II (Lisboa, 9.8.1601).⁽⁸³⁾ Ora, já anteriormente pertencera ao partido da Câmara: primeiro, auferindo 4000 réis por ano e, depois mais 3000 réis (alvará de 1.2.1590), mas sempre com a obrigação de residir na vila e conservar na sua botica as mezinhas necessárias para os enfermos.⁽⁸⁴⁾

De entre os seus filhos distingo os médicos Francisco de Luna e Filipe Rodrigues (ou Filipe Montalto), sobre o qual me debruçarei mais adiante...

16 - *Bel. André Esteves*, natural de Penamacor e filho do Ldo. Domingos Esteves⁽⁸⁵⁾, sai graduado pela Universidade e logo procede as diligências costumadas para o exercício da profissão médica. Assim, alcança duas cartas de D. Sebastião: a primeira, de cirurgia, após exame pelo doutor Gaspar da Costa, cirurgião-mor do reino (Lisboa, 28.1.1568)⁽⁸⁶⁾, a segunda, de medicina (física), em que foi também considerado apto e suficiente, quer na teoria como na prática, pelo Ldo. Leonardo Nunes, físico-mor do reino (Lisboa, 29.1.1568).⁽⁸⁷⁾

De Penamacor passa ao Fundão, onde fazia clínica por volta de 1573. Alguns anos mais tarde vem residir para C. Branco, a fim de curar os moradores e povo da vila e aldeias ao redor e, de graça, os enfermos da Misericórdia e dos conventos de Santo António e Santo Agostinho; para tal recebe o partido de 20 000 réis por ano (durante o prazo de três) pagos pela Câmara com a indispensável autorização régia

(Lisboa, 24.1.1578)...⁽⁸⁸⁾

O "doutor" André Esteves, como a partir de então o vejo sempre designado, instala-se numa casa da Rua dos Passarinhos onde pouco depois sua jovem mulher, Ana Leonel⁽⁸⁹⁾, dá à luz uma menina, baptizada com o nome de Ângela, a 17.5.1578, pelo Ldo. Heitor Borralho, vigário e reitor da igreja de Santa Maria do Castelo⁽⁹⁰⁾. Acabado o seu triénio, volta de novo para o Fundão. Aqui se mantém, desde 1581 e por mais uma dezena de anos, nascendo-lhe uma filha (Justina) e um filho (António) baptizados, respectivamente, a 26.7.1584⁽⁹¹⁾ e 9.11.1586⁽⁹²⁾, na igreja de S. Martinho. Entretanto, vaga um dos partidos de medicina em C. Branco e, convidado para o preencher, ali regressa com o ordenado de 30 000 réis por ano, que lhe é confirmado por alvará de Filipe I (Lisboa, 10.12.1594)⁽⁹³⁾. Ainda o servia, quando a peste negra alastrava pela vila, em 1600. Ao tratar os doentes atingidos pelo terrível mal, ele próprio sofre o contágio, falecendo a 14.6.1602 e sendo sepultado no convento de Santo António, como já referi no capítulo IV.2.

17 - *Gomes Fernandes*, morador em C. Branco, tem licença para usar da arte e ofício de boticário e assentar botica em qualquer parte do reino, salvo Lisboa, depois de examinado pelo doutor Sebastião Rodrigues Azevedo, físico-mor (Lisboa, 23.3.1571)⁽⁹⁴⁾.

Natural daquela vila, onde tinha família, sendo irmão de Isabel Gomes casada com Diogo Antunes, n.º 18, acabou por radicar-se na cidade da Guarda e aqui nasceu seu filho o bel. Francisco de Orta, graduado por Salamanca e com carta de medicina em 14.2.1602, depois de examinado pelo doutor Francisco Rodrigues Cardoso, físico-mor do reino...⁽⁹⁵⁾

18 - *Diogo Antunes*, de nome completo Diogo Antunes Orta e filho de Francisco Antunes e Isabel Morão, ambos cristãos-novos, obteve carta para usar do ofício de boticário e assentar botica em qualquer parte do reino, salvo Lisboa, depois de examinado pelo doutor Sebastião Rodrigues Cardoso, físico-mor do reino (Lisboa, 8.8.1571)⁽⁹⁶⁾; é também a de cirurgia, assinada pelo doutor Gaspar da Costa, cirurgião-mor (Lisboa, 18.4.1578)⁽⁹⁷⁾. Nas duas cartas assinala-se como morador na Covilhã, mas suponho que era natural do Fundão, onde viveu e praticou os seus ofícios durante vários anos.

No entanto, a convite da Câmara de C. Branco, aceita o partido de cirurgião naquela vila, comprometendo-se a residir ali e recebendo 3000 réis cada ano para o aluguer da casa (Lisboa, 7.5.1583)⁽⁹⁸⁾. Este contrato será renovado por mais três anos, a 5000 reis cada, segundo alvará régio dado em Lisboa a 29.3.1586⁽⁹⁹⁾ e, no fim do prazo, confirmado por igual período mas desta vez com 8000 réis (Lisboa, 16.5.1590)⁽¹⁰⁰⁾. Terminado o último triénio, em 1593, retira-se para Alcântara (Castela) com sua

mulher Isabel Gomes, filha de Afonso Gomes e Helena Fernandes.

Do processo da Inquisição de Lisboa contra seu filho, o bel. Francisco Antunes Morão, n.º 28, consta que montara botica em C. Branco, resultando daí inimizades com António Aires, n.º 15, também boticário e cirurgião; e que sua filha, Isabel Morão, vivia em Alcantara (1601) casada com o Ldo. Manuel Carrilho, natural de Monforte (Eivas), graduado em Artes pela Universidade de Évora (12.3.1589) e bacharel em Medicina pela de Salamanca (1.4.1594)⁽¹⁰¹⁾.

19 - *António de Matos*, filho de Mateus Fernandes e natural de Castelo Branco. Dele temos conhecimento apenas pela sua ficha na Universidade de Coimbra: - matriculado em Medicina a 23.X.1573-29.XI.1579-28.VII.1581-17.XI.1583; encorporação de bacharel em Artes a 5.VII.1580-1^a tentativa a 3.VII.1582⁽¹⁰²⁾.

20 - *Mc. Marcos Fernandes*, filho de Me. Lucas e natural de C. Branco, obtém carta régia para poder usar da ciência de cirurgia, depois de considerado apto pelo doutor Manuel Cardim Fróis, cirurgião-mor do reino (Lisboa, 9.5.1586)⁽¹⁰³⁾.

21 - *António Fernandes* "latino, theórico e práctico", filho de Afonso Gomes e natural de C. Branco, obtém igualmente carta de cirurgia, assinada pelo mesmo cirurgião-mor (Viana, 18.10.1587)⁽¹⁰⁴⁾.

22 - *Fernando Aires* foi boticário em C. Branco desde meados do século XVI. Ali viveu casado com Beatriz Mendes, também cristã-nova e que faleceu a 3.3.1574⁽¹⁰⁵⁾, sendo sepultada no adro da igreja de Santa Maria, junto à porta principal. Ainda vivia a



9.1.1572, data em que faleceu, Diogo Álvares, genro do boticário da Rua Nova.⁽¹⁰⁶⁾ Foram seus filhos: Simão Aires, boticário em Cas-telo de Vide; um outro, penitenciado pelo Santo Ofício; Diogo Aires, alfaiate em C. Branco e Brites Aires, a *boticaira* de alcunha, casada com o sobredito Diogo Álvares, mercador, Acusada de práticas judaicas, esta Brites Aires entrou nos cárceres da Inquisição de Lisboa, a 15.3.1584, saindo reconciliada no Auto de Fé realizado na Ribeira Velha, a 1.6.1586.⁽¹⁰⁷⁾

23 - *Filipe Rodrigues* (ou Filipe Montalto), filho de António Aires, boticário e cirurgião, nº15 e de sua 1^a mulher Catarina Aires, nasceu em C. Branco sendo baptizado a 6.10.1567 na igreja de Santa Maria, com o nome de Filipe Rodrigues.⁽¹⁰⁸⁾

Estudou na Universidade de Salamanca, onde tirou o grau de bacharel em Artes, a 26.11.1586, concludo pouco depois, a 17.11. 1588, o curso de Medicina. De regresso à terra natal casou com Jerónima da Fonseca, filha de Lopo da Fonseca, físico da rainha D. Catarina. Aqui exercitou a clínica e lhe nasceram dois filhos: António e Rafael; mas, receando as perseguições do Santo Ofício, pois era cristão-novo, emigrou para a Itália, onde já se encontrava em 1599, como indica o Dr. Augusto d'Esaguy em *Comentos à vida e obra de Elias Montalto*. Com efeito, convertido ao judaísmo, usou no exílio o nome de Filipe ou Elijah, Elias, Eliau de Luna Montalto.

Em Novembro de 1606 publicou em Florença o seu primeiro livro "Optica", no qual se assina por "Philippi Montalto, Lusitani Medicine doctoris" e, segundo afirma na Dedicatória, tivera já contacto com a família Médicis e a rainha Maria de França, durante uma curta estadia em Paris, onde fora alvo dos favores régios e disfrutara de grande consideração.

Em Itália foi médico do Duque Fernando I de Florença, afirmado alguns autores que servira também na Universidade de Pisa, como professor de Medicina. A pedido da rainha Maria de Médicis desloca-se novamente a França, vindo a falecer em Tours, a 19.2.1616 e sendo o seu corpo levado por ordem da rainha para Amsterdão, onde jaz no cemitério israelita de Ouderkerk. Os livros que escreveu tornam-no, segundo autores alemães, o precursor da psiquiatria, neurologia e psicologia modernas.

24 - *Ldo. António Jorge Monteiro* exerceu a clínica médica em Castelo Branco no ano de 1590 (bem como o *Ldo. Miguel Lobo*, de que trarei mais adiante), havendo recebido dos oficiais da Câmara a quantia de 20.000 réis, sem para o efeito se terem prevenido com a indispensável provisão régia, pelo que Filipe I os condenou a suportar tal encargo à sua própria custa (Lisboa, 19.4.1591)⁽¹⁰⁹⁾. No entanto, a 7.12.1590, já lhes concedera licença para, à custa das rendas do concelho, darem ao dito licenciado o

partido de 30 000 réis por ano, portanto mais 10.000 que anteriormente, sob a condição de residir na vila e curar os enfermos dela. Deste alvará consta ser o médico cristão-velho e o povo estar satisfeito com as suas curas e suficiência⁽¹¹⁰⁾.

25 - *Pero Lopes de Marta*, morador nos Escalos de Cima, obteve carta régia para usar da ciéncia de Medicina, mas somente no dito lugar, porquanto saiu "aprovado" no costumado exame do físico-mor do reino, o doutor Fernão Rodrigues Cardoso (Lisboa, 26.11.1586)⁽¹¹¹⁾. Nas suas casas de morada, comprou a Lopo Domingues/Maria Fernandes uma terra, sita no limite da Lousa, à Cabeça da Atalaia; na escritura de compra e venda, feita a 23.12.1587 por Manuel Martins, tabelião em Castelo Branco, é designado por médico e cirurgião.⁽¹¹²⁾

Alguns anos depois, morando agora em Alcains, recebe autorização para curar também nos lugares de Escalos e Lousa, pois neles não residia então qualquer médico graduado pela Universidade de Coimbra e os pobres padeciam muito trabalho para serem tratados (Lisboa, 15.2.1591).⁽¹¹³⁾

26 - *Ldo. Miguel Lobo*, natural de Leiria e irmão do *Ldo. Francisco Rodrigues Lobo*, o famoso poeta do Lis, ambos filhos de André Luís Lobo e Isabel Lopes, cristãos-novos.

Frequentou a Universidade de Salamanca, onde se graduou em Medicina, a 8.4.1581.⁽¹¹⁴⁾ Neste ano e nos dois seguintes, encontro um *Ldo. Miguel Lobo* nos registos paroquiais da freguesia de S. Martinho, do Fundão;⁽¹¹⁵⁾ e o mesmo secede alguns anos depois, nos acentos da freguesia de S. Miguel, de Castelo Branco. Aqui, serve de testemunha no casamento de Afonso Lopes e Leonor Vaz, a 14.1.1588; a 8.5.1591, apadrinha um baptismo e a 26 é a vez do de Nuno, seu filho e de sua 1 a mulher Branca Gomes.⁽¹¹⁶⁾

Confirmamos a sua residência em C. Branco como médico do partido desde 5.3.1587, data em que Filipe I autoriza os oficiais da Câmara para despesarem 60 000 réis com dois físicos, um boticário e um mestre de gramática, em cada ano e à custa das rendas do concelho, sob condição de morarem na vila e curarem de graça os enfermos dos seus conventos e hospitais⁽¹¹⁷⁾. No ano de 1590 recebeu (bem como o *Ldo. António Jorge Monteiro*, n.º 24) a quantia de 20 000 réis, que os ditos oficiais tiveram de suportar à sua custa, pois não haviam pedido, oportunamente, a indispensável autorização régia; esta chega a tempo no ano seguinte (alvará de 19.4.1591)⁽¹¹⁸⁾; e, por outro de 23.3.1592, o seu partido é aumentado para 30 000 réis.⁽¹¹⁹⁾

Como já referi em IV.2, continuava a residir em C. Branco, quando ali grassou a "peste pequena", de 1600 a 1602. Nos anos seguintes, a sua reputação e actividade levam-no a outras localidades da região, ao Fundão, Aldeia dos Trinta, Covilhã, etc.

Porém, o seu sucesso iria espicaçar a inveja dos que lhe desejavam a ruína... Assim, achando-se no Paço do Bispo da Guarda, em C. Branco (1604), foi denunciado como judaizante ao Santo Ofício; mas sem qualquer resultado, talvez por insuficiência de provas. Quatro anos depois, a 5.7.1608, os inquisidores D. Henrique Pereira de Melo e Manuel Alvares Tavares dão a conhecer ao Pe. João Luís Cabral Peres, arcipreste da Covilhã, as acusações que havia em Lisboa contra o Ldo. Miguel Lobo e eram as seguintes: a) sendo médico em C. Branco, quando ia tratar os fidalgos D. António de Meneses, sua mãe e filhos, ao paço dos alcaides e comendadores no castelo, nunca entrava na igreja próxima de Santa Maria, mesmo que ali estivesse exposto o Santíssimo; b) nunca comia toucinho à 6ª feira, nem se servia do quarto trazeiro dos carneiros; c) sabia de cor a Bíblia e o Velho Testamento; d) em 1607, dando-lhe o Bispo da Guarda pano para um fato, não consentira que o alfaiate o fizesse ao sábado, e) apesar de o ter solicitado, negara-se depois a confessar ao padre da Aldeia dos Trinta... Procedeu-se ao inquérito de testemunhas, sendo ouvido o Rdo. Martim Vaz, prior da igreja de Santa Marinha na Covilhã, que repetiu os casos apontados e acrescentou ser Miguel Lobo Natural de Lisboa(?) e cristão-novo, como sua mulher. Depuseram, ainda, Diogo Alvares da Câmara, Cav. Fid. C.R. e o Ldo. Francisco de Sousa e outros. Todos o declararam por judeu, confirmam as acusações referidas e contam que ele usava um anel com a figura de Salomão, tendo coroa de rei e grande nariz (usado para timbrar as cartas) e dizia estar errado o calendário Gregoriano...⁽¹²⁰⁾.

Mais uma vez os seus inimigos ficaram frustrados, pois as provas apuradas são julgadas irrelevantes...

Não sei se este Miguel é o mesmo a quem Filipe II (solicitado pelo conde do Sabugal) faz mercê da propriedade do ofício de escrivão da almotaçaria da Covilhã, por alvará dado em Lisboa, a 3.6.1617 e confirmado, a pedido do interessado, por carta de 8.11.1617...⁽¹²¹⁾

Entretanto, morre-lhe a 1ª mulher e casou novamente com D. Luísa da Cunha de Moura, cristã-velha, da qual houve uma filha, falecida menina⁽¹²²⁾. Já morava em Leiria, quando é preso, finalmente, pela Inquisição de Lisboa, em cujo cárcere entra a 18.2.1626, acusado de judaísmo; ainda ali se achava no ano de 1634, mas acaba por sair reconciliado em Auto de Fé.⁽¹²³⁾

Receando novas perseguições sai do reino, deixando as suas casas da Rua Nova, em C. Branco, "com quanto tinham de portas a dentro" a Manuel Gomes, irmão da 1ª mulher⁽¹²⁴⁾; mas já era falecido em 1640...⁽¹²⁵⁾

27 - Pero João, filho de João Fernandes e natural de C. Branco, obtém carta régia para poder usar da

ciência de cirurgia, depois de examinado pelo doutor Francisco Tomás, cirurgião-mor do reino (Lisboa, 3.12.1593)⁽¹²⁶⁾.

28 - Bel. Francisco Antunes Morão, nasceu no Fundão cerca de 1573, sendo filho do boticário e cirur-gião Diogo Antunes Orla, nº 18 e de Isabel Gomes, cristãos-novos, mas veio ainda menino para C. Branco, onde o pai teria por muitos anos o partido de cirurgião. Por tal motivo, em documentos posteriores registou-se sempre como natural desta vila.

Em 1588 partiu para Salamanca a fim de frequentar a Universidade. Ali viveu numa casa da Calle Empedrada, sendo seus companheiros de estudo: Manuel Lopes, de alcunha o Romano e um irmão deste chamado Fernando Manuel, ambos do Fundão; Francisco Henriques e Gabriel Franco, de S. Vicente da Beira e Guarda, respectivamente⁽¹²⁷⁾. Tomou o grau de bacharel em Artes, a 14.12.1592 e o de Medicina, a 28.5.1597⁽¹²⁸⁾, mas já antes, a 20.6.1594⁽¹²⁹⁾, havia casado em C. Branco com Beatriz Jorge, filha de Rodrigo Jorge e Isabel Alvares, cristãos-novos, ficando a viver com os sogros na sua casa da Rua Nova. Aqui inicia a clínica, pois obtém licença para usar da ciência da cirurgia, após o costumado exame a que foi submetido pelo doutor Francisco Tomás, cirurgião-mor do reino (Lisboa, 23.2.1594).⁽¹³⁰⁾

Entretanto, o sogro acaba por falar e, receando ser preso por dívidas, retira-se para Utreira (Castela). Nesta emergência ele acompanha-o, mas regressa em breve com a mulher, retomando a sua clínica em C. Branco. Aliás por pouco tempo, pois, acusado de judaísmo, entra nos cárceres da Inquisição de Lisboa, a (12.12.1600).

Submitido a interrogatório, mantém-se de início um pouco reservado, mas tudo muda depois de levado a tormento: da primeira vez, a 10.6.1602, confessa ter observado várias práticas judaicas, na segunda, a 29.1.1603, o cirurgião presente declara que o réu não podia sofrer os tratos de polé e, quando começaram a dar-lhe a primeira volta de cordel nos braços, denunciou parentes e estranhos... Enfim, mostrando sinais de arrependimento e pedindo misericórdia, acabou por ser condenado a cárcere e hábito perpétuo, abjurando dos seus erros, no Auto de Fé celebrado na Ribeira Velha, a 3.8.1603. A 20.9.1603, após solene juramento de segredo, saiu do cárcere embora obrigado a fixar residência no Bairro de Santa Marinha, em Lisboa, para ali cumprir com o hábito certas penitências espirituais. Finalmente, a 10.3.1606 é dispensado do hábito, tendo permissão para viver em qualquer lugar do reino.⁽¹³¹⁾

29 - Simão Vaz, natural de Castelo Branco, frequentou a Universidade de Salamanca, onde se matriculou em Artes, a 18.11.1585.⁽¹³²⁾ Não sei se

concluiu o curso mas, alguns anos depois, obtinha carta de boticário, assinada pelo doutor Fernão Rodrigues Cardoso, físico-mor do reino (Lisboa, 11.6.1594).⁽¹³³⁾ No entanto, não montaria botica na terra natal.

30 - João Gomes, filho de outro do mesmo nome, vizinho de Sarça e morador em C. Branco, obteve carta de cirurgia, depois de examinado pelo doutor Francisco Tomás, cirurgião-mor do reino (Lisboa, 26.10.1594).⁽¹³⁴⁾

31 - António Fernandes, filho de Gaspar Fernandes e natural de Castelo Branco, alcança carta régia para poder usar da ciência de cirurgia, depois de julgado apto pelo doutor Francisco Tomás, cirurgião-mor do reino (Lisboa, 6.2.1595).⁽¹³⁵⁾

Aqui damos por concluída a relação dos físicos,



cirurgiões e boticários que até finais do século XVI, viveram na vila de C. Branco e seu termo.

A ela gostaríamos de acrescentar, ainda, a dos que por outras formas teriam contribuido, igualmente, para minorar a dor e a doença: os dentistas e sangradores, algebristas ou endireitas, alveitares e curandeiros, as espiraleiras (enfermeiras), etc.

No entanto, com estas designações só tenho conhecimento de profissionais habilitados e/ou encartados nos séculos seguintes... Suponho que, na área em estudo, estas especialidades seriam acumuladas pelos físicos e cirurgiões... Mas, algumas delas, outros oficiais menores não deixariam de fazer as suas experiências. Assim: os barbeiros costumavam aprender a fazer sangrias e a tirar dentes; quanto ao ofício de alveitar era, por vezes, um dos atributos dos ferreiros, em particular, no tratamento de animais de carga e de sela... Tanto duns como de outros tenho uma pequena lista, que não incluirei, porém, neste trabalho.

VI - Notas e Documentos

1) - Esta comunicação constitui uma pequena parte de estudo mais geral, que venho elaborando sobre a assistência aos doentes em Castelo Branco até ao presente.

2) - "A idade de ouro da assistência cristã. A assistência na Idade Média", Lisboa, 1939.

3) - Fernando da Silva Correia, "Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas". Lisboa, 1944, Fernando Jasmins Pereira, "Assistência" (in "Dicionário de História da Igreja em Portugal", I vol., Lisboa, 1980).

4) - "A Gafaria Medieval de C. Branco - Subsídios para a sua história" (in "Estudos de Castelo Branco", Nova Série, n.º7, C. Branco, 1981).

5) - Esta data (1289) deve-se ao dr. Cristovão Alão de Moraes (in *Pedatura Lusitana*, tomo V, vol.II). No entanto, o dr. Miguel Achioli da Fonseca (in "Famílias da vila da Castelo Branco", título de Refóios) diz-nos que Marfim Esteves e Domingos Migueis de Curutelo instituíram ali, em 1361, a capela e hospital de Santa Olaia. Os dois autores são reputados genealogistas do século XVII, pelo que os seus testemunhos merecem a nossa consideração... A divergência de data, se não motivada por leitura incorrecta, poderá corresponder a diferentes épocas em que o morgadio sofreu alterações na sua constituição...

6) - Designado também por Rui Vasques de Refóios, foi vassalo de D. João I que o armou cavaleiro em Aljubarrota. Esteve nas cortes de Coimbra, em 1385, seguindo sempre o partido de D. João, Mestre de Avis, a quem prestou valiosos serviços. Em recompensa teve de préstimo os direitos reais da Covilhã (Santarém, 23.8.1385), a alcaidaria-mor e senhorio de Almeida, que trocou em 1407 pelas vilas de Sarzedas e Sobreira Formosa, etc. Casou 2 vezes: a primeira, com Joana Rodrigues de Carcenho

e ela, falecendo antes que o marido, encapelou ao altar de Santa Olaia, no ano de 1402, todos os seus bens em termos da Covilhã e Castelo Novo e encabeçados na Aldeia de Joanes, nomeando neles seu filho Mendo Rodrigues de Refóios: a segunda, com Isabel Alvares, irmã do condestável D. Nuno Alvares Pereira e ambos filhos de D. Álvaro Gonçalves Pereira, prior da Ordem de S. João do Hospital.

7) - A.N.T.T., chanc. D. João I, liv. 3, fls. 24v-25.

8) - O Hospital dos Correeiros de São Tiago da Vila de Castelo Branco, segundo um pergaminho inédito do século XV" (in *Imprensa Médica*, Ano XXV, nº 3, Lisboa, 1961).

9) Manuel da Silva Castelo Branco, "Subsídios para o estudo da topomínia albicastrense no século XVI" (1ª parte) (in "Adufe-Revista de Etnografia", Ano II, n.º 2, Castelo Branco, 1985).

10) ANTT, "Tombo da comenda de Santa Maria do Castelo da notável vila de Castelo Branco" liv. 145, fl. 36, de "Comendas da Ordem de Cristo".

11) Hermano J. das Neves Castro e Silva, "A Misericórdia de Castelo Branco", 2ª edição, com Prefácio, Notas e II parte, do Dr. José Lopes Dias, C. Branco, 1985, fls. 19 e ss.

12) Ibid., fls. 41 e ss.

13) ANTT, Ordem de Avis (Núcleo procedente da Direcção de Finanças de Portalegre), nº 560 (pergº.)

14) ANTT, "Tombo da Comenda de Escalos de Cima", liv. 24 das "Comendas da Ordem de Cristo".

15) ANTT, "Registros paroquiais de S. Vicente da Beira", liv. 1 M.

16) Ibid., fl. 233v.

17) Ibid., fl. 259v.

18) Ibid., ti. 257v.

19) Ibid., fl. 161v,

20) Alves Mateus. A Vila de Sarzedas (in semanário *Reconquista*).

21) ANTT, "Registros Paroquiais da Igreja de Santa Maria de Sarzedas", liv. I M, fl. 124v.

22) Victor Ribeiro, "Os testamentos do Inquisidor Bartolomeu da Fonseca", Lisboa, 1909.

23) Manuel Castelo Branco, "Subs. para o estudo da Toponímia albicastrense no século XVI" (2ª parte) (in "Adufe").

24) João José Alves Dias, "A Beira Interior em 1496 (Sociedade, Administração e Demografia), in "Arquipélago" nº IV, pp. 951193).

25) Chamava-se almotacé o vereador encarregado de superintender à limpeza da terra, fiscalizar os pesos e medidas, o preço dos géneros, etc.

26) Manuel Castelo Branco, "O livro de posturas antigas do concelho. de Castelo Branco" (em prep.).

27) - ANTT, "Registros paroquiais da Igreja de Santa Maria do Castelo, em Castelo Branco", liv. I M, fl. 79.

A ama citada neste registo era paga pela Câmara ou Misericórdia, a fim de cuidar da criança...

28) - Ibid., fl. 42.

29) - A. da Silva Carvalho, "Subsídios para a história das parteiras portuguesas" (in "A Medicina Contemporânea", ano XLIX, III série, nº 28 a 32, Julho-Agosto, 1931).

30) - ANTT, "Reg. par. da ig. S. Maria...", liv. I M, fl. 12.

31) - Ibid., fl. 49.

32) - Ibid., fl. 67.

33) - Ibid., fl. 256v.

34) - "A Sociedade Medieval Portuguesa", Lisboa, 1971, p. 101.

35) - Fernando da Silva Correia, "Esboço da história da higiene em Portugal", Lisboa, 1938.

36) - ANTT, "Reg. paroq. ig, de Sta. Maria...", liv. I M, de fis. 417 a 420v.

37) - Pero de Sousa, pertencia a famílias nobres da vila, ele próprio Cavaleiro-Fidalgo da Casa Real, que servira na India com grande satisfação e, voltando à terra Natal, aqui morreu da peste, solteiro e s.g.

38) - Foi seu filho o Pe. Manuel de Vasconcelos, graduado em Cânones pela Universidade de Coimbra (3.7.1604), prior da igreja de S. Pedro, em Torres Vedras, e um dos grandes beneméritos da Misericórdia de Castelo Branco.

39) - A epidemia grassou também na Covilhã, conforme depreendo por um alvará de Filipe II (Lisboa, 4.2.1600), autorizando os oficiais da Câmara daquela vila a darem ao físico Gaspar Dias o partido de 16 000 réis em cada ano, visto o seu grande trabalho na cura dos doentes atingidos pelo mal da peste... (ANTT, chanc. Filipe II, liv. 7, fl. 91v.).

40) - ANTT, "Registros paroquiais da igreja de S. Pedro, em Escalos de Cima", liv. 1 M (A 21.4.1604, véspera de Páscoa, baptizado de Brites, filha de António Pais e Violante Estaço, naturais de C. Branco e moradores em Escalos, fugindo da peste da dita vila...).

41) - Assim sucedeu com uma neta do Dr. Diogo da Fonseca, freira em Santa Monica da Lisboa, "que faleceu em Castelo Branco, onde estava de licença, no tempo das pestes".

42) - ANTT, Chanc. Filipe II, Doações, liv. 6, fl. 259.

43) - Ibid., liv. 18, fl. 237v.

44) - Fernando da Silva Correia, "Regimento proveitoso contra a pestenêna", Lisboa, 1960, fl. 40; António da Cunha Vieira de Meireles, "Memórias de Epidemiologia Portuguesa", Coimbra, 1866.

45) - "Tractado repartido en cinco partes principales que declaran el mal que significa este nombre peste, com todas sus causas y señales prognosticos y indicativos dei mal, con la preservacion e cura que en general y en particular se deve hazer". Coimbra, 1601.

46) - Iria Gonçalves, "Físicos e cirurgiões quatrocentistas - As cartas de exame" (in "Do tempo

- de da História” I vol., Lisboa, 1965, pp. 69-112).
- 47) - ANTT, Chanc. D. Afonso V, liv. 22, fl. 2v.
 - 48) - Id., Chanc. D. João II, liv. 2, fl. 45.
 - 49) - Ibid., liv. 24, fl. 27.
 - 50) - Id. Chanc. D. Fernando, liv. 3, fl. 1v.
 - 51) - Na “Encyclopedie Judaica” (Jerusalém, 1971, 2.º vol., p. 975), aventa-se que o nome de Amatus tomado no exílio pelo célebre médico albicastrense, derivou possivelmente do antigo de família, “o qual podia ter sido Havid”. O autor não sabia, certamente, que havia então quase 200 anos, elementos da família judaica dos “Amado” viviam em C. Branco...
 - 52) - ANTT, Chanc. D. João II, liv. 1, fl. 46-46v.
 - 53) - Id., Chanc. D. Manuel I, liv. 14, fl. 4v.
 - 54) - Dr. José Lopes Dias, “Dois documentos inéditos sobre o Poeta João Roiz de Castel Branco”, Coimbra, 1957.
 - 55) - ANTT, Chanc. D. Manuel I, liv. 14, fl. 56v.
 - 56) - Ibid., liv. 14, fl. 94.
 - 57) - Ibid., liv. 10, fl. 56v. A um Me. Inigo, físico-cirurgião morador no Porto, é concedida licença para andar em mula (Lisboa, 18.1.1529 - Chanc. D. João III, liv. 17, fl. 7v).
 - 58) - Id., Chanc. D. João III, liv. 51, fl. 187.
 - 59) - Artur Moreira de Sá, “Auctarium Chartularii Universitatis Portugalensis”, Lisboa, 1975, vol. II, p. 307.
 - 60) - A.N.T.T., Chanc. D. João III, liv. 21, fl. 123v.
 - 61) - António Machado de Faria, “Cavaleiros da Ordem de Cristo, no século XVI”, Lisboa, 1955, fl. 57.
 - 62) - Dr. José Lopes Dias, “Algumas notas biográficas do Dr. Leonardo Nunes, físico-mor do Reino e albicastrense ilustre” (in “Imprensa Médica” Ano XXIX - Maio de 1960).
 - 63) - A.N.T.T., Chanc. D. João III, Doações, liv. 58, fl. 55v.
 - 64) - Ibid., liv. 63, fl. 124.
 - 65) - Ibid., liv. 11, fl. 155.
 - 66) - J. Verríssimo Serrão, “Portugueses no estudo de Salamanca (1250/1550)”, I, Lisboa, 1962.
 - 67) - Cândido dos Santos, “Estudantes e Constituições dos Colégios de Santa Cruz, de Coimbra (1534-1540)”, Porto, 1974, fl. 47.
 - 68) - A.N.T.T., “Registros paroquiais da ig. de S. Miguel, em Castelo Branco”, liv. I vi, fl. 155.
 - 69) - A.N.T.T., Chanc. D. João III, liv. 5, fl. 82.
 - 70) - Ibid., liv. 67, fl. 19.
 - 71) - Ibid., liv. 62, fl. 70v.
 - 72) - Ibid., liv. 58, fl. 132.
 - 73) - Id., “Reg. paroq. de S. Maria...”, liv. 1M, fl. 96v.
 - 74) - Id., Chanc. D. Sebastião, liv. 37, fls. 72-72v. Vamos trasladar este documento, por ser o primeiro em que nos aparece um médico do partido na vila de C. Branco.
- Eu el Rey faço saber aos que este alluara virem

que eu ey por bem e me praz que os oficiaees da Camara da villa de /72v/ Castello Branquo posao daquy em diante dar remoas della vymte cruzados cada ano ao L. do Ruy Diaz fisyc per curar na dita villa não emtrando a mynha terça e curamdo elle de graça os emfermos do moesteiro da Piedade e asy os pobres da Mjsericordia da dita villa o que asy ey por bem per hos ditos oficiaees da Camara mo pedyrem per sua carta e vista a enformação que acerqua dyso mandey tomar pelo prouedor da comarqua da dita villa ao qual/ mando que leue cada ano em conta os ditos biij rs. ao thesoureiro que os paguara ao dito L. do mostrando seu conhecimento de como os Recebebo e este me praz que valha como carta sem embarguo da ordenação do 2.º Livro título 20 que o contrario despoem. Pero de Seyxas ho fez em Uxboa aos bj de Março de j b c Lxxbj. Johão de Seyxas ho fez screpver.

Repare-se que neste documento aparece o oficial que superintendia na comarca de C. Branco a diversos assuntos, entre os quais à assistência: era chamado provedor das obras, órfãos, hospitais, capelas, confrarias, albergarias, que acumulava com a contadaria das terças e resíduos da comarca. Em tudo o que dizia respeito às ditas matérias tinha atribuições especificadas nas Ordenações e no seu Regimento, dando sobre elas as informações requeridas pelo rei...

75) - Id., Chanc. D. João III, liv. 56, fl. 252. Das cartas de exame referentes aos físicos, cirurgiões e boticários aqui mencionados, apenas apresento o traslado desta, a fim de não aumentar o volume do nosso trabalho.

Dom Joam etc. A quantos esta mynha carta for mostrada saude faço saber que confiando eu nas letras e cyemcia do bacharel Symão Roiz morador na villa de Castelo Bramquo e no exame que nele fez o meu fisyczmoor o qual achou auto e suficiente asy na theoriqua como na practica e querendo lhe fazer graça e marçe confiando que sempre o fara asy bem e como cumpre a seruyço de Deus e meu tenho por bem e lhe dou lugar e lycemça que ele posa curar de fisylqua per todos meus Reynos e Senhorios e mamdo has mynhas justicas hoficiaes e pessoas a que ho conhecimento pertencer que lyuremente o leyxem curar e vsar de sua cyemcia e aver os proes e percalcos homras e lyberdades de que por seu grao e exame e cyemcia lhe direytamente pertencer aver e ele jurara na mynha chancelaria aos Santos Avamgelhos que asy e como deue com sam concyemcia vse da dita cyemcia como compre a seruyço de Deus e meu e boa saude de meu pouo e mamdo que curamdo algü fisyczmo em meus Reynos e Senhorios sem mostrar mynha Carta pasada polo meu fisyczmoor posto que graduado seja encora em pena de trymta dobras de banda contheudas em meu Regimento e sendo Requeridos polo dito

bacharel Symão Roiz as mynhas justiças o costramgão que venha aparecer diamte do meu fisyquo mor e page a dita pena como dito he. Dada em a mynha cidade de Lixboa a biij dias do mês de Agosto el Rey o mandou pelo dito mestre Diogo (sic) comendador da ordem de Christus e fisyquo moor em seus Reynos e Senhorios. Bastiam de Olyueira a fez Ano do nacymento de noso Senhor Jhesum Christo de j b c Lijj.

76) - Id., "Reg. paroq. S.Maria...", liv. 1 M, fl. 161.

77) - J. Veríssimo Serrão, "Portugueses no estudo de Salamanca (1250-1550)", 1. Lisboa, 1962, fl. 304.

78) - A.N.T.T., Chanc. D. João III, liv. 53, fl. 200.

79) - Id. Inquisição de Lisboa. Procº n.º 13056.

80) - Id., Chanc. D. Sebastião, liv. 9, fl. 55.

81; - Id., "Reg. paroq. S. Maria...", liv. 1M, fl. 151v.

82) - Id., Ementas, liv. 3, fl. 147v; Chanc. Filipe I, liv. 9, fl. 70.

83) - Vid. nota 42.

84) - Id., Chanc. Filipe I, liv. 18, ti. 276v.

85) - Id., Chanc. D. João III, liv. 68, fl. 3v (Teve carta de cirurgia, a 7.1.1552).

86) - Id., Chanc. D. Sebastião, liv. 22, fl. 10.

87) - Ibid., liv. 19, fl. 342.

88) - Ibid., liv. 44, fl. 15v.

89) - Id., Inquisição de Lisboa, Maço 92, n.º 1013. Neste processo contra Leonor Henriques, cristâ-nova, moradora no Fundão, testemunha em Castelo Branco, a 23.4.1579, Ana Leonel, mulher do Dr. André Esteves, que diz ter então 22 anos, morar na Rua dos Passarinhos e haver vivido em 1573 no Fundão. A margem da declaração, uma nota refere que fora ouvida outra vez em 1583, morando então na cidade da Guarda.

90) - Id., liv. I M, fl. 144.

91) - Id., "Registros paroquiais da igreja de S. Martinho, no Fundão", liv. 1 M, fl. 80.

92) - Ibid., fl. 105 A. Tanto este registo como o anterior acham-se escritos em espanhol...

93) - Id., Chanc. Filipe I, liv. 31, fl. 29

94) - Id., Chanc. D. Sebastião, liv. 27 fl. 228v. Ementas, liv. 2, fl. 43v.

95) - Id., Ementas, liv. 7, Chanc. Filipe II, liv. 9, tfl. 274v.

96) - Ibid., liv. 30., fl. 81.

97) - Ibid., liv. 44., fl. 99.

98) - Id., Chanc. Filipe I, liv. 9, fl. 150.

99) - Ibid., liv. 15, fl. 248v.

100) - Ibid., liv. 24, fl. 19.

101) - Angel Marcos de Diós, "Portugueses en la Universidad de Salamanca - 1580/1640", Salamanca, 1975, ti. 1250.

102) - Francisco Morais e José Lopes Dias, "Estudantes da Universidade de Coimbra, naturais de Castelo Branco", Vila Nova de Famalicão, 1955, p. 61.

- 103) - A.N.T.T., Ementas, liv. 4, fl. 137v.
- 104) - Id., Chanc. Filipe I, liv. 11, fl. 477.
- 105) - Id., "Reg. paroq. S. Maria...", liv. I M, fl. 207A.
- 106) - Ibid., fl. 206-
- 107) - id., Inquisição de Lisboa, p.º n.º 9010.
- 108) - Dr. José Lopes Dias, "Laços familiares de Amato Lusitano e Filipe Montalto" (in "Imprensa Médica", ano XXV, Fevereiro de 1961).
- 109) - A.N.T.T., Chanc. Filipe I, liv. 23, fl. 66v.
- 110) - Ibid., liv. 16, fl. 445v.
- 111) - Id., Ementas, liv. 4, fl. 155.
- 112) - Manuel Castelo Branco, "Documentos quinhentistas do Arquivo da Misericórdia de C.Branco" (em prep.).
- 113) - A.N.T.T., Chanc. Filipe I, liv. 28, fl. 180.
- 114) - Angel Marcos de Diós, obr. cit., fl. 1410.
- 115) - A.N.T.T., liv. 1 M, fis. 38, 56v e 64.
- 116) - Id., "Registros paroq. da igr. de S. Miguel, em Castelo Branco", liv. I M, fl. 82.
- 117) - Id., Chanc. Filipe I, liv. 17, fis. 25v-26.
- 118) - Vid. nota 109.
- 119) - Ibid., liv. 24, fl. 159v.
- 120) - A.N.T.T., "Caderno dos Promotores"; Augusto da Silva Carvalho, "Dicionário dos médicos e cirurgiões portugueses ou que estiveram em Portugal".
- 121) - Id., Chanc. Filipe II, liv. 39, fl. 283.
- 122) - Carlos Alberto Ferreira, "Francisco Rodrigues Lobo - Fontes inéditas para o estudo da sua vida e obra", Coimbra, 1943.
- 123) - A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, p.º n.º 3003.
- 124) - Ibid., P. n.º 3747 (contra Francisco de Luna).
- 125) - Vid. nota 122.
- 126) - A.N.T.T., Chanc. Filipe I, liv. 28, fl. 136v; Ementas, liv. 5, fl. 152.
- 127) - Augusto da Silva Carvalho, obra citada.
- 128) - Angel Marcos de Diós, obr. cit- fl. 157.
- 129) - A.N.T.T., "Reg. par de S. Maria..., liv. 1M, fl. 374
- 130) - Id., Ementas, liv. 5 fl. 160.
- 131) - Id., Inquisição Lisboa, P.º n.º 12038.
- 132) - Angel Marcos de Diós, obr. cit. fl. 1608.
- 133) - A.N.T.T., Chanc. Filipe I, liv. 28, fl. 161.
- 134) - Ibid., fl. 180; Ementas, liv. 5, fl. 183v.
- 135) - Ibid., fl. 161; Ementas, liv. 5 fl. 188.

A IATROÉTICA E O “RETRATO DEL PERFECTO MÉDICO” DE HENRIQUE JORGE HENRIQUES NO AMBITO MÉDICO-SOCIAL RENASCENTISTA

Romero M.B.Gandra *

Henrique Jorge Henriques pode ser considerado como um expoente da Medicina Portuguesa Renascentista. Esse grande movimento de ideias e acções médicas espalhou-se, como é sabido, por toda a Europa, tendo atingido - fruto de um certo tipo de hegemonia peninsular e, especificamente, em torno do eixo Coimbra - Salamanca - alta craveira, que se traduziu quer pelo estudo, quer pelo ensino de escolares, quer ainda pela publicação de obras que marcaram profundamente não só o tempo em que foram publicadas, mas também as gerações vindouras.

Afirmaram-se estas de tal forma, que ainda hoje podem ser consultadas, largos trechos delas meditados e lidos com agrado. Dada a sua actualidade, pode o leitor extrapolar para o momento presente o seu conteúdo, sem ter que fazer grandes aferições de ideias, métodos e processos, na medida em que, embora estejamos em plena era nuclear, os problemas que dizem respeito à Saúde e à Vida, quer individual ou colectiva, são, em termos de relação médico-doente, lineares e intrinsecamente os mesmos. Isto que foi escrito, facilmente o constataremos, se folhearmos e lermos mesmo diagonalmente, as páginas do “Retrato del Perfecto Médico”.

A Medicina Renascentista apresenta-nos características que a fazem diferir profundamente da Medicina Medieval. Se por um lado o pensamento médico, quer pelo objecto quer pelos métodos, nos apresenta cambiantes profundos em relação com o passado, é a Medicina Renascentista charneira do desenvolvimento médico futuro, onde a Medicina da Ilustração se vai alicerçar e trazer até aos nossos dias conceitos, os quais no fim do século XX continuam actuais e com grande eficácia epistemológica.

Das características da medicina renascentista avulta a observação directa do doente, a propedêutica clínica, com toda a sua riqueza nas pesquisas e colheitas de sintomas e sinais, obrigando a um diálogo médico-doente, em que este fornece a pedido daquele elementos semiológicos que determinarão o estabelecimento de um diagnóstico. Porém, com o advento de novas drogas de cariz exótico, provindas da África, América e Oriente, os quadros clínicos complicam-se, mesclando sintomas e sinais até então desconhecidos; paralelamente, as terapêuticas sofrem alteração profunda com a introdução de novas drogas e terapêuticas diferentes das usadas até então na Europa.

De acordo com Luís de Pina⁽¹⁾, convirá explicitar que há vários movimentos culturais médicos,

nomeadamente o Renovador do Classicismo (Hipocrático), o Iconoclasta (Paracelso e Vesálio), o Comentarista erudito (Amato Lusitano), Inovador (Garcia de Orta, Pare), Clínico e Ecléctico (Tagliacozzi e Vesálio) e um movimento não médico de filósofos e literatos como Camões e Erasmo, p. ex...

Surge, como sabemos, uma interpretação científica da Natureza que se expressa numa Cultura Filosófica Renascentista (Naturalismo e não Neo-Platonismo) bem como novos aspectos do Mundo com uma adequada explicação científica para os mesmos, estabelecendo-se, deste modo, uma Cultura Científica do Renascimento; há três grandes nomes de médicos estrangeiros renascentistas sempre obrigatoriamente referenciados - Paracelso, Vesálio e Pare.

A patografia ou História Clínica, a Anatomia com a dissecação e observação directa no cadáver, a Cirurgia com nomes como o de Tagliacozzi, pioneiro da cirurgia plástica, as autópsias, obrigando ao consequente desenvolvimento da Anatomia Patológica, a Sifiligráfia e a Epidemiologia apresentam os seus primeiros cultores: Fracastório, pioneiro da Epidemiologia Moderna, com a sua obra “De morbus contagiosus”, bem como os estudos acerca da circulação, avultando um nome, o de Miguel Servet, que nos fala da pequena circulação.

Outras especialidades ganham a sua autonomia, fruto não só dos seus investigadores mas também dos resultados obtidos, como a Psiquiatria, a Medicina Militar, a Oftalmologia e a Teratologia. Para além das Terapêuticas Cirúrgicas há, por assim dizer, o desenvolvimento da Farmacologia e notavelmente a instalação de Jardins Botânicos, tendo ficado famosos os de Bolonha, Pádua e Pisa.

Ao falarmos tão brevemente de alguns tópicos da Medicina Renascentista - continuando a seguir Luís de Pina - não podemos deixar de referenciar algumas características do Renascimento Médico⁽²⁾. Nesta ordem de ideias, foi Portugal profundamente influenciado pelas conquistas e descobertas, porém,

independentemente de um sem número de situações e casos clínicos novos com que se defrontavam os médicos da época, avulta a Assistência Hospitalar com cerca de 600 Hospitais entre Lisboa e o Oriente e a Fundação das Misericórdias (Lisboa, 1498, e Porto, 1499).

Paralelamente há todo um desabrochar de especialidades médicas e cirúrgicas, sendo de realçar: A Medicina Tropical (Garcia de Orta),⁽³⁾, Sifilografia (R. Dyas d'Isla), Assistência Psiquiátrica (S. João de Deus), Ginecologista (Rodrigo de Castro), a Higiene com a publicação, em 1580, do Regimento do Provedor-Mor da Saúde, a Medicina Legal expressa nas Ordenações Manuelinas e Filipinas e bem assim como a Medicina Missionária.

Queremos finalmente destacar as preocupações de carácter deontológico que os médicos portugueses desta época deixaram bem claras, cumprindo-nos destacar as figuras de Amato Lusitano⁽⁴⁾, natural desta cidade, que nos legou um Juramento ou Testamento Moral de incomparável valor, nas célebres "Centúrias" e a dos fundadores da Escola Iatrotécnica Renascentista Portuguesa que foram Jerónimo de Miranda ("Dialogo da Perfeyçam - partes que são necessárias ao bom médico", 1562), Henrique Jorge Henriques ("Retrato dei perfecto médico", 1595) e Rodrigo de Castro (n. 1546), autor do "Medicus politicus" (1614).

Desde o XXX Congresso da Sociedade Internacional da História da Medicina realizado em Dusseldorf (1986) e uma vez mais usei o termo Iatrotécnica que prefiro ao de Ética Médica, não só porque neste os elementos da sua formação são um de uma raiz grega e outro de raiz latina, mas também porque, dadas as raízes helénicas de Medicina Ocidental, assume aquele uma maior clareza e propriedade de expressão.

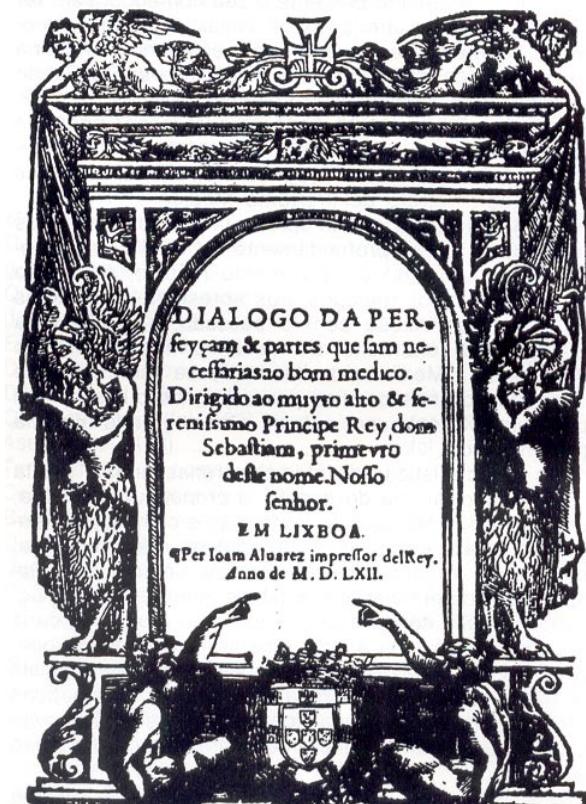
Colóquios dos simples, e drogas he coufas medicinais da India, e assi dalgūas frutas achadas nella onde se tratam algūas coufas tocantes amediçina, pratica, e outras coufas boas, pera saber cōpostos pello Doutor garcia dorta : fisico del Rey nosso senhor, vistos pello muito Reuerendo senhor, ho liçençiado Alexos diaz : falcam desenbar- gador da cafa da supriçā inquisidor nestas partes.

¶ Com priuilegio do Conde viço Rey.

Impresso em Goa, por Ioannes de endem as x. dias de Abril de 1563. annos.

RODERICI A CASTRO LUSITANI
Philos. Medic. Dott. per Euro-
pam notissimi.
MEDICUS-POLITICUS:

Sive
DE OFFICIIS MEDICO-POLITICIS TRA-
ctatus, quatuor distincti Libris:
IN QVIBVS NON SOLVM BONORVM MEDI-
corum mores ac virtutes exprimuntur, malorum vero fraudes & impostura
demonstrantur: veram etiam plenaq; alia circa novum hoc argumentum nuda
aig; incunda exaltissime proponuntur.
OPVS ADMODVM VTILE MEDICIS, & GROTIS,
agrotorum afflentibus, & cunctis aliis litterarum, atque adeo po-
litice disciplinz cultoribus.
CVM DVPLICI INDICE, VNO CAPITVM:
alio rerum precipianum.



Frontispício da 1.ª edição do «Diálogo»
(Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra)

**RETRATO
DEL PERFECTO
MEDICO, DEDICADO A
Don Antonio Aluarez de Toledo Beaumont Du-
que de Alua, y de Huescar, Marques de Coria, Alfe-
rez mayor, y Condestable de Nauarra, Conde de
Lerin, y de Saluatierra, Señor de
Valde Corneja, &c.**

*Compuesto por el Licenciado Henrico Jorge Enriquez Lujan-
no, Medico de su Camara, Lector ordinario de Artes que fue
en la Vniuersidad de Salamanca, y en la de Coimbra substituto
de la Catedra de Avicena. Y despues primero electo
para la Catedra de practica de Medicina
en la dicha Vniuersidad.*



CON PRIVILEGIO.
 EN SALAMANCA,
 En casa de Juan y Andres Renaut Impresores.
 ——————
 M. D. XCV.

Abordaremos de seguida, sumariamente, o "Diálogo da Perfeição e partes que são necessárias ao Bom Médico" e, mais detalhadamente, o "Retrato del Perfecto Médico", procurando estabelecer um paralelismo entre ambos.

Nesta ordem de ideias, o "Diálogo" é publicado em Lisboa em 1562 por Jerónimo de Miranda. Larga tem sido a polémica sobre quem o escreveu, se Afonso, se Jerónimo de Miranda, mas para nós o que mais interessa é o conteúdo do mesmo, dado que ele reflecte, quer pelo estilo em que está escrito, ao jeito da época, quer pela matéria que versa, toda a problemática que se gera na relação médico-doente-botânico.

Há uma publicação feita pelo Prof. Rocha Brito (Porto, Portucalense Ed. 1945)⁽⁵⁾, bem como outra edição crítica de grande interesse, dada à estampa em Madrid em 1983.

Porém, o livro que marcou do ponto de vista ético-médico a Época Renascentista, foi o "Retrato del Perfecto Médico", publicado em Salamanca em 1955, pelo beirão Henrique Jorge Henriques.⁽⁶⁾

Nasceu este médico na Guarda, licenciou-se em Coimbra, foi para Salamanca onde lecionou, tendo voltado à Universidade de Coimbra, na qual foi despachado lente substituto da cadeira de Avicena, passando depois a proprietário da de Prática da Medicina. Serviu-lhe de modelo como médico o seu antigo professor, Dr. Tomás Rodrigues da Veiga, que o autor considerou como um médico de extraordinárias qualidades.⁽⁷⁾

A obra consta de cinco diálogos e apresenta como interlocutores o licenciado Enriquez, médico, e um Theologo Arcediago, o Dr. Palmares, Arcidiago de Coria.

Manuseei o exemplar existente na Secção de Reservados da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Porto, pese embora o facto de haver sido publicado em Salamanca uma edição fac. similada da 1^a. Ed. em 1981; como o livro fala por si, vejamos o que dizem as Summas dos diálogos extractando-as do Vol. III, páginas 70 a 76 dos Archivos de História da Medicina Portuguesa:

SUMMA DO I DIÁLOGO

"Trata-se de la verdadera amistad, y quan necesaria es la amistad del docto Medico, muestrase quan noble y antigua es la medicina, y quan vtil a la republica, que el Medico ha de ser temiente ai Señor y muy humilde, y no soberuiu, vanaglorioso, y que sea charitatiuo con los pobres, manso, benigno, affable, y no vegatiuo. Que guarde el secreto, que no sea linguaraz, ni murmurador, ni lisongero, ni embidioso: Que sea prudente, templado, que no sea demasiadamente osacio; Declara se que haze a los Médicos ser bien fortunados en sus curas, y a los Capitanes en los successos de las batallas: que sea continente, y dado a la honestidad, y recogido: que sea el Medico dado a las letras, y curioso: que trabaje en su arte, y que huya de la ociosidad: que sea el Medico muy leydo: y que sepa dar razon de todo. Declarase que libros hade auer leydo el Medico, que imite a algun docto varon, que no sea dado a sophisteria, sino a sciencia madura, que no huya las disputas sobre cosas de su sciencia. quanto dano hacen los imperitos vulgares que quieren curar, y usar de la Algebra: como auian de ser pugni-dos. Muestra se el poco cuidado que tienen las justicias en castigar a los que mal professan esta arte: y lo mal que haze en premiar ai indocto Medico como ai docto: lo qual es causa que la Medicina tan poco florezca, y no aya muchos sábios en ella: sobre qualquiera destos puntos se tratan cosas muy galanas, y muy curiosas, como puede ver el Lector.

SUMMA DO II DIÁLOGO

Trata-se que el Medico deue de auer tenido buenos Preceptores, y quales tuuo el Author, que deue tener el ingenio que pide la Medicina. Declarase quales han de ser los Preceptores del Medico, que aya estudiado con orden, largo tiempo, fuera de su patria. Que tenga experienzia. Disputa-se si ha de ser muy viejo: que tenga el Medico buena memoria. Trata-se de la repetencia en las fiebres intermitentes. Y dei beuer frio: quanto vale el bueno juyzio en el Medico. De que estatura deue ser. Que linaje de gentes dixeron algunos tener ingenio mas accomodado para la Medicina. Que sea el Medico de buen rostro. Que sea Rethorico. Sobre qualquiera destos themas se tractan cosas subtiles, y de mucho ingenio, como podrá vel el Lector, que tvniere el juyzio desapassionado.

SUMMA DO III DIÁLOGO

Buelve se a encomendar ai Medico la humildad por otro estilo no menos polido que en el primer Dialogo.

Que vestido sea ai Medico mas decente.⁽¹⁾

Que sea el Medico limpio. Que tenga buen anhelito.

Si es bien que el Medico beua vino.

Que huya de la ociosidad. Que no ande en combites.

Que sea templado en el comer. Que sea honesto. Quanto dano haze la luxuria a las obras dei entendimiento. Como se huirá deste vicio.

Que sea el Medico zeloso de su honra.

Que aula de auer premios con los quales no dexarian de auer hombres doctos en la Medicina.

Que sea el Medico grande Latino, Griego, que tenga conocimiento de la lengua Arabiga.

Que sea Astrologo. Tractan-se casos oro Astrologis, & contra Astrologos, y de sus prognosticos.

Leyendo el Lector hallará cosas gustosas.

SUMMA DO IV DIALOGO

Tracta-se que deue de ser el Medico muy cierto en sus prognosticos. Que para el Medico ser perfecto es necessario que tenga buen credito. Y dei tenga confiança los enfermos.

Que el Medico no sea en sus curas absterio. Quan prouehosa es la consulta en la Medicina.

Que sea el Medico de gente honrada, que sea pacifico. Que deue ser Anatomista.⁽¹⁾

Y el cyrujano. Si es lictio hazer anatomias en cuerpos de hombres.

Buelve-se a tratar por otro estilo que importa ser el Medico astrologo.

Declara se o adagio, quarta luna natus.

Tractase que cosa es cura regular, como se inuentaron los remedios de la Medicina en las enfermedades. Tracta-se de la virtud y propriedad de muchas cosas naturales.

SUMMA DO V DIALOGO

Tracta-se que succeden muchas enfermedades en castigo de nuestros peccados. Que el Medico haga recibir a los enfermos los Sacramentos de la Sancta madre Igle-sia, reprehendiesse la negligencia, que algunos tienen en esta parte.

Tratanse muchas cosas de la Astrologia necessárias al Medico⁽¹⁾. Sueltā-se muchas Judas, que se posieron en el quarto Dialogo.

Que es lictio al Medico tomar um poco de recreacion, siendo honesta, y esta qual parece que sera mejor, que no le es lictio jugar a los naypes.⁽²⁾

Quan torpe vicio es la mentira. Quanto deve el Medico huir della. Que es necessário al Medico la peregrinacion.⁽³⁾

Que deue ser cosmographo. Que deve tener muchos libros. Que aya leido, y sepa muchas historias. Que tenga algun conocimiento de la Musica. Que sea Poeta latino. Disputa se como conosco Hippocrates las enfermedades.

Tratanse muchas cosas de la Ira, quanto dano haze a las obras dei entendimento, y hará al Medico.

Que será vtil saber el Medico Physionomia; delia se tiatan cosas curiosas.

Que ha de saber el Medico las Mathematicas, principalmente Arithmetica, Geometria.

Que es necessário ser el Medico Dialectico, Philosopho. Que sepa Philosophia moral, y Methaphysica. Que tiene de hazer en las enfermedades, que de suo son mortales.

Que se pague el Medico de su trabajo.

Qual fue el primer Medico, que ouso la Medicina en precio.

Haze-se mencion de grandes salarios que tuuieron alguns medicos.

Tratase qual ha de ser la buena cura.

Que es supersticioso el vso de las sortijas, hechas en ciertos puntos.

Que no vse el Medico de suertes. Si se pueden curar las enfermedades con solas palabras.

Tratase porque produxo la naturaleza los venenos, y de que manera son.

Que será prouehoso al Medico docto salirse de su natural, porque la patria suele ser las mas de las vezes madrasta de los buenos ingenios.

Porém, sempre foi dito do livro que ele é uma cópia do "Diálogo" de Miranda. Se, no entanto, os cotejarmos, facilmente poderemos verificar que tal não corresponde à verdade, quer pela extensão, quer pela profundidade com que os assuntos são tratados.

Assim:

Retrato del perfecto médico	Diálogo del perfecto médico
Caritativo y amigo de los pobres (fol.39)	fol. 15 v.
Humano, manso y afable (fol.46)	
Temeroso de Dios (fol.30)	fol. 16 r.
Que guarde secreto (fol.57)	fol. 15 v.
Que no sea murmurador (fol. 63)	
Que no sea envidioso (fol. 71) ..	
Que tenga prudencia y temperancia (fol.77)	fol. 15 v.
Que sea modesto (fol. 78)	
Que sea templado (fol.78)	
Firme en sus obras (fol. 78)	
Que sea mañoso y combata la enfermedad oportunamente (fol.79)	
Honesto (fol. 87)	fol. 15 v. y 16 r.
Dado a las letras (fol. 90).....	fol. 15 v.
Muy leído (fol. 95)	fol. 15 v.
Duchoso en las doctrinas de médicos antiguos y modernos (fol. 103) .	
Que haya tenido buenos maestros (fol. 115)	fol. 13 r.
Experimentado (fol. 122)	fol. 16 r. y 13 v.
De buena memoria (fol. 128)	
Diligente (fol. 130)	fol. 13 v.
Que sea grave (fol. 162)	fol. 15 v.
Aseado (fol. 168)	fol. 15 v.
Templado en el comer (fol. 177)	
Celoso de su honra (fol. 185)	
Buen latino y griego (fol. 185) ...	fol. 10 v.
Que sepa árabe (fol. 187)	fol. 10 v.
Que sepa pronosticar (fol. 194)	
Que no sea desabrido con los enfermos(fol. 202)	fol. 15 v.
Que sea de buen linaje (fol. 206)	
Que sea pacífico (fol. 207)	
Que practique anatomia (fol. 210)	fol. 13 r. y v.
Que sepa Astrologia (fol. 213) ..	fol. 10 v.
Que viaje para aprender (fol. 263)	fol. 13 v.
Que tenga muchos libros (fol. 266)	
Que sepa Didáctica, Lógica y	
Filosofia (fol. 278)	fol. 10 v.
Que sepa Geometria y	
Matemáticas (fol. 279)	fol. 12 v.

Conclusão

É o "Retrato del Perfecto Médico" uma obra magnífica, de leitura agradável e interessante. Homenageando o seu autor, publicou o Prof. Hernâni Monteiro em 1948 um soneto que várias vezes tem sido referido: não resistimos a transcrevê-lo dado o perfil que traça acerca do que deve ser o bom médico.

O Médico Perfeito

Humilde, não soberbo ou presunçoso,
Com os pobres, então, caritativo;
Benigno e manso, nunca vingativo;
Discreto e, nem por sombras, invejoso.

Amigo, sim, das letras e curioso:
Obreiro infatigável, sempre activo;
Desde o nascer do sol, alegre e vivo,
Até ao sol poente, nunca ocioso.

Sabedor, sem que o mostre, envaidecido;
Na sua profissão, um desprendido;
Decente no trajar, morigerado,

Prudente, cauteloso, não arteiro,
E não murmurador nem lisonjeiro:
- Eis o Perfeito Médico esboçado.

Como dissemos no início, houve um eixo indelével que marcou a nossa cultura médica renascentista. Nesse eixo, Coimbra-Salamanca, apoiaram-se vários espíritos médicos que profundamente influenciaram a nossa Medicina. Vários foram os médicos da Beira (Henrique Jorge Henriques, Amato Lusitano, etc.) que em Portugal ou no estrangeiro deixaram obra que se visse: observando, curando quando possível, publicando e ensinando.

Esta acção mais se notou, dado que nessa época, finais do séc. XVI e alvures do XVII, exercia-se a dominação filipina, com dois estados sob uma única tutela. Mas, se existia um clima de progresso, existia também uma outra vertente de delapidação de valores histórico-morais e concomitantemente um desgaste inter-culturas, dado o confronto sociológico havido e proveniente da presença no nosso País de indivíduos oriundos das mais variadas regiões do Mundo então conhecido.

Claramente aquilataremos dessa situação no seguinte extracto de um discurso de Guerra Junqueiro feito em 1912 por ocasião da Festa de Camões:

Nessa imperial, grandiosa e maravilhosa Lisboa do século XVI, ovante de fortalezas, catedraes, estaleiros, praças, palacios, cupulas, bazares; n'essa

Lisboa rutila e chimerica, de gentes estranhas e desvairadas, nadando em oiro, fulva de pompas, louca de vicios, ebria de orgu-lho e de prazer; n'essa Lisboa babilonica, vasto emporio do mundo, rainha esplendida dos mares, onde frotas de galeões bolsavam tesouros fabulosos de paizes de sonho e de mistério; n'essa Lisboa, Capital da Luz, n'essa Jerusalem das Descobertas, agonisou abandonado e atribulado, mendigo e martir, sem pão e sem lar, o maior e o mais sublime dos seus filhos, o gigante da raça, o cantor dos Lusiadas.⁽¹⁰⁾

Foi o “Retrato del Perfecto Médico” uma pedra angular do comportamento iatrocético, escrito no momento próprio e que teve uma ampla divulgação para o tempo, com a obra que Fontecha publicou em 1598 e a de que Gregory foi autor, denominada “Deveres do Médico”, a qual obteve em Inglaterra uma larguíssima aceitação.

Mesmo no momento presente e corroborando o pensamento médico passado, passamos a citar um período do editorial do “Journal of the History of Medicine and Allied Sciences”, que diz:

In almost all areas of medieval and Renaissance medical history, fundamental work remains to be done, but new work is both building on the foundations provided by earlier generations of scholars and introducing new methodology and approaches. As far as medical learning is concerned, we need to know both what ancient texts were used available at different times and how those texts were used and understood.⁽¹¹⁾

Sentimos hoje uma necessidade absoluta do estudo, análise e divulgação de possíveis soluções éticas para os mais variados problemas que se deparam a uma Medicina tecnologicamente evoluída, mas profundamente absorvente e desgastante; como uma das respostas possíveis a este desafio, nasce, neste momento, com sede na cidade do Porto, a Sociedade Portuguesa de Ciência e Ética Pedro Hispano, possivelmente a filha mais nova da Escola Iatrocética Portuguesa Renascentista.

À guisa de conclusão, poderemos dizer que a ética médica portuguesa no Renascimento foi, em boa

verdade, o macrorrizo da árvore que é a Medicina Portuguesa, a qual se hoje não nos assombra consoante almejamos, não se deve, pois, à sua má natureza, mas sim ao facto de, ao longo dos séculos, a não termos sabido habilmente cuidar.

Pode bem pois a região das Beiras orgulhar-se da acção que, ao longo de séculos, alguns dos seus filhos, médicos de vulto, desenvolveram, elevando bem alto a Medicina Portuguesa, cumprindo-nos celebrar, no plano ético, a figura “major” de Henrique Jorge Henriques.

BIBLIOGRAFIA

1. Pina L., *História Geral da Medicina*. Porto: Ed. Domingos Barreira, 1954: 489-563.
2. Pina L., “Portugueses Mestres no Estrangeiro”. Anais da Faculdade de Ciências do Porto, 1937; XXII: 21-31.
3. Serrão V., *Portugueses no Estudo de Salamanca*. (1250-1550). Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1962; 164-169. Dissertação.
4. Dias JL., “Médicins Portugais de la Renaissance en Europe”, in *Estudos de Castelo Branco*, Castelo Branco, 1971; pp. 12-14.
5. Brito AR, *Diálogo da Perfeição e Partes Necessárias ao Bom Médico*. Porto, Portucalense Ed., 1945.
6. Henriques JH, *Retrato del Perfecto Médico*. Salamanca: Juan y Andres Ranault Imp., 1595.
7. Serrão V., Op. Cit. pp. 274-275.
8. Miranda A., *Diálogo del Perfecto Médico*. Madrid: Ed. Nacional, 1983; pp. 108-109.
9. Monteiro H., *Jornal do Médico*, 1949; p. 695.
10. Junqueiro G., *A Festa de Camões*, Berna, 1912; p. 4.
11. Siraisi NG., *Medieval and Renaissance Medicine: Continuity and Diversity*. J. History of Medicine and Sciences 1986; 41, p. 392.

* Assistente Convidado de Deontologia Médica da Faculdade de Medicina do Porto.

PARA A HISTÓRIA DA MORTE DO SÉCULO XVI A CERTIFICAÇÃO DA MORTE EM AMATO LUSITANO E AS NOVAS ARTES DE MORRER EM FREI HEITOR PINTO

António Lourenço Marques *

A NOVA HISTÓRIA E A MORTE

O universo da morte entrou na preocupação dos historiadores numa data relativamente recente. Uma das primeiras investidas nesse campo, e com notável sucesso, ficou registada no famoso livro de J. Huizinga, *O Declínio da Idade Média*⁽¹⁾, publicado há 65 anos, em Abril de 1924. Aqui se inclui um capítulo sistematizado sobre as atitudes perante a visão da morte. O autor, ao procurar conhecer a mentalidade do homem medieval, fez uma incursão pelos múltiplos testemunhos que, de qualquer forma, mostram marcas do comportamento exibido, nessa época, perante a realidade da morte.

O interesse dos historiadores sobre esta temática cresceu com pujança, nos últimos vinte anos, e está materializado em estudos monumentais, mais em evidência na historiografia francesa. Autores como Phillippe Ariés, Michel Vovelle, Pierre Chaunu, entre outros, dirigiram grande parte das suas pesquisas e reflexões com o intuito de compreender e explicar inúmeros aspectos, como os gestos, os ritos, as crenças e os mitos que estão de acordo e são influenciados, de uma forma persistente, pela perspectiva da morte.

Em Portugal, a orientação para este tema tem também poucos anos e embora os trabalhos vindos a lume sejam habitualmente fragmentários fazem adivinhar um futuro compensador, prevendo-se que surjam estudos progressivamente de maior fôlego.⁽²⁾

Pertencendo ao movimento impenitente da *renovação da História*, as investigações sobre a morte, como sobre os costumes ou a vida quotidiana (todo este vasto campo se interpenetra) vieram ajudar a compreender melhor “*as realidades concretas e profundas*”⁽³⁾ que interessam verdadeiramente à História.

Interessa conhecer em profundidade tanto a mentalidade como a sensibilidade colectivas, porque fundamentam e modulam, mesmo como expressão inconsciente, muitos dos comportamentos e factos sociais. São áreas por onde transitam outros investigadores ligados a outros ramos de conhecimento. Para aí convergem, com grande entusiasmo, estudiosos com metodologias

diferentes, como os sociólogos, os antropólogos, os etnólogos, os economistas, etc., num esforço interdisciplinar valiosíssimo para chegar ao conhecimento *total*.

O conhecimento do *ambiente* da morte permite pois uma aproximação ao entendimento da mentalidade colectiva, como fenómeno que permanece quase inalterável durante longos períodos. As marcas ficaram registadas em múltiplos testemunhos, riqueza que possibilita, por isto mesmo, uma maior diversidade de pontos de vista, de ângulos de visão, que adensam e clarificam o conhecimento do homem.

Podem obter-se informações na literatura e na arte, nas diferentes modalidades; no apuramento do sentido da liturgia dos mortos e nas características da encenação dos serviços religiosos correspondentes; nos ex-votos e nos retábulos das almas do purgatório, bem como nas bandeiras das irmandades e no historial das confrarias; nos cemitérios, na localização dos túmulos nas igrejas e capelas, nos prados ou à beira dos caminhos; nas inscrições funerárias; nos diferentes destinos do cadáver; na literatura médica; etc., etc..⁽⁴⁾

Como diz Edgar Morin, em *O homem e a Morte*, “a espécie humana é a única para a qual a morte está presente durante toda a vida, a única que faz acompanhar a morte de ritos fúnebres, e a única que crê na sobrevivência e no renascimento dos mortos. A morte introduz entre o homem e o animal uma solução de continuidade mais pronunciada ainda do

que o utensílio, o cérebro e a linguagem".⁽⁵⁾ A consciência da morte é assim um factor determinante da humanização, provavelmente contemporânea do aparecimento da consciência do próprio corpo e dessa realidade fabulosa que é a imaginação.

A arte rupestre revela-nos, com a antiguidade que pode ir, pelo menos, até 15 000 anos, representações humanas tocadas por esta realidade natural, mas também misteriosa e sempre idealizada que é a morte. Testemunhos da era aurignaciana, isto é do paleolítico superior, confirmam a antiguidade do culto dos mortos. Na argila do tecto da gruta David, em Cabrerets, existem, traçadas com o dedo, figuras humanas representando mulheres nuas, grossas e pesadas, curvadas pela cintura, à volta de um homem deitado de costas, provavelmente morto, junto de uma lança e de um escudo.⁽⁶⁾ Pensa-se que serão carpideiras a lamentar um guerreiro morto. A mulher poderá aqui ter outros significados, mas que se relacionam com a morte e o culto dos mortos. Nessa época, a representação estilizada da mulher imortalizou-a como força sobrenatural, significando quer a vida e a fecundidade, mas também a morte. Ei-las que velam com frequência o sono dos mortos, à entrada das grutas funerárias.

Outros registos provenientes da pré-história, através da arte das cavernas, não nos deixam dúvidas sobre o peso que a visão da morte exerceria no homem dessa época. E o caso da pintura da Cova Remigia, em Espanha, que mostra um homem estendido, mortalmente trespassado por uma flecha⁽⁷⁾ e as cenas de funerais desenhadas nas gravuras parietais do Zimbabwé e da África do Sul.⁽⁸⁾

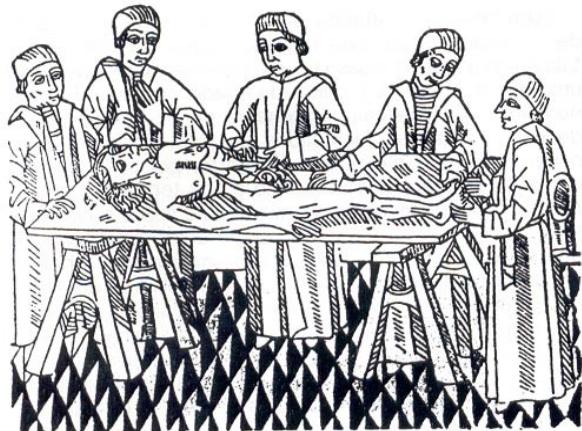
Por outro lado, não deixam de nos surpreender certos toques de imortalidade que desde os tempos mais remotos são perceptíveis nos testemunhos relacionados com a morte e o seu culto.

As civilizações pré-históricas tinham uma mitologia muito elaborada sobre a morte. É possível atingir uma aproximação deste conhecimento a partir do estudo das tribos que ainda hoje vivem nesta fase de desenvolvimento.

A memória desses homens, a sua imaginação e os seus sonhos, os rituais que executam sugerem que para eles a morte não significava propriamente a anulação completa da existência. A mesma ideia se pode inferir da disposição dos esqueletos nos túmulos neolíticos, onde são encontrados em postura de vida, muitas vezes sentados e rodeados de objectos de uso rotineiro.

A ambiguidade do sentido da morte é uma constante quase permanente de todas estas manifestações. A morte que é um acontecimento natural e terrível é simultaneamente entendida como uma passagem para a outra vida. A ideia de acontecimento transitório, que permite a entrada no além, desenvolveu-se profundamente ligada ao

caminhar das civilizações. Isto é, a recusa da morte é um fenómeno cultural, de elaboração cada vez mais complexa, que acompanha o desenvolvimento social do homem. É particularmente marcado ao longo da transição da vida nómada de caçador para a vida sedentária, com a introdução da agricultura e depois com a criação das cidades. Um exemplo notável é a civilização egípcia da antiguidade. Eles construíram as pirâmides eternas, para habitação permanente dos faraós, que aí eram depositados incorruptíveis, num ambiente de flores, com comitivas de servos, de carros, de alimentos, de utensílios domésticos, etc., como se fossem conti-nuar o prolongamento da vida terrena. A descrição dos achados do túmulo de Tut Ank Amon configura mais um espectáculo de vida que de morte. Também os hebreus, os habitantes da Mesopotâmia, os gregos e os romanos acreditavam numa vida que continuava depois da morte.

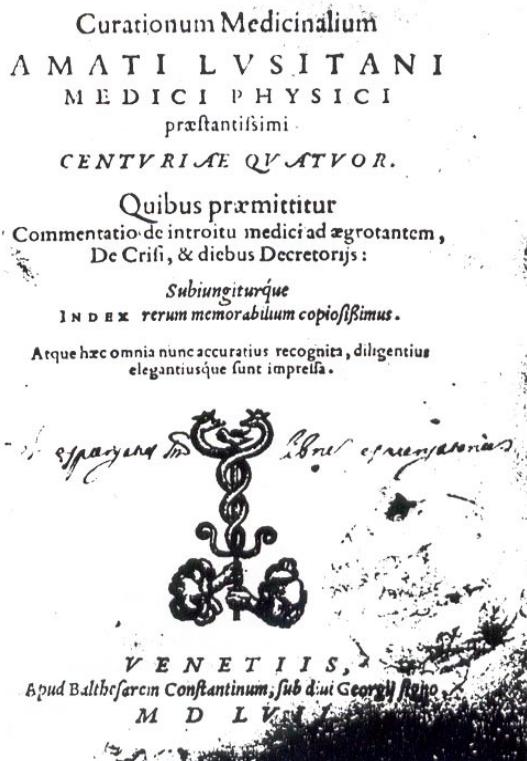


A CERTIFICAÇÃO DA MORTE NA OBRA DE AMATO LUSITANO

Mas o lado realista da morte, materializado no cadáver, não podia ser negado. É assim que provavelmente desde tempos recuados o homem se preocupou por conhecer os sinais seguros da morte.

Hipócrates, por exemplo, no *De Morbis*, enuncia, cerca de 500 anos antes de Cristo, a clássica definição de morte, de consistência notável e que sobreviveu durante muitos séculos, como orientação preciosa. Contém no entanto imprecisões, mas que estão de acordo com o estado do conhecimento da época: "Testa enrugada e árida, olhos cavos, nariz proeminente, rodeado de coloração escura, têmporas deprimidas, profundas e enrugadas, queixo franzino e endurecido, pele seca, lívida e plúmbea, pelos das

narinhas e dos cílios cobertos por uma espécie de poeira de um branco fosco".⁽⁹⁾



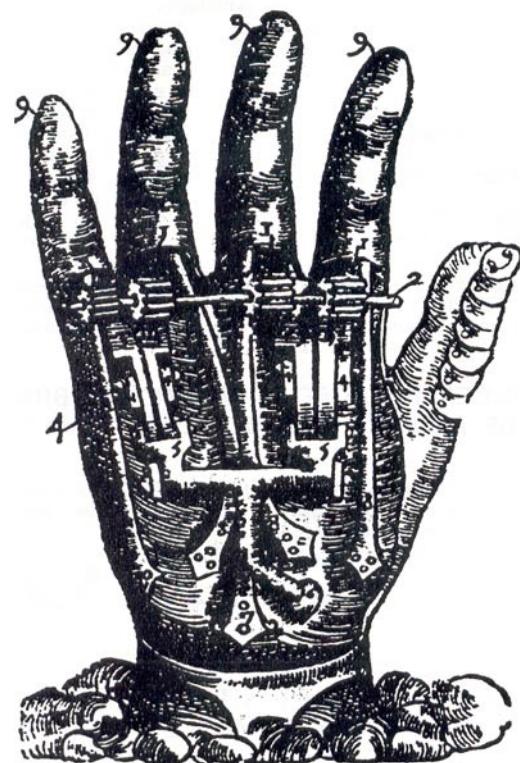
Obra de Amato Lusitano existente na Biblioteca Municipal de Castelo Branco

Esta descrição resulta de uma observação cuidadosa excluindo considerações que não tenham a ver com a realidade observada. Mas vejamos o salto significativo que se verifica no séc. XVI, com o nascimento da ciência moderna. João Rodrigues de Castelo Branco, o Amato Lusitano, nasceu nesta cidade, em 1511, vindo a falecer em Salónica, na Itália, em 1568. É um vulto por excelência da Renascença, com profunda cultura humanista, mas também conchedor dos tratados médicos da Idade Média, que veiculavam muitas noções contrárias à realidade, eivadas de misticismo e com grande recurso à magia. A linguagem deste médico, utilizada nas *Centúrias de Curas Médicas*, é muito clara e objectiva, já bem de acordo com uma nova maneira de explicar a realidade. Há uma ruptura indiscutível com o saber medieval, mais contemplativo que activo.

Na cura LXII, da VI Centúria, em que descreve um caso de morte repentina, podemos verificar aquela nova modalidade de apresentação e reflexão sobre as coisas:

"Um reverendo abade, da Ilha de Croma, que dista

de Ragusa uma ou duas milhas, quando de boa saúde, falava com outras pessoas, de repente disse que tinha uma dor no coração. E colocada imediatamente uma mão no sítio dorido, descaiu lentamente para terra, perdendo de súbito todas as faculdades de vida. Chamado para o ver disse que ele estava já morto, pois não se percebia a pulsação no matacárpio e nos temporais e também não se notava qualquer movimento sobre o coração. Para darmos uma satisfação aos parentes aplicámos-lhe uma vela acesa ao nariz. A chama dela não era perturbada por qualquer movimento. Até foi aplicado um espelho polido à boca dele e não se notou qualquer alteração respiratória. Além disso colocámos um frasquinho de vidro cheio de água sobre o peito e a água não se moveu. Disse-lhe então para o deixar ir a enterrar no dia seguinte e se não pudesse ser, o deixassem para o terceiro dia, visto que como se sabe os humores completam o seu ciclo de movimento durante setenta e duas horas as quais perfazem três dias".⁽¹⁰⁾



Amato Lusitano demonstra aqui ser um grande médico, pois é notória a preocupação que o leva a demonstrar aos parentes do defunto a certeza da sua conclusão.

Na cura XXIII da 4ª Centúria, volta a citar outro caso de morte súbita, que certifica da mesma maneira: "Nem pulsação, nem respiração, embora mínimas,

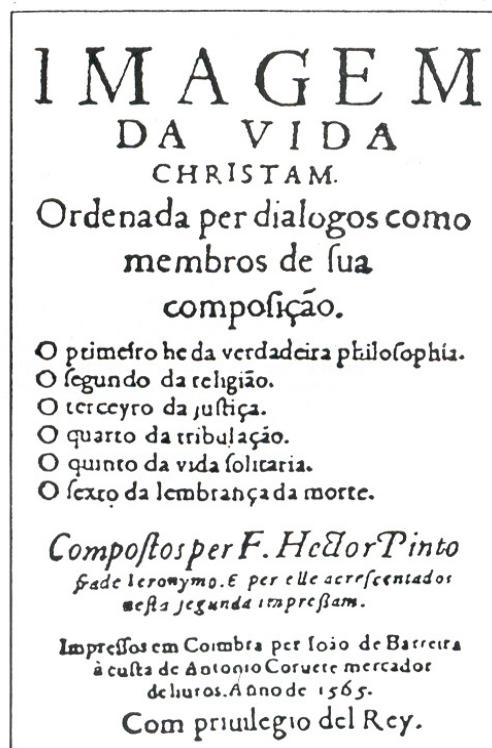
se lhe notou, o que costuma verificar-se quase sempre por breve tempo, como se nota pelo espelho ou pelo algodão finamente desfiado aplicado ao nariz ou à boca, ou por uma escudelacheia de água, colocada sobre o peito"⁽¹¹⁾. Quer dizer, estamos perante uma regra, um método que deve ser aplicado em situações semelhantes, o que constitui também uma das características da ciência que então nascia.

A certificação da morte preocupou sempre os médicos de todos os tempos. E cada vez mais assume maior importância. Hoje já não é só o problema da morte aparente que justifica o progresso dos métodos de diagnóstico da morte. Constatou-se que, regra geral, tal diagnóstico recai sobre um estado post-mortem relativamente adiantado. Sabe-se que há um percurso anterior que é hoje susceptível de ser alterado pela interferência de atitudes terapêuticas. A morte já não é um acontecimento brusco e instantâneo, mas também ela tem duração, uma "cronologia", que é possível influenciar. Compreendemos assim o interesse em detectar o ponto irreversível, a porta que ultrapassada não permite mais o regresso. Foi assim que surgiu o conceito de morte cerebral, a partir do final da década

de 50 deste século. Verificou-se que era possível sustentar o funcionamento dos aparelhos circulatório e respiratório, com relativa facilidade, mesmo que tivessem sofrido a experiência da paragem. Mas constatou-se também que há uma função que após a sua paragem, jamais pode ser retomada, à luz das possibilidades actuais. Trata-se da função cerebral, em particular do comando do tronco cerebral. A morte do cérebro passou assim a constituir o critério rigoroso de morte do indivíduo e não já a paragem do coração ou da respiração.

Quatrocentos anos antes, já que a medicina teve que percorrer um longo caminho, também dependente do desenvolvimento tecnológico, para que fosse possível conhecer os mecanismos mais íntimos da morte. Mas o grande médico português da Renascença vislumbrou, pelo menos, a importância do bom funcionamento cerebral, isto é da consciência não perturbada, como critério de saúde. Por outras palavras: a perturbação da consciência tinha o significado de um mau prenúncio, provavelmente um sinal de que a morte poderia sobrevir. É o que podemos concluir da Cura XXIX, da Sexta Centúria, que trata de uma febre maligna. Depois de identificar o doente descrito como "robusto e musculoso", mas "dado à ociosidade, permitia-se demasiado uma vida crapulosa e prazeres venéreos, como é costume habitual entre os jovens de famílias ricas". (...) "Ora por volta de 15 de Outubro sofreu um ataque de febre biliosa". (...) No sétimo dia da doença, soube que passara a noite sem dormir e com delírio. Tinha a pulsação cada vez mais fraca, a urina turva e de quando em quando, o doente não regulava bem da cabeça. Dizia coisas sem nexo e até não dormira durante três noites. Quanto àquilo que lhe oferecia comportava-se de qualquer maneira, pelo que, por esta referência, predisse que ele ia morrer⁽¹²⁾. Não podia ser mais clara a indicação escrita por Amato quanto à importância que conferia ao estado de consciência, como fazendo parte do quadro da doença e com significado decisivo quanto ao próprio prognóstico. É frequente referir-se, nas diversas curas, as manifestações relacionadas com a consciência perturbada.

As *Centúrias de Curas Medicinais*, de João Rodrigues de Castelo Branco⁽¹³⁾, constituem uma notável obra de clínica. Mas não só. Permitem também ajuizar, com relativa precisão, sobre o estado da ciência da época e nelas descortinamos uma temática muito variada, de um outro cariz, como a luta contra o charlatanismo e a negligência, desvios que Amato Lusitano verberou sem piedade.



Frontispício da 2.ª edição de *Imagen da Vida Cristã*, Coimbra, 1565, de Frei Heitor Pinto

FREI HEITOR PINTO E AS NOVAS ARTES DE MORRER

Se na obra de João Rodrigues de Castelo Branco tomamos contacto com os métodos usados pelo médico renascentista para certificar a morte, mesmo sem recorrer à abertura do corpo, como se praticou de forma copiosa no séc. XVII, vamos encontrar mais testemunhos, na Beira Interior, sobre um outro aspecto da história da morte no séc. XVI - os escritos edificantes que ensinaram as novas artes de bem morrer.

Também aqui existe do que de melhor se escreveu, dentro da literatura religiosa, na nova perspectiva renascentista de associar o bem viver a um almejado bem morrer. Estes autores procuraram desvalorizar a imagem aterradora da morte, a morte macabra, que vinha dos finais da Idade Média e passaram a falar na possibilidade de uma morte melhor, depois de uma vida boa. De acordo com uma atitude geral da Renascença, exaltou-se "o amor apaixonado da vida" e "perante a consciência dolorosa da sua fragilidade"⁽¹³⁾ engendraram uma saída que poderia diminuir o terror do término: os vivos deveriam praticar a rectidão para assim *ganharem* uma morte sem pavor. Para conseguir isto era necessário reflectir, com permanência, sobre a própria morte. Reflectir para estar preparado, a qualquer momento, para a sua morte, impondo-lhe assim um sentido mais luminoso.

Esta nova atitude vamos encontrá-la na obra literária de um grande místico da época, o frade Jerónimo Heitor Pinto. Natural da Covilhã, onde nasceu por volta de 1528, veio a morrer exilado em Toledo, em 1584, recolhido num convento por ordem de Filipe II.

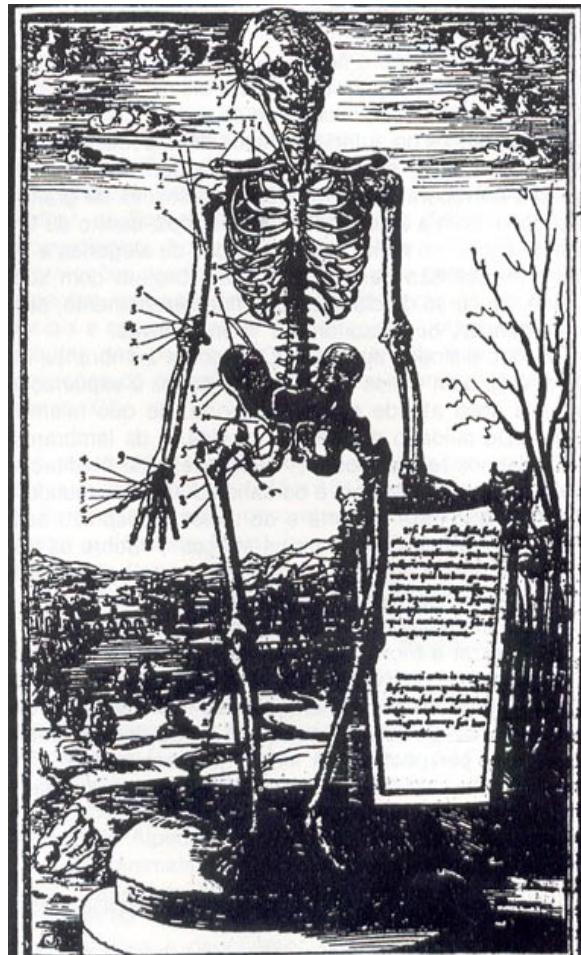
Quando depois da invasão, o monarca espanhol regressou a Madrid, levou na comitiva Frei Heitor Pinto, como conselheiro pessoal. Mas a solidariedade política que o erudito demonstrou a D. António Prior do Crato, bem ao contrário de muitas personalidades que com grande facilidade se passaram para o campo do invasor, faz-nos pensar que o rei estaria mais interessado em banir de Portugal a influência prestigiada do religioso, do que propriamente nos seus conselhos espirituais. Durante muito tempo, chegou a correr a versão de que a morte foi devida a envenenamento por ordem do rei, facto no entanto nunca confirmado.

Frade de grande erudição fez os seus estudos no convento da Costa e nas universidades de Coimbra e de Sigüenza, em Espanha. Profundo conhecedor das línguas latina, grega e hebraica, foi das maiores autoridades da época em ciências teológicas e filosóficas, vindo a ocupar, a cátedra do ensino das

Sagradas Escrituras, especialmente criada para ele, na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra.

Legou-nos uma obra notável, onde se distingue a *Imagen da Vida Cristã*⁽¹⁴⁾. Escrita em diálogos, à maneira clássica, exemplifica plenamente os vastos conhecimentos humanísticos do autor. Recheada de citações de autores mais antigos, com uma profusão que impressiona, procura corroborar as afirmações e reflexões de grande sabedoria, com a autoridade dos clássicos, dentro de um arranjo estilístico muito vivo. Pleidades de alegorias e de imagens, que são perfeitos achados, brotam com suavidade, no curso do discurso que flui serenamente, sem discordâncias ou dissonâncias intempestivas.

Um dos diálogos intitula-se Diálogo da Lembrança da Morte⁽¹⁵⁾, com vários capítulos dedicados à explanação daquela nova atitude perante a morte, de que falamos atrás: "Do cuidado que temos na vida, e da lembrança que devemos ter na morte"; "Do proveito da meditação sobre a cinza que somos, e do dano do amor do mundo"; "Do aparelho para a morte e do temor e desprezo dela e da conta em que a tiveram os antigos"; "Sobre os trabalhos da vida e



a honra da gloriosa morte" são alguns títulos desses capítulos plenos de resignação mística, mas repletos também de uma sabedoria reconfortante.

"Desprezar a morte, não por ódio da vida, que acaba, mas por amor da honra que permanece"⁽¹⁶⁾ é "não temer a morte excessivamente" se se tiver "por vida dá-la a troco da gloriosa memória"⁽¹⁷⁾ são ensinamentos novos, que perspectivam a morte de maneira bem diferente da que se entendia nos últimos tempos da idade Média.

NOTAS

1. Huizinga,J., *O Declínio da Idade Média*, Ulisseia, Lisboa (sem data).
2. Entre os trabalhos publicados sobre a história da morte referida a Portugal, assinalamos os seguintes:
 - Beirante, Maria Ângela "Para a história da Morte em Portugal (séc. XII-XIV)", in *Estudos de História de Portugal*, Vol. I, Editorial Estampa, Lisboa, 1982, pp. 357 e seg.
 - Verdelho, Lúcia da Glória, "Morte e Espaço Funerário na Arquitectura Religiosa do Século XV", in *Jornadas sobre Portugal Medieval*, Leiria, 1983, p.p. 221-273.
 - Marques, A.H. Oliveira, "A Morte", capítulo de *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Editora Sá da Costa, 4^a Edição, Lisboa, 1981, p.p. 209-218 e 268.
 - Feijá, Rui G. e outros, *A Morte no Portugal Contemporâneo*, Editora Querco, Lisboa 1985. (Conjunto de estudos sociológicos, literários, históricos).
 - Fernandes, Hermenegildo, "A Morte em Lisboa (1745-1770), numa Primeira Abordagem", in *Da Pré-História à História*, Editorial Delta, Lisboa. 1987, p.p. 411-467.
 - Tavares, Maria José Pimenta, *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Editorial Presença, Lisboa, 1989
 - 3. Torgal, Luís Reis, "História. Que História", in *Revista de História das Ideias*, 9, *O Sagrado e o Profano*, 3^o Volume, Coimbra, 1987, p. 846.
 - 4. A morte, como processo intrinsecamente ligado à vida, polarizou sempre a atenção dos médicos e emergiu, em consequência, com maior ou menor grandeza, no campo da própria medicina ao longo da história. Ainda antes do raciocínio médico ter procurado investigar as causas de morte, os médicos dedicaram-se, com paixão, a um exercício especulativo orientado para a decifração do mistério da morte, julgando encontraír aí a chave do mistério da própria vida. O acesso ao interior do corpo era mais viável utilizando o cadáver do que o ser vivo. Não devemos esquecer que foram os estudos anatómicos desenvolvidos a partir da Renascença, que provocaram as grandes mudanças no espírito científico relacionado com a medicina. A dissecação do cadáver introduz o saber activo, característico da medicina moderna, em alternativa ao saber contemplativo, próprio dos gregos e que persistiu durante longos anos, até ao séc. XVI.
 - 5. Morin, Edgar, *O Homem e a Morte*, Publicações Europa América, Lisboa, sem data, o. 13.
 - 6. Maudit, J.A., *Quarenta Mil Anos de Arte Moderna*, Ed. Itatiaia. Belo Horizonte, 1959, p. 144.
 - 7. Idem, p. 204.
 - 8. Idem, p. 237.
 - 9. Hippocrates, *De Morbis*, Liv.II, parte 5, citado em S. Icard, *La Morte Réelle et la Morte Apparente*, Paris, 1897, p. 55.
 - 10. Estão traduzidas as *Sete Centúrias de Curas Médicas*, escritas no original, em Latim. A primeira edição da *Primeira Centúria de Curas Médicas*, traduzida e prefaciada por José Lopes Dias e Firmino Crespo, foi feita pela Livraria Luso-Espanhola, Lisboa, 1946; As *Segunda e Terceira Centúrias de Curas Médicas* foram traduzidas pelos mesmos autores e editadas pelo Instituto Português de Oncologia, Palhavã, Lisboa, em 1949 e 1956, respectivamente. A *IV e a V Centúrias* foram publicadas em tradução de Firmino Crespo, pela primeira vez, em 1980, nos Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Lisboa. Ainda com a tradução do mesmo autor, foram publicadas pela Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade Nova de Lisboa, as *Sete Centúrias de Curas Médicas*, em quatro volumes.
 - 11. Amato Lusitano, *Centúrias de Curas Medicinais*, trad. Firmino Crespo, Vol. IV, Universidade Nova de Lisboa, sem data, p. 100.
 - 12. Idem, Vol. III, p. 61.
 - 13. Idem, Vol. IV, p.45.
 - 14. Ariés, Philippe, *Sobre a História da Morte no Ocidente*, Eci. Teorema, Lisboa, 1988, p. 94.
 - 15. Pinto, Heitor, *Imagen da Vida Cristã*, 4 Volumes, Livraria Sá da Costa Editora, 2^a Edição, Lisboa, 1956.
 - 16. Op. cit., II Volume, p.p. 85-153.
 - 17. Op. Cit., II Volume, p. 119.
 - 18. Idem, p 128.

* Assistente Hospitalar de anestesiologia.

A TERRA E OS HOMENS DA BEIRA INTERIOR NOS RELATÓRIOS MÉDICOS LOCAIS DOS INÍCIOS DO SÉCULO XIX

Maria Adelaide Neto Salvado *

A 26 de Outubro de 1812 foi publicada uma Portaria de grande alcance social. Tinha por título *Portaria providenciando a bem da Saúde Pública*⁽¹⁾ e nela se encontram explicitadas as intenções de actuação em matéria de Saúde Pública do então Príncipe D. João, futuro D. João VI.

Essa actuação procurava fundamentar-se nas realidades do país total, através duma legislação que desse resposta pronta e eficaz às necessidades reais e aos problemas concretos dos portugueses de há cerca de 200 anos em matéria de saúde, fosse qual fosse o ponto que habitassem.

O modo de conseguir concretizar tais fins, numa época em que as comunicações eram difíceis e as informações demoradas, explicita-o a Portaria em termos claros e pragmáticos: “Cumpre coligir em um ponto central as observações dos Facultativos sobre as enfermidades que grassam em cada uma das terras do Reino, suas causas, tratamento, e meios de as evitar, ou remediar (...) não só para que publicando-se as ditas observações por via da impressão possam os Médicos e Cirurgiões adiantar os seus conhecimentos em benefício da humanidade mas para que sua Alteza, informando-se dos ditos factos, dê oportunamente as providências que dependem da autoridade civil”.

Duma forma concisa e igualmente pragmática aponta a Portaria o caminho para materializar estas intenções. Todos os provedores das Comarcas do Reino ficavam pela respectiva Portaria intimados a enviar à Intendência da Polícia da Corte e Reino, até 15 de Dezembro, desse ano de 1812, uma relação exacta dos médicos e cirurgiões quer dos Hospitais Civis, quer das Casas dos Expostos, Cadeias ou dos Partidos das Câmaras.

Todos esses médicos eram obrigados a, mensalmente, e até ao dia 15, remeterem aos Provedores das Comarcas da área onde exerciam uma relação das doenças que haviam tratado durante o mês anterior, indicando não só as suas causas prováveis, como também o tratamento que verificassem ter conseguido melhores resultados para a sua cura. Essas relações mensais eram, posteriormente, enviadas pelos Provedores das Câmaras à Intendência Geral da Polícia que as dirigia por sua vez à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino para publicação no *Diário de Coimbra*.

Era, pois, a Intendência Geral da Polícia o ponto central onde as informações de todo o Reino se colgiam, e o *Diário de Coimbra* o órgão oficial de

divulgação das informações em matéria de Saúde Pública.

Procura de consonância entre quem legisla em matéria de saúde e quem pratica a medicina, permuta de experiências e de informações entre o Corpo Médico do Reino sem distinção nem elitismos de lugares, possibilidade de abertura e comunicação entre povoações mais isoladas geograficamente e outras que, pela posição, mais perto estariam das inovações e das novidades - rica e sobretudo de grande actualidade é a matéria desta Portaria de 12 de Outubro de 1812.

E importa desde já realçar que os Relatórios ou, melhor, as Contas, como na época se designavam, nos proporcionam, hoje, a perto de 200 anos de distância, informações preciosas que tocam uma gama variada de aspectos que vão desde a meteorologia às condições sociais e económicas de várias regiões portuguesas, das atitudes das populações perante a vida e a morte, às inovações da ciência médica nessa primeira metade do século XIX.

É sobre algumas das Contas escritas por dois médicos que pelos anos de 1815 a 1817 exerciam a sua acção na Beira Interior (mais concretamente, na região de Alpedrinha e Idanha-a-Nova) que iremos centrar a nossa atenção.

Nessas Contas se pormenorizam informações acerca das condições atmosféricas desses anos distantes. Assim, pelos Relatórios de Jorge Gaspar de Oliveira Rolão⁽²⁾, médico do Partido de Alpedrinha, ficamos a saber ter sido pouco quente o Verão de 1816 e ameno o mês de Janeiro de 1817 “sem chuvas sucessivas, ventos fortes e frios e nevões de muitos dias”.

Foi esta contínua amenidade climática de estações pouco marcadas que não permitiu, nas palavras do médico de Alpedrinha, “mudança nos movimentos



Rua do Deão Boavida, em Alpedrinha

das máquinas animais pelo estado mudado da estação invernosa”, tornando raras, nesse Janeiro de 1817, as moléstias de “fluxão” próprias da quadra invernosa: catarros, pleurises e peripnemonias biliosas.

Estas doenças atacavam particularmente as pessoas que tinham contraído as doenças então mais frequentes nos estios quentes da Beira Interior: carbúnculos, desinterias, sezões, inflamações do fígado. Ora, a amenidade do Verão de 1816, diminuindo o número de doenças desgastantes próprias dessa estação, aliada à continuidade da amenidade climática do Inverno, foi, segundo Jorge Rolão, a causa da raridade das doenças típicas da estação invernosa no Janeiro de 1817.

Os efeitos perniciosos sobre a vida das plantas e sobre a agricultura, que a ausência de chuvas e as temperaturas elevadas provocaram, são referidas por Jorge Rolão na conta de Fevereiro. A prematura “desenvolução dos gomos” das árvores de fruto, a secura dos campos “definhando” os cereais e a “ervagem necessária para a sustentação dos gados”, a dificuldade da “roteação das terras” - são aspectos que, na conta de Fevereiro, Jorge Rolão evidencia, considerando-os uma ameaça de “carestia geral”.

A actualidade destas ilações económicas, a descrição das implicações na Natureza deste quadro climático dos primeiros meses de 1817, tão estranhamente semelhantes ao deste ano de 1989, evidenciam, penso, o contributo valioso que estes Relatórios médicos oferecem para o estudo das mutações cíclicas do clima.

No entanto, o aspecto que hoje importa realçar é o da relação directa entre as condições atmosféricas e a saúde dos Homens, que, em várias passagens das Contas dos médicos da Beira Interior de 1817, aflora com alguma frequência.

Assim, na Conta de Fevereiro do médico de Alpedrinha, são descritas, com pormenor, as condições atmosféricas sentidas nesse mês e, em especial, relevadas as temperaturas singularmente altas que se verificaram. Escreveu Jorge Rolão a este respeito: “Quase em todo ele a temperatura foi igual

ou superior à própria da Primavera”, concluindo que “a natureza animal parece ter folgado com o génio macio do mês não havendo moléstias irmãs, e em número, como acontece quando são filhas da influência duma quadra qualquer, faltando até as próprias desta, pois que apenas têm aparecido ligeiros catarros”.

Já na Conta de Abril, desse mesmo ano, Jorge Rolão reflecte acerca dos efeitos das grandes amplitudes térmicas diurnas e da instabilidade da temperatura nos termos seguintes: “A diferença de temperatura em quase todos os dias de manhã e noite comparada para a do meio dia era de 6 e mais graus. Dias nublados 9, nublados sem nuvens 6, com trovões e relâmpagos 4, com saraivadas 2 e no último os granizos eram volumosos, duros, muito bastos e arremeçados com ímpeto. Este mês produziu tantos catarros que parecia uma epidemia”.

Curiosa é também outra passagem desta Conta de Abril em que se referencia uma série de males sofridos nesse mês pelas gentes da região de Alpedrinha: “Dor nos órgãos superiores, dores nos músculos torácicos, cefalagias intensas”, males acerca dos quais Jorge Rolão esclarece que, embora tivesse mitigado pelos métodos normais, não se desvaneceram de todo, “por isso que era constante a qualidade atmosférica, que os produzia, e perpetuava”.

Numa outra passagem, esta da Conta de Fevereiro, há uma reflexão extremamente curiosa acerca das relações das condições atmosféricas com as doenças que, julgo, merecerá relevância especial. Escreve Jorge Rolão: “Como o Verão de 1816 fosse quente e seco, apareceram raríssimas sezões e já algumas esquinências; o Outono assemelhou-se à estação precedente e a moléstia começou a fazer-se mais geral, tomado a vez das sezões. Supus que a secura junto com o calor deveria produzir aquela substituição epidémica, mas esta não deveria ter carácter contagioso; (...) devendo por isso atribuir-se o grande número de tais doentes àquela disposição atmosférica e nunca a contágio (...); porém mudei de parecer vendo entranhar-se a epidemia pelo decurso do Inverno, no qual as chuvas defendiam já a secura da atmosfera do aleivo de ser com causa dela, e observando de mais que a moléstia corria a todos na família, onde tinha entrado, escolhendo principalmente aqueles que mais se avizinhavam ao doente, tive que era contagiosa fosse ou não fosse enviada por uma dada constituição da atmosfera ou por algum quid incógnito e heterogéneo que nela voltejasse”.

Vinda da Antiguidade com Hipócrates, seu precursor, a relação entre as condições atmosféricas e a saúde dos Homens mantém-se como uma onda de fundo no decorrer dos tempos e é amplamente aceite (como o comprovam os Relatórios) pelos médicos

da primeira metade do século XIX. E não só os da Beira Interior...

"O vulgo experimenta a influência das estações, o Físico vai descobrir suas causas, e o Médico vai determinar sua acção para com os seres organizados", escreveu o médico do Partido de Samora e Benavente, João Pedro Alexandrino Caminha, na sua Conta de Janeiro de 1817.

Essa influência da atmosfera era um elemento de uma das "seis coisas" chamadas pelos antigos "não naturais" que perturbavam a saúde humana.

Sistematizadas por Hallé⁽²⁾, eram elas:

1º Circunfusa - coisas que nos rodeiam (ar, calor, electricidade, magnetismo);

2º Applicata - por este nome se designavam as coisas aplicadas à superfície do corpo (vestidos, roupas de cama, cosméticos...);

3º Ingesta - coisas introduzidas no corpo pelas vias alimentares;

4º Excreta - excreções: transpiração, urina, fluxo menstrual;

5º Gesta - acções dependentes dos órgãos voluntários (locomoção, voz, sono);

6º Percepta - percepção, afecções da alma (fome, sede, amor para com outro sexo).

Atitude já bem anunciadora dum determinismo ecológico, bem em consonância com a corrente evolucionista, consiste na referência feita à primeira das causas e, fundamentalmente, ao calor, ao ar, e à chuva, como principais responsáveis pelas doenças dos homens.

"Livra-te dos ares que eu te livrarei dos males" - máxima particularmente temida nestas regiões do interior onde o afastamento da influência moderadora do mar, com mais insistência acentua as diferenças térmicas de estação para estação.

Este medo dos ares vai reflectir-se na própria arquitectura tradicional da Beira Interior. As varandas alpendradas orientadas a Nascente ou a Sul, os quartos de pequenas dimensões sem janelas, as janelas de um modo geral pequenas e pouco numerosas, são algumas das tantas particularidades arquitectónicas que davam forma, nesta região, aos temores das influências atmosféricas sobre a saúde.

Por todas estas circunstâncias, as reflexões de Jorge Rolão acerca das causas da estranha epidemia que, no Verão de 1815, se começou a verificar na área de Alpedrinha são deveras significativas pelo que revelam dum "saber de experiência feito". O que Jorge Rolão vai observando e verificando nos doentes atacados por esse estranho mal, condu-lo ao abandono da causa mais comumente aceite (a influência das condições atmosféricas) e a levantar a hipótese de ser ela devida à "acção de algum quid incógnito" que "voltejasse" na atmosfera, como ele saborosamente afirmou.

De igual modo, são dadas como moléstias mais

frequentes na vila de Idanha-a-Nova, no Verão e no Inverno, as pleurizes, peripneumonias e os catarraismos, acrescenta o médico António José Ferreira de Carvalho⁽³⁾, são elas que "levam à sepultura a grande parte dos homens que se empregam na agricultura". E continua o mesmo clínico: "As mudanças repentinhas da atmosfera, o frio, vento e chuva a que andam expostos nos penosos trabalhos do campo, aonde pela grande distância, até ficam dormindo noites e noites, e muitas vezes molhados sem mais abrigo que o de uma simples cabana, e a muita água fria que bebem estando fatigados, e ainda a suar, são a meu ver as causas que as produzem".

É esclarecedora esta passagem do relatório do médico de Idanha-a-Nova. Por ela não são apenas as duras condições de trabalho na campina de Idanha, nos inícios do século XIX, que perpassam, mas de igual modo dela se infere a rudeza do clima desta região interior, rudeza que, um século mais tarde, um outro médico - Fernando Namora - que por aqui viveu e andou nos tempos da juventude, caracterizou de modo tão belo que não resistimos, hoje, a recordá-lo. Escreve: "A campina no Estio quando as hastes túmidas se dobram ao peso do grão não tem o afago de uma árvore (...) Mas entrando Dezembro, os vendavais desembestam das serras da raia e encontram uma planície dócil. Pegam no pó acamado e nas folhas mortas, e erguem-nas no ar, forma-se um cilindro confuso de poeira e vai rodopiando, alucinado, campina fora".⁽⁴⁾

E o que importa ressaltar, nestes Relatórios médicos do princípio do séc. XIX, é a associação das marcadas e contrastantes condições climáticas (que Fernando Namora nos descreveu dum modo tão belo) com as duras condições de trabalho, como causas responsáveis pela particular incidência das doenças num dado estrato social: o dos trabalhadores agrícolas. E não só os da campina da Idanha... Duras eram de igual modo as condições de trabalho no campo na área de Alpedrinha. Na Conta de Janeiro de 1817, Jorge Rolão relata o caso de dois irmãos, homens entre os 36 e 40 anos, que se lhe apresentaram sofrendo de "ataques de hemoptise com tosse mui violenta". E depois de referir uma longa lista de medicação que utilizou no seu tratamento, acrescenta: "Porém tendo-se de novo entregado ao seu modo de vida ordinário, inimigo cruel das suas constituições, contraíram tosses... (...) e temo que, ou continue, ou expondo-se a novas causas por fim sucumbam à tísica pulmonar".

Outro aspecto que considero merecedor de atenção, pelo que revela duma certa mentalidade usual ainda há poucos anos nalgumas aldeias da Beira Interior, encontra-se em dois relatos que referem casos de gravidez. Um deles, acontecido em Idanha-a-Nova, conta que uma mulher de 37 anos

teve uma eresipela na cara e que, apesar da doença fazer progressos, não quis a dita mulher recorrer à Medicina senão quando se persuadiu de que ia morrer. As razões desta atitude explicita-as o médico nos seguintes termos: "Pelo prejuízo que aqui há contra todo e qualquer remédio no tempo da prenhez".

Este preconceito acabou, no mencionado caso, por ser fatal, pois a doente, refere o Médico, tratada durante oito dias intensamente com um cozimento de bútua, quássia, casca de raiz de salsa hortense, e bagas de zimbro, no fim deles abortou e, três dias depois, morreu.

Um outro caso relatado pelo médico de Alpedrinha teve, no entanto, um desfecho mais feliz. Tratou-se dum caso de febre puerperal que se manifestou a seguir a fortes dores abdominais que se desencadearam logo após o parto e que, no dizer do médico, "as comadres pretendiam mitigar fazendo-lhe beber vinhos quentes com aromas". Só depois de verificada a ineeficácia do tratamento das "comadres", o médico foi chamado, mas desta vez, felizmente, ainda a tempo.

Fenómeno de longa duração, neste interior da Beira, consiste na primazia atribuída ao poder da comadre sobre a eficácia do médico. Até bem perto de nós, era ela, essa "velha suja, talhada em pedra enrugada, sem sorrisos nem lágrimas", como tão bem a caracterizou Fernando Namora⁽⁵⁾, que possuía o privilégio de ser a primeira a "espreitar a entrada no mundo" de cada novo ser.

Parece, então, depreender-se que, na região de Idanha-a-Nova, era norma geral o recurso aos cuidados da medicina somente quando a doença atingia um grau de extrema gravidade.

Três casos, todos mortais, exemplificam este facto: o de uma mulher de 45 anos a quem nos fins de Setembro de 1816 se lhe suspendeu a menstruação e "tendo começado logo a inchar" (lê-se no relatório) só recorreu à medicina em Janeiro de 1817, isto é, quatro meses depois; outro caso, este de um homem de 60 anos que só acudiu aos cuidados médicos em Abril, num estado (esclarece o relatório) "já exaurido de forças pela moléstia (pleuriz) que tinha tido nos fins de Fevereiro e da qual não se havia podido restabelecer pela sua indigência"; e, finalmente, o caso de uma mulher atacada de tísica pulmonar que procurou os cuidados médicos somente oito meses depois de declarada a doença.

Acerca deste último caso lê-se no relatório: "Vendo porém que não tinha conseguido melhorias nos poucos dias, que usou dos remédios, não quis continuar com eles, e desde então não tem tido tratamento algum. A moléstia tem feito progressos rápidos, e a diarreia, que apareceu, indica que está chegado o termo fatal".

Um desencanto amargo perante a atitude da

doente, a impossibilidade de actuação num tal caso de aceitação fatalista da morte transparecem nestas linhas do Relatório de Idanha-a-Nova de Março de 1817. Situações duras de trabalho, descrições pormenorizadas das condições do tempo atmosférico, estratificação social de certas doenças, preconceitos relativos a determinados estados - são aspectos que afloram nestas Contas. Mas por elas perpassa, de igual modo, um desengano amargo, fruto daquilo a que hoje chamamos de "peso da interioridade" e que se materializava, nos princípios do século XIX, através das diferenças marcadas entre as condições de trabalho deste Interior pobre e as povoações ricas doutras zonas.

Parece-me ser essa a conclusão que se depreende da seguinte passagem da prosa do médico de Alpedrinha: "Nunca posso oferecer diários circunstanciados das moléstias que trato, nem mesmo da vila em que resido, por ser distraído com visitas fora. E, amargamente, compara a sua actuação com a dos que frequentam os grandes hospitais e que poucas vezes saem das povoações ricas, em que praticam a medicina, "podendo coordenar os sintomas, apresentando-os no mesmo quadro em que a natureza os coloca, e tirar efeitos do tratamento estabelecido, deduções rigorosas, que verificadas por observações repetidas se tornam máximas sensacionais e quase teoremas na prática da Medicina".

Será que o passar dos tempos apagou as diferenças? Será que a interioridade estará apenas no fundo de cada um de nós, ou continuará ela a pesar, no nosso trabalho e na nossa vida, como uma fatalidade para todo o sempre?

Esperemos que esta região da Beira Interior, atenuadas as assimetrias, quer no campo da Medicina, quer no das outras áreas do Saber, se transforme efectivamente, com ou sem regionalização, naquilo por que todos nós que aqui vivemos tão fortemente ansiamos: uma terra que não reoudie os seus filhos, num lugar não de passagem, mas de destino.

NOTAS

(1) - Nas transcrições do Diário do Governo surgidas no nosso texto foi actualizada a ortografia.

(2) - "Relatório" de Janeiro de 1817, *Diário de Coimbra*, núm. LI, parte I, pp. 156 a 159.

"Relatório" dos meses de Fevereiro, Março, Abril e Maio de 1817, *Diário de Coimbra*, num LVI, parte I, pp. 80 a 94.

(3) - "Relatório dos primeiros cinco meses de 1817", *Diário de Coimbra*, núm. LVI, parte I, pp. 132 a 136.

(4) - Fernando Namora, *Retalhos da vida de um médico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1975, p. 136.

(5) - Fernando Namora, Ob. Cit., p. 18.

* Docente na Escola Superior de Educação de Castelo Branco.

A MEDICINA POPULAR NO CONCELHO DE PROENÇA-A-NOVA

Maria da Assunção Vilhena Fernandes

A minha comunicação é um simples trabalho de etnomedicina, feito na sequência da publicação do meu livro *A Flor do Feto Real*, onde apresento mezinhas e ensalmos usados na povoação de Malhadal, onde decorre grande parte da vida do protagonista.

Convidada para vir aqui fazer uma comunicação, procurei levar a efeito mais algumas recolhas noutras povoações e estender o meu trabalho a todo o concelho de Proença-a-Nova. Quem o conhece sabe que há lugares de difícil acesso onde só há muito pouco tempo se fizeram caminhos razoáveis. Vivendo longe da farmácia e dos médicos, os camponenses, na sua maioria pobres (os pinheiros só há pouco tempo se tornaram uma riqueza sensível), tiveram, durante gerações, de se socorrer daquilo que lhes ficava mais à mão, para combater a doença.

I. Vejamos, então, alguns desses recursos encontrados no próprio corpo, no vestuário, na habitação, na fauna e, sobretudo, na flora.

1. No próprio corpo:

- a saliva (para ferimentos leves),
- o leite de mulher (para a dor de ouvidos), a urina (para as frieras);
- a cera dos ouvidos (para as gaivas provocadas pelo cieiro).

A região é fria e, na serra, o vento é áspero, pelo que as frieras e o cieiro eram um tormento.

2. No vestuário:

- os trapos e os fios de linho para substituir gaze e algodão;
- os trapos de lã para aplicar sobre superfícies do corpo doridas e aquecidas com banhos e fricções;
- o chapéu do homem de onde se raspava o feltro para aplicar nos golpes;
- a camisa do homem e da mulher que trocavam quando um deles tinha brotoeja.

3. Na habitação:

- o sal da cozinha que se aplicava nas queimaduras para não empolarem;
- as teias de aranha para sustar a hemorragia dos golpes;
- o caruncho de madeira velha para polvilhar queimaduras e para o assado dos bebés;
- a cinza da fogueira para deitar em água quente e fazer banhos aos pés, em estados febris, e para cicatrizar o cordão umbilical dos recém-nascidos (punha-se o pó entre dois bocadinhos de linho);
- o cigarro (morrão e mortalha) para ferimentos;
- o telhador (tampa da panela de ferro) embrulhado num pano de cozinha engordurado, para cólicas e dores reumáticas;
- uma faca para aplicar na pele picada de abelhas

ou vespas.

4. Na fauna:

Das abelhas tiravam:

- o mel para adoçar uma infinidade de chás e para fazer xaropes e ungamentos (com murtinhos pisados para as entorses e, com gema de ovo, para panarícios e furúnculos); simples, para a erisipela;
- a cera para amolecer os seios encaroçados e, em pomada, com sebo e azeite fervidos.

Das cabras tiravam:

- o leite para tomar quente com mel para curar a tosse e para amassar as papas de linhaça;
- as natas para fazer *manteiga de gado* usado para amolecer abcessos e para as dores de garganta;
- o sebo simples para o cieiro e, misturado com outros elementos, para fazer ungamentos.

Das galinhas tiravam:

- a carne para os caldos;
- os ovos para fazer ungamentos para curar furúnculos e panarícios;
- a enxúndia para aplicar no pescoço em casos de papeira ou amigdalite.

Dos porcos tiravam:

- o unto sem sal que usavam em abcessos, papeira, dor de garganta e seios gretados e encaroçados;
- o fel usado sobre os ferimentos para tirar corpos estranhos.

5. Na flora: árvores, arbustos, ervas, frutos e legumes. Da oliveira tiravam:

- as folhas para as benzeduras;

- o azeite para curar todos os males de pele (simples ou misturado com outros produtos); aplicava-se no cordão umbilical dos recém-nascidos e usava-se para tirar a crosta de leite dos bebés (passado pelo *copo do licorne*) e o assado das coxas; usava-se ainda para toda a espécie de queimaduras, mesmo as do

sol e para untar a folha de couve que se aplicava quente no ventre da criança com cólicas e o talo de couve que servia de supositório aos bebés com prisão de ventre; o fumo do azeite queimado usava-se para desinfectar picadas de pregos. Do pinheiro tirava-se:

a resina para cicatrizar golpes ou quaisquer ferimentos; as pinhas tenras e as pontas para xaropes para a tosse.

Da esteva tiravam-se as folhas para aplicar nos golpes e em picadas de insectos.

Da videira (ou, melhor, das uvas) fazia-se e usava-se como medicamento:

o vinho tinto que se aplicava sobre as queimaduras, logo que a pessoa se queimava, para tirar a dor e não deixar empolar;

o vinagre empregava-se, misturado com farinha de mostarda, em fricções para as dores reumáticas; simples, para amassar as papas de linhaça que se aplicavam nos furúnculos, noutros abcessos e catarros; misturado com mostarda, para friccionar as pernas e os braços nos estados febris;

o arrobe aplicava-se nos hematomas;

a aguardente servia para aplicar na testa para aliviar as dores de cabeça e para bochechar quando se tinha dor de dentes.

Da couve ratinha tiravam-se as folhas lisas que, aquecidas, serviam para aplicar a enxúndia, a manteiga de gado, o unto sem sal e o azeite, no pescoço, nos seios e no ventre dos doentes.

Do linho galego aproveitava-se:

as meadas de nove fios para as benzeduras;

as sementes para cozimento, juntamente com alguns cereais, para curar a diarréia;

a farinha da linhaça para cataplasmas. (Numas aldeias, amassavam-na com água, noutras com leite e noutras com vinagre).

Da mostarda aproveitavam-se as sementes que, transformadas em farinha, tinham as aplicações que já mencionei atrás e também para banhos quentes aos pés, principalmente nas pneumonias.

Do trigo utilizavam:

os grãos que queimavam em ferro em brasa e ficava um óleo escuro para curar o cobrão e o torçol;

a farinha, crua, para caldos com água morna para curar a diarréia; fervida com água e açúcar para alimento de doentes.

Do centeio aproveitavam:

o grão para cobrir o corpo quando tinham brotoeja e para mastigar em caso de má digestão (arrotos chocos...); a farinha para curar a erisipela e para cicatrizar o umbigo dos bebés, a seguir à queda do cordão;

a cravagem (corrilhão) tomavam as parturientes, em chá, para abreviar o parto.

Do milho aproveitavam:

a farinha (seca) para polvilhar a doente de erisipela;

as barbas, em chá, para males de rins e bexiga; o machio para secar as queimaduras.

As batatas cruas, às rodelas, simples ou embebidas em álcool, punham-se na testa para curar as dores de cabeça; raspadas (cruas) aplicavam-se nas queimaduras para refrescar e não empolar.

As cebolas, melhor, os cascos grossos aquecidos com azeite, aplicavam-se nos furúnculos e nos caldos; os cascos secos, exteriores, fervidos com mel serviam para curar a tosse (xarope).

Numa região em que se come muita salada, cultivada com estrume de porco, as lombrigas são uma tortura para todos e, principalmente, para as crianças. Para as combater, usavam alhos e hortelã.

Os alhos, em caldo ou crus, mastigados, ou ainda esfregados no pescoço e no ânus. Era frequente ver as crianças com colares ao pescoço feitos de dentes de alho enfiados em fio de meia...

A hortelã tomava-se em jejum, picada com mel ou em infusão.

Nota: Os alhos também se usavam para o reumatismo, esmagados e guardados em álcool para fricções e também os comiam crus ou tomavam, em jejum, uma infusão que se fazia de véspera.

A abóbora também era aproveitada para fazer papas que se aplicavam quentes para curar furúnculos e outros abcessos.

Os marmelos cortados às rodelas e torrados ou secos, em chá, usavam-se para curar a diarreia.

Os pés das cerejas, em chá, também eram bons para curar os males dos rins e da bexiga.

Da figueira, como mezinha, só se empregava o leite dos ramos para secar as verrugas.

Das romãs, tiravam a casca para fazer chá para a tosse.

De uma grande quantidade de ervas, arbustos e plantas arbustivas faziam *defumadouros* (arruda, alecrim e coroa-de-rei); faziam gargarejos (olhos e amoras de silva); faziam banhos (flor de carqueja, erva gigante e malvas) e, com o pó da murta torrada, polvilhavam as queimaduras.

Com uma infinidade de ervas, faziam chá para várias maleitas:

flor de carqueja, erva de prata, tojo, mercuriais (prisão de ventre), poejos, agriões, salsaparrilha, macela, cidreira, salva brava, trevo bravo, pimpinela, etc., etc.

E malvas, sempre malvas, para uso interno e externo, para cólicas e todos os males de estômago, fígado e intestinos, para lavar os olhos inflamados, os furúnculos rebentados e os ferimentos de toda a espécie e extensão. O uso de malvas e azeite, encontrei-o em todas as aldeias.

Luís António Verney, na duodécima carta do *Verdadeiro Método de Estudar*, fez a apologia do uso do azeite e das malvas como emoliente.

Esta medicina caseira e, portanto, muito antiga.

Encontrei receitas semelhantes em livros datados de 1686, (o Tesouro de Prudentes), de 1840, (*O Lunário Perpétuo*) e de 1879, (*O Formulário de Chernoviz* (10^a edição) que pertenceu ao barbeiro das Relvas, já falecido).

Cada família colhia os seus remédios, os simples, como colhia o seu pão, o seu vinho, o seu azeite, os seus frutos e legumes e tinha a sua farmácia prática de que fazia parte a garrafa de azeite virgem passado pelo “copo do licorne”, o frasco de “manteiga de gado”, o arrobe, o sebo, o unto sem sal, a enxúndia de galinha, a jarra de mel (nas lojas, lugar mais fresco) e montes de ervas... Se algum destes elementos faltava em casa, recorria-se às vizinhas ou parentes que lho facultavam de boa vontade. E ensinava-se, dava-se conselhos aos mais novos e menos familiarizados com a doença. Veja-se a atitude da tí Rita, a benzedeira - personagem do meu livro *A Flor do Feto Real*. Essas mulheres nunca cobravam dinheiro a ninguém pelos seus serviços que eram pres-tados como um acto de amor.

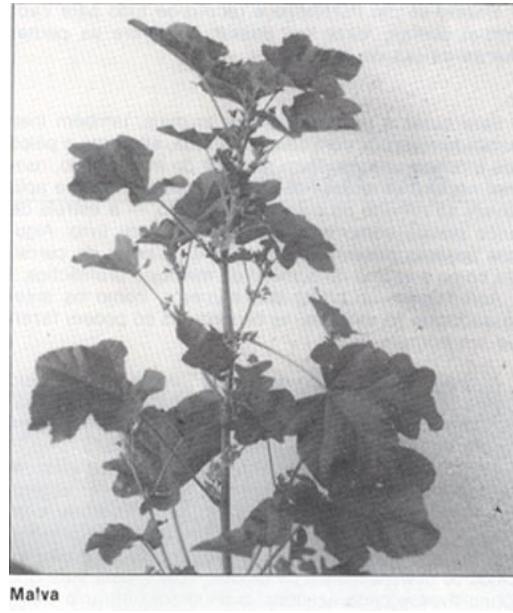
II. Práticas mágicas. ensalmos e esconjuros.

Havia certas enfermidades para as quais a medicina caseira não dava, certamente, a resposta desejada. Recorreu-se, então, ao sagrado e sobrenatural. Cristãos de fé ardente, mas também supersticiosos, os naturais do concelho, seguindo a tradição oral, que se perde na noite dos tempos, recorreram às três Pessoas da Santíssima Trindade, a Jesus e Maria, aos Santos e empregaram fórmulas e rituais do Cristianismo que misturaram com práticas mágicas. Era uma medicina religiosa e mágica. O Sinal da Cruz era o gesto talismânico mais usado e o principal de todos os rituais benéficos. Paciente e benzedeira elevavam o pensamento para Deus, fazendo o Sinal da Cruz, antes de começar qualquer prática. Criava-se assim a “cadeia mágica” formada pelo paciente, a benzedeira (o elo) e as forças do Bem: Deus, Jesus, Maria e, por vezes, um santo. Depois fazia-se a prática - ensalmo ou esconjunto - cada um com os seus gestos e materiais próprios para cada caso.

Além da Virgem, a mais importante consoladora dos aflitos, os santos que a fé popular, nesta região, investiu no poder de curar (pessoas e animais), espécie de santos curandeiros, eram Santa Luzia, protectora dos olhos, Santo António, S. Neutel, S. Marcos e S. Brás, que “aplaca todos os males”.

Também havia quem fizesse invocação “por correspondência”, por intermédio de parentes e amigos, a S. Bento, para obter a cura das verrugas. Bastava enviar o “recado” e a esmola correspondente, às vezes um sapato de trigo...

Para curar o farpão (inflamação que dizem começar do canto interior do olho para fora) pegavam numa moeda que tivesse uma cruz ou num anel ou ainda em duas folhas de oliveira (conforme as aldeias)



formando uma cruz, com as quais faziam cruzes sobre o olho afectado e diziam três vezes:

Em virtude de Deus,
Santo Nome de Jesus,
E é Jesus e é Maria,
E é a Senhora
Da Santa Luzia

Para curar a cabrita que distinguiam como uma inflamação que começava da parte de fora do olho, para a de dentro, uns faziam cruzes apenas com o polegar direito, outros com duas folhas de oliveira cruzadas e outros com um anel:

Se és cabrita
Ou outra ferida maldita,
Deus te benza,
Deus te queira benzer.
Plas cinco chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo,
Em louvor de Santa Luzia,
Pai-Nosso e Avé-Maria.

No fim, rezavam um Pai-Nosso e uma Avé-Maria e repetiam tudo cinco vezes. Se doía muito, faziam a “cura” três vezes por dia.

Nalgumas povoações, em vez das cinco chagas, invocabam as três Pessoas da Santíssima Trindade.

No Malhadal, encontrei agora um texto compósito, que servia quer para o farpão, quer para a cabrita ou qualquer outra inflamação, também utilizavam as folhas de oliveira cruzadas:

Em virtude de Deus,
Santa Luzia,
Mistério da Santíssima Trindade,
Vinde curar esta enfermidade
Quer seja farpão ou cabrita
Ou outra qualquer nascida,
Atrás torne, adiante nã vá,
Vertudes qu'a Nossa Senhora faz
C'a sua mão divina,
Obra milagres junta c'a minha.

Diziam que, quando se tinha cabrita ou farpão, não era bom olhar para animais com pelo (cabras, burros, bois...). Por isso, deviam manter o olho coberto.

Para “curar” a erisipela a que chamavam “zípela” ou “zipéla” usavam palhas que variavam de povoação para povoação: numas eram de centeio, noutras de esparto, que molhavam no azeite da candeia e faziam cruzes na pele inflamada, enquanto diziam:

Donde vens, S. Julião?
- Venho de Roma.
O que vistes tu por lá?
- Munta gente morta,
De zípela e zipelões.
Volta pra trás, S. Julião
E vai curar essa gente
Com azeite virgem
E três palhinhas do campo;
Na graça de Deus
E do Divino Espírito Santo.

Na Catraia Cimeira, em vez de azeite da candeia, usavam azeite virgem.

Nas Cargas, em vez de S. Julião, diziam Pedro e Paulo e usavam um pedacinho de lã virgem, em vez de palhas. Quando uma pessoa tinha dor de cabeça e má disposição geral, diziam que estava com quebranto, que tinha sido vítima de mau olhado. Então, preparavam um prato com água, onde deitavam três gotas de azeite e diziam o ensalmo:

Fulanola, Deus te fez,
Deus te criou,
Esta lua por ti passou,
Ela te torne a deixar;
Em louvor das três Pessoas
Da Santíssima Trindade,
Em Nome do Pai, do Filho
E do Espírito Santo.

Se tivesse mau olhado, o azeite espalhava-se, durante a repetição das palavras mágicas.

Nalgumas povoações, usavam uma tijela com água, sobre a qual faziam cruzes com um ramo de alecrim ou moita a arder, os ramos queimados caíam na água e iam logo “de ponta” ao fundo, se tivesse

mau olhado. Por fim, atiravam a água para o lume, pelo lado esquerdo por detrás das costas.

Para o quebranto, encontrei várias fórmulas. Na povoação do Padrão deram-me uma híbrida muito interessante, que parece ser para uso pessoal, pois diz “me” e não “te” como é habitual. A informadora disse ser para curar o quebranto.

Deus me fez,
Deus me criou,
Deus me cure
de quem mal pra mim olhou.
Duas ma botaram,
Três ma handem tirar:
As três Pessoas da Santíssima Trindade.
Se és quebranto, é t'espanto,
Se és estrepasso, é te passo,
Se é p'la testa, Dês m'acuda depressa,
E se é por trás, Dês m'acuda, S. Brás.
Se é por diente, Dês m' acuda sempre.

Também usava o prato de água, com a gota de azeite. Quando uma criança teve medo de qualquer coisa, como uma trovoadas, por exemplo, se ficou deprimida ou se gaguejava, costumavam benzê-la do “estrepasso”:

Se é estrepasso, é te passo,
Se é quebranto, é te espanto
C'a graça de Deus
E do Divino Espírito Santo;
Se és quebranto, é t'espanto
Se é estrepasso, é te passo; etc.

Repetia-se nove vezes, sempre trocando a ordem dos versos e passando a criança, o mesmo número de vezes, por uma meada de linho galego com nove fios. A meada aberta metia-se pela cabeça e descia até aos pés.

Este esconjurado é semelhante a um que vêm no meu livro *A Flor do Feto Real*, recolhida no Malhadal em 1978 e que termina “Em virtude do Santo Nome de Jesus”.

Para a infecção na pele a que chamam cobrão e que atribuíam a “uns bichinhos peçonhentos”, há povoações em que usavam o óleo de trigo queimado em ferro em brasa, mas noutras usavam apenas o esconjurado. Além de uma fórmula curta que vem no meu livro, encontrei há pouco, também no Malhadal, a seguinte:

P'lo rio Douro passei,
Cobras e cobrões cortei.
P'lo rio Douro, tornei a passar
E cobras e cobrões tornei a cortar
R sardaniscas, sardões, cobras, cobrões
Que cobrem o corpo todo.

Aqui há-des morrer;
 Aqui, há-des acabar,
 Aqui, t'há-des secar.
 E daqui não há-des tu passar.
 Em Nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Encontrei semelhante noutras povoações, mas terminavam dizendo: "Em virtude do Santo Nome de Jesus". Com a cota duma faca, a benzedeira fazia cruzes no limite da pele inflamada para que a infecção não se propagasse. Repetia-se, de manhã e à noite, até nove vezes, sempre em número ímpar.

Também faziam alguns ensalmos a animais doentes:

Donde vem a senhora do Branto?
 Aliviai este corpo (o animal)
 De tā grande mal,
 De tão grande quebranto.

Rezava-se um Pai-Nosso e repetia-se tudo para cada animal doente, fazer fazendo-o passar por entre as pernas dumas calças de homem...

Para curar o mau olhado dos animais, também lhes faziam fumigações com alecrim, arruda, alfazema e pêlos dos próprios animais. Para prevenir do mau olhado, usavam capelas de coroas-de-rei, feitas pelo S. João e aplicavam no telhado do curral um amuleto - a estrela de cinco pontas como vem explicado no meu livro. Algumas pessoas desenhavam a estrela na porta do curral. Era como a vacina no domínio da medicina profiláctica...

Acreditavam no poder dos números, como os antepassados de há milénios: as benzeduras só podem fazer-se em número ímpar.

Acreditavam no "copo do licorne" como talismã, pelo que faziam passar por ele o azeite para as mezinhas. Também acreditavam que o milho passado por uma "goela de lobo" curava a tosse dos porcos.

Acreditavam na virgindade como virtude dos elementos que usavam nas curas: o azeite tinha de ser virgem, isto é, tirado da pia do lagar antes de se misturar com água; a resina para as feridas tinha de ser de pinheiro virgem, quer dizer, que nunca tivesse sido resinado; as folhas de oliveira tinham de se colher de uma árvore que nunca tivesse dado azeitona; o

sebo para curar o cieiro tinha de estar virgem, isto é, não devia ter sido amas-sado, a lã para a cura da erisipela tinha de ser de ovelha virgem.

No Vale d'Urso, na noite de S. João, faziam as cabras passar por um arco de silva macho e defumavam-nas com alecrim e rosmaninho para as prevenir contra as doenças. Pela mesma razão, "augavam" os bois, as cabras e os porcos em todo o concelho, porque acreditavam que a água estava benta desde a meia-noite até ao meio-dia de S. João. Grinaldas de coroas-de-rei e de mentrastos feitas na véspera e expostas ao sereno, nessa noite, eram usadas, ao longo do ano, para aliviar dores de cabeça.

Acreditavam que o caldo de galinha preta era eficaz para parar as hemorragias das grávidas e evitar o aborto, e que determinada "pedra" atada no pé duma parturiente, facilitava o parto, e ainda que a "pedra dos agreiros" era eficiente para tirar qualquer corpo estranho dos olhos.

Chauliac, no séc. XIV, escreveu no seu livro *A grande cirurgia*: "Na Idade Média (...) com esconjurados e beberagens (...) tratam todas as chagas, baseando-se em que Deus pôs a sua virtude nas palavras, nas ervas e nas pedras".

Baseados na fé, na crença e na credice, assim resistiram muitos à doença, através dos tempos, quando não tinham perto médicos, nem enfermeiras, nem parteiras.

Quando as mezinheiras e as benzedeiras se declaravam impotentes para "curar" determinadas doenças, mandavam chamar os "barbeiros" que os havia famosos nesta região: barbeiro das Relvas, de Santana, da Várzea, da Malfoga, do Sobraíinho dos Gaios (alguns fora do concelho)... que possuíam livros muito抗igos e receitavam ventosas, sanguessugas, purgas e banhos e faziam sangrias.

Hoje, apesar de terem televisão, de haver menos analfabetos, de terem médico de família, continuam a fazer mezinhas e benzeduras, não sei se por hábito, se por comodidade ou por economia. O que é certo é que continuam a acreditar nelas.

* Professora do Ensino Secundário. Escritora.

NOTÍCIAS, COMENTÁRIOS EM REVISTA



Pedro Álvares Cabral, Castelão de Belmonte
e Descobridor do Brasil

AS DESCOBERTAS E A HISTÓRIA DA MEDICINA

De 10 a 13 de Setembro de 1990, vai realizar-se, em Lisboa, o I Congresso Internacional sobre os Descobrimentos e a Saúde, por iniciativa da Ordem dos Médicos e da Escola Nacional de Saúde Pública. Divulgamos a estruturação do programa, que como é notório permitirá a efectivação do maior forum jamais reunido em Portugal, sobre tema tão importante como o das relações entre a ciência e a medicina da época e o manancial de influências decorrentes da actividade multifacetada das Descobertas.

I CONGRESSO INTERNACIONAL

em Lisboa, de 10 a 13 de Setembro
de 1990

TEMAS

SECÇÃO I

- A medicina na Europa Ocidental do século XV
Presidente: Dr. Roger French

- I.1 - As escolas de pensamento médico
- I.2 - A influência árabe
- I.3 - Aspectos nosológicos
- I.4 - As grandes epidemias
- I.5 - O arsenal terapêutico

SECÇÃO II

- A medicina das grandes viagens marítimas
Presidente: Surgeon Vice-Admiral Sir James Watt

- II.1 - A patologia da grande viagem marítima
- II.2 - A terapêutica de bordo

SECÇÃO III

- O contacto com outras civilizações
Presidente: Dr. Vivian Nutton

- III.1 - Patologia importada e exportada
- III.2 - Terapêutica importada e exportada
- III.3 - O intercâmbio de conhecimentos médicos

SECÇÃO IV

- As instituições de assistência na doença
Presidente: Professor Coriolano Ferreira

- IV.1 - As instituições do Ocidente Europeu
- IV.2 - As instituições orientais
- IV.3 - A difusão do modelo português de assistência na doença

SECÇÃO V

- Higiene e saúde pública na era dos descobrimentos Presidente: Professor Francisco Cambournac

V.1 - Medidas de higiene a bordo e em terra

V.2 - A saúde pública em face dos descobrimentos e da colonização

V.3 - Descobrimentos, colonização e modificações dos hábitos nutricionais

SECÇÃO VI

- Aspectos económicos do comércio das drogas Presidente: Professor Vicente Pastor Y Aldeguer

VI.1 - O estado da questão antes dos descobrimentos

VI.2 - As modificações resultantes dos novos circuitos comerciais

SECÇÃO VII

- Saúde e problemas sociais na época dos descobrimentos

Presidente: Professor Alfredo Rasteiro de Campos

VII.1 - Médicos, cirurgiões e boticários em face do poder político

VII.2 - Médicos, cirurgiões e boticários em face dos problemas raciais

VII.3 - Médicos, cirurgiões e boticários em face da escravatura

VII.4 - Profissionais de saúde e conquista do direito de cidadania

“NOTÍCIAS MÉDICAS”

Suplemento especial do nº 1860 (Novembro de 1989), editado por ocasião do Congresso da Medicina Portuguesa. Da saudação do Presidente da Ordem dos Médicos de França ao referido Congresso: "... O médico, como garante da nossa civilização humanista, continua obrigado a proteger a liberdade, a independência e a dignidade da pessoa humana". Destaque particular para o modelar ensaio do Dr. João Frada, Garcia de Orta e o experimentalismo científico ("... Orta, apesar de sujeito a múltiplas limitações dependentes quer da sua própria personalidade e formação, quer do envolvimento cultural e mental em que viveu, soube projectar o raciocínio para além das barreiras do seu tempo...").

“MANUEL CARGALEIRO - GOUACHES/ÓLEOS”

Belíssimo álbum de reproduções de guaches e de óleos de Manuel Cargaleiro, editado pelo laboratório Beecham Portuguesa que, em breve nota a preceder

o conjunto, deixa escrito: “Se a Beecham tem tido grande sucesso no campo da investigação, não tem descurado outros aspectos de acção cultural (...). Não admira, pois, para quem tem sempre com êxito, feito da cultura e da investigação valores essenciais da vida que a decisão de promover e apoiar a publicação desta obra consagrada à pintura de Mestre Manuel Cargaleiro tivesse resultado como coisa natural...”. Palavras de admiração de Vieira da Silva precedem as reproduções (boas, de modo geral), de 45 gouaches e de 59 óleos, muitas delas acompanhadas por nota crítica de variadíssimos estudiosos da obra do grar de artista. Transcrevemos do Professor Juvenal Esteves esta síntese - cisa da arte do pintor beirão: “Vibração cromática, incitamento à alegria de viver, doação feliz, natural, de forma elegante que, animica- mente, nos eleva”.

“KALLIOPE DE MEDICINA”

Órgão da cadeira de História da Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Volume 2, nºs 1 e 2, 1989.

Dirigida pelo Prof. Dr. Alfredo Rasteiro, *Kalliope de Medicina* “destina-se à publicação de estudos de história e filosofia da medicina e do medicamento, técnica, arte, ciência, cultura e saber médico”. Constituem o presente número os seguintes artigos: *A Matéria médica no século XVI e os descobrimentos*, de João Rui Pita (“... muitos destes medicamentos parecem-nos hoje perfeitamente ineficazes, mas na sua época, foram os meios disponíveis para a luta heróica contra o sofrimento e a morte...”), *Universidade. Setecentos anos de ensino médico*, de Alfredo Rasteiro (“... Sete séculos de história de ensino médico (...) conferem responsabilidade à Instituição e especialmente às tutelas que a controlam. Mais do que perguntar onde páram os vestígios do passado, importará reflectir sobre os meios disponíveis para o ensino em estabelecimentos que no presente necessitam de Hospitais vocacionados para o ensino, laboratórios, salas de aula, bibliotecas, museus...”); *Sobre a cadeira de Cirurgião, que hade haver*, Coimbra, 1613, também de Alfredo Rasteiro, (“... Quanto à Cadeira de Cirurgia que a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra haveria de haver em 1613, depois do mandato do rei em carta de 28 de Fevereiro de 1612 e da consulta à Faculdade que teve resposta em 24 de Outubro de 1613, o assunto estava em 27 de Novembro de 1613 nas mãos de D. Francisco de Castro e na Mesa da Consciência, onde terá ficado até à reforma pombalina da Universidade, em 1772...”); Similares, genéricos e *placebos*, ainda por Alfredo Rasteiro (“... Hoje em dia há a perfeita consciência de que os medicamentos são apenas

um dos pilares em que assenta a manutenção da saúde, que está dependente do bem estar social, da estabilidade psicológica, das condições de trabalho, da casa, da alimentação..."); O direito à saúde e os consumidores, de Mário Frota ("...O arsenal terapêutico constitui um poderoso meio para debater a doença, mas pode, se mal utilizado, causar males de inenarráveis consequências..."); A *responsabilidade civil* do produtor por especialidades farmacêuticas defeituosas, também de Mário Frota ("...Vetusto, esclerosado, anacrónico, são termos que se aplicam em plenitude ao modelo vazado no diploma que ainda rege o domínio dos medicamentos em Portugal...");

A propósito do 1º Centenário da introdução do termo cromosoma por Waldeyer, de Rogério Teixeira ("... Os cromosomas possuem os meios necessários à execução do programa genético que encerram, pois são simultaneamente a lei e o poder executivo, o plano do arquitecto e a técnica do construtor..."); Abel Salazar (1889-1946) e Fernando Namora (1919-1989), de Alfredo Rasteiro, são dois sentidos textos evocativos da vida e da obra daquelas duas personalidades que tão assinaladamente marcaram a cultura portuguesa do século XX. Secções de Notícias, jornais e revistas, Novos livros completam o presente número de *Kalliope*.



AINDA AS 1.^{as} JORNADAS

Promovidas pela Sociedade Portuguesa de Escritores Médicos, Museu Tavares Proença Júnior e Grupo de Médicos de Castelo Branco, realizaram-se as primeiras jornadas sobre este tema, tão invulgar entre nós, e que honra quem o pensou e organizou. Os objectivos enunciados no programa eram ambiciosos, pois visava-se, “numa perspectiva interdisciplinar e tendo como pólo referenciador aquilo a que usualmente se chama de Medicina, um encontro de especialistas das diferentes áreas das Ciências Humanas que encontrem a substância das suas comunicações na realidade cultural da Beira Interior”.

Um primeiro grupo temático incidiu sobre figuras de médicos ilustres, sendo Amato Lusitano de longe o mais evocado, e particularmente analisadas as célebres Centúrias, quer a propósito de problemas literários, da história da morte no século XVI quer mesmo da defesa da solidariedade médica. Além de Amato, tivemos Ribeiro Sanches, o autor do “Tratado da conservação da saúde dos povos”, cuja obra de higienista foi especialmente focada, e até considerada, em pleno século XVIII, precursora de uma atitude ecológica. E Henrique Jorge Henriques, médico renascentista cujo “Retrato del perfecto médico” foi julgada actual em termos dos problemas da ética médica, e ainda Plácido da Costa.

Um segundo grupo de comunicações já de teor antropológico e etnológico, incidiu sobre as formas de medicina popular e o conjunto de crenças e costumes a ela associadas, sendo referidos os esconjuros, rezas, exorcismos e outras práticas mágicas, assim como um numeroso e curioso conjunto de receitas caseiras, mezinhas e preparados naturais para as mais diversas maleitas, principalmente referidas às aldeias da Serra da Gardunha e ao concelho de Proença-a-Nova. Outra apresentação centrou-se nos ex-votos, amuletos profiláticos e painéis da Beira Interior, da Colecção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.

Num terceiro feixe de comunicações a investigação histórico-social constituiu o objectivo principal, sobre as condições de assistência na doença em Castelo Branco em fins do século XV - inícios do século XVI, ou o Hospital da Misericórdia do Fundão no século XIX. Noutra comunicação, de Iria Gonçalves “Médicos diplomados na Beira interior, em quatrocentos”, constata-se que podiam ser diplomados e não diplomados, mas que eram muito poucos os físicos diplomados. E também difíceis de consultar, só nos grandes centros e era preciso ter

dinheiro. Assim, o primeiro apoio para a cura dos males eram os curandeiros e benzedores, numerosos e procurados, e “ervas e palavras santas por amor de Deus”. Noutro trabalho “A terra e os homens da Beira Interior nos relatórios médicos nos inícios do século XIX” Maria Adelaide Salvado analisa o célebre “Jornal de Coimbra” (1812-1820). Nesta importante publicação, onde entre outros escreveu Bernardino António Gomes, publicaram-se relações das enfermidades que os médicos e cirurgiões providos nos partidos das câmaras, hospitais civis, casas de expostos e cadeias observavam, com indicação das causas a que as atribuíam e dos meios terapêuticos utilizados. São referidas as relações entre as condições atmosféricas e a saúde das pessoas, assim como as duras condições de vida e de trabalho, causas de doença em terras interiores, que “não são lugares de passagem, mas de destino”. O recurso a médicos só acontecia muitas vezes em circunstâncias graves, evidencia este trabalho que é revelador dos temas e preocupações da mentalidade médica da altura, receituário corrente, doenças mais frequentes e em geral das condições de assistência no início do século XIX.

Houve finalmente um outro grupo de apresentações de temas mais ou menos isolados, sejam a Pré-História, o Termalismo, ou a Epistemologia do Senescer que de algum modo apontou um dos temas dos próximos encontros. Armando Moreno, com “Médicos-Escritores da Beira Interior”, fez uma longa digressão, entrando aliás pelo século XX e fazendo considerações sobre a obra literária de numerosos médicos através dos séculos. Evidencie-se uma vez mais a importância que o espírito inquisitorial na religião e na política teve na história portuguesa, e de como alguns dos melhores espíritos europeistas, homens de ciência e judeus, foram perseguidos e se exilaram com as consequências para o país que se conhecem. Ou, e para citar o tão pouco citado Maximiano de Lemos, “a intolerância religiosa foi o principal estorvo que encontrou, entre nós, o desenvolvimento da medicina, como de resto o de todas as outras ciências” (História da Medicina em Portugal, Lisboa, 1899).

É claro que algum critionmo se pode fazer às jornadas: a leitura histórica não passou algumas vezes da “história dos grandes homens” (neste caso médicos), com as evidentes limitações, a importância e o significado das medicinas populares nunca foi discutido, quando o seu debate seria necessário pois

algumas divergências foram bem notórias, houve falta de representantes de disciplinas diversas, os estudos interdisciplinares não apareceram. De qualquer modo, a corajosa aposta dos organizadores foi ganha, dezenas de pessoas de diversas formações estiveram juntas e comunicaram durante três dias, e o caminho só poderá ser o retomar do projecto inicial, alargando o âmbito dos temas e das participações. Só assim se cumprirá o sentido das jornadas, que de algum modo se realizaram sob a égide de José Lopes Dias, homem de ciência e de cultura, como recordou António Salvado, o principalobreiro deste encontro. No final foi recordada a necessidade de tradução do latim de várias obras, deixando de estar reservadas para meia dúzia de estudiosos, e foi decidida a publicação dos trabalhos em volume.

Para o ano haverá II Jornadas e um dos temas será "Doença, Envelhecimento e Morte".

Gostaria de informar quem não saiba, e a propósito destes temas, que se iniciou em 1988 a publicação de "Médicos Escritores Portugueses" em fascículos, por Armando Moreno, e também a Revista "De Medicina" de Coimbra, dirigida por Alfredo Rasteiro.

Paralelamente às jornadas, decorreram duas exposições, uma bibliográfica de médicos-autores da Beira Interior, outra de quadros de Fernando Namora, 45 anos depois da sua primeira exposição em Castelo Branco, a maioria deles sobre paisagens, figuras e rostos de Monsanto e Tinalhas, onde foi médico. E, com a presença da viúva do escritor, foi exibido um diaporama, numa comovida evocação de Monsanto com textos da "Nave de Pedra".

José Morgado Pereira
 (in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 27/28, Junho de 1989, pp. 345, 346)

AS PRÓXIMAS JORNADAS

MEDICINA NA BEIRA INTERIOR DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XIX

2^{as} Jornadas de Estudo

"A DOENÇA E A MORTE NA BEIRA INTERIOR"

CASTELO BRANCO, 16, 17 e 18 de Novembro 90

Organização de:

"Medicina na Beira Interior" - *Cadernos de Cultura*

Com o patrocínio da
 Sociedade Portuguesa de Escritores Médicos
 e a colaboração do *Instituto Politécnico de Castelo Branco*

O Secretariado funciona na Urb. Qta. Dr. Beirão, 23
 - 1 ° E - 6000 Castelo Branco, para onde deverão ser enviadas as inscrições, indicação de temas das comunicações e qualquer outra correspondência.

Inscreva-se já.